

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

THAYSE RAUPP DA SILVA

**A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS
DIREITOS DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
DE INTERNAÇÃO**

FLORIANÓPOLIS

2017

THAYSE RAUPP DA SILVA

**A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS
DIREITOS DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
DE INTERNAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josiane Rose Petry Veronese

FLORIANÓPOLIS


2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

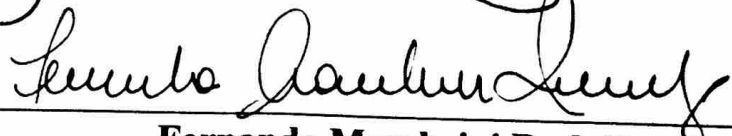
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A Defensoria Pública como instrumento de efetivação dos direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação”, elaborado pela acadêmica “Thayse Raupp da Silva”, defendido em 05/07/2017 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.


Florianópolis, 05 de Julho de 2017



Josiane Rose Petry Veronese
Professora Orientadora



Fernanda Mambrini Rudolfo
Membro de Banca



Nayara Aline Schmitt Azevedo
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): Thayse Raupp da Silva

RG: 5000008

CPF: 06747303997

Matrícula: 12201172

Título do TCC: "A Defensoria Pública como instrumento de efetivação dos direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação"

Orientador(a): Josiane Rose Petry Veronese

Eu, Thayse Raupp da Silva, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 05 de julho de 2017.

Thayse Raupp da Silva
Thayse Raupp da Silva

Aos meus pais, Regina e Nestor, meus exemplos de vida, pelo amor, pelo cuidado, pela dedicação e paciência.

Ao meu irmão, Gustavo, pela amizade e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer meus pais, Nestor e Regina, sem os quais eu não chegaria aonde cheguei. São meus exemplos de caráter e generosidade. Obrigada por todo o apoio, paciência e amor, por sempre me incentivarem a enfrentar as dificuldades da vida, além de me acalmarem nos momentos mais agitados.

Ao meu irmão, Gustavo, pela amizade, parceria e amor, até mesmo por algumas divergências que nos permitem aprender e a evoluir um com o outro.

À minha cunhada, Geisa, pela amizade, carinho e cumplicidade, além de servir como exemplo de dedicação.

Às minhas “dez amigas que não brigam”, Bárbara Maciel, Bárbara Valério, Beatriz, Camila, Desiree, Elisa, Kariny, Taená e Renata, por todo o bem que me fazem, pela sabedoria em lidar com as diferenças e por terem sido algumas das melhores pessoas com as quais criei o laço mais lindo e puro de amizade. Não há dúvidas que a graduação não teria sido tão incrível sem vocês.

Aos familiares e aos amigos especiais em minha vida e que, de certa forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho, seja por um gesto de carinho ou um incentivo.

À Defensoria Pública, na qual tive a oportunidade de estagiar durante quase dois anos, e às pessoas com as quais lá tive o prazer de conviver e aprender. Dentre eles, agradeço diretamente à Raquel e ao Renê, pelo carinho e por terem contribuído com o meu aprendizado; à Fernanda Bianchini, pela amizade, incentivo e toda energia positiva que transmite; e à Fernanda Mambrini, pelo carinho, pelo exemplo de mulher forte e por, de certa forma, ter despertado mais ainda a minha curiosidade sobre a instituição.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Josiane Rose Petry Veronese, por ter aceitado a proposta do trabalho e pelos ensinamentos que contribuíram e me inspiraram para parte da escolha do tema.

RESUMO

SILVA, Thayse Raupp da. A Defensoria Pública como instrumento de efetivação dos direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito – Área: Direito da Criança e do Adolescente) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis.

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar se a medida socioeducativa de internação, aplicada ao adolescente em conflito com a lei, cumpre com o seu caráter pedagógico, bem como a importância da Defensoria Pública como instrumento para garanti-lo. A presente pesquisa foi realizada através da utilização do método de procedimento monográfico, de método de abordagem indutiva, e das técnicas de pesquisa indireta, com pesquisas bibliográficas, dados e observação de entrevista. O trabalho foi iniciado com a pesquisa do contexto histórico do Direito da Criança e do Adolescente, contextualizando a transição da Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral. Esta última possibilitou que um sistema de garantias às crianças e aos adolescentes fosse implementado, bem como um novo sistema de responsabilização, através da qual adotava o caráter pedagógico como pilar principal das medidas socioeducativas aos que cometem ato infracional. No segundo capítulo, analisou-se aspectos gerais sobre a instituição da Defensoria Pública. A ligação entre os capítulos é de que essa Instituição é de suma importância para garantir todos os direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Assim, no último capítulo buscou analisar se a medida socioeducativa de internação cumpre com o caráter pedagógico, bem como dar enfoque à Defensoria Pública como instituição de instrumento de efetivação dos direitos dos adolescentes que cumprem a referida medida, e de quais formas busca sanar os desrespeitos quanto a esta. Possibilitou, então, chegar à conclusão de que a atual legislação permite que a Defensoria Pública, como afirmação do Estado Democrático de Direito, possa intervir em diversas circunstâncias no que tange a garantia dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação.

Palavras-chave: Direito da Criança e do Adolescente – Doutrina da Proteção Integral – Ato Infracional – Medida Socioeducativa de Internação – Responsabilização Estatutária — Defensoria Pública.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze if the socio-educational measure of hospitalization, applied to the teenager in conflict with a law, agrees with its pedagogical character, and the importance of the Public Defender's as an instrument to guarantee it. The present research was realized through the use of the induced research method and bibliographic researches, statistical data, documents and intensive direct observation, with interview observation. The purpose began with a research on the historical context of Child and Adolescent Law, contextualizing a transition from the Doctrine of Irregular Situation to the Doctrine of Integral Protection. This latter possibility is a system of guarantees for children and teenager, as well as a new system of accountability, through which it adopted the pedagogical character as the main pillar of socio-educational measures to those who have committed an infraction. In the second chapter, it was analyzed on an institution of the Public Defender's. The connection between the chapters is that this institution is of utmost importance to guarantee all the rights of teenagers who comply with socio-educational measure of hospitalization agrees with pedagogical character and gives focus to Public Defenders, it was analyzed that is a measure, and in every way one seeks for well-being. Disrespect for this. We can then conclude that the law allows the Public Defender like a institution of an instrument for the realization of the teenager's laws and how seek to heal the its disrespects. It was possible to conclude that the Public Defensors as an affirmation of the Democratic State of Law, to intervene in various circumstances regarding the teenagers's guarantee who comply with socio-educational measure of hospitalization.

Key-words: Child and Teenagers Rights – Integral Protection Doctrine – Infractional Act – Socio-educational measure of hospitalization – Statutory Responsibility – Public Defensor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 1. A RESPONSABILIZAÇÃO DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL FRENTE À DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	11
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DA TRAJETÓRIA ATÉ A IMPLEMENTAÇÃO DO ECA	11
1.2 PRINCÍPIO BALIZADOR DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	14
1.3 DO ATO INFRACIONAL E DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	18
1.3.1.Contextualizando o conceito de ato infracional	19
1.3.1.1 Práticas de ato infracional por crianças e adolescentes	22
1.3.1.2 Do procedimento de apuração de ato infracional cometido por adolescente	23
1.3.2.Garantias individuais e processuais do adolescente autor de ato infracional	27
1.3.3.Aspectos gerais acerca das medidas socioeducativas	31
1.3.3.1 Contextualizando o conceito da medida socioeducativa de internação	32
1.4 O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)	35
1.4.1.A execução da medida socioeducativa de internação frente à lei do SINASE e ao ECA	37
 2. DEFENSORIA PÚBLICA	40
2.1 CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE DEFENSORIA PÚBLICA.....	40
2.2 BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL NO BRASIL	42
2.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	47
2.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	49
2.5 FUNÇÕES INSTITUCIONAIS	53
 3. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	57
3.1 A PREDOMINÂNCIA DA RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA SOBRE O DIREITO PENAL JUVENIL.....	57
3.1.1.A medida socioeducativa de internação no contexto da responsabilização estatutária.....	61
3.2 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, NA PRÁTICA, CUMPRE COM O CARÁTER SOCIAL E PEDAGÓGICO?	63
3.3 A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	70

3.3.1.A atuação da Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> na execução da medida socioeducativa de internação	73
3.3.1.1 A legitimidade da Defensoria Pública para fiscalizar as unidades de internação	77
3.3.1.2 A legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública.....	79
3.3.1.3 Casos concretos de atuação da Defensoria Pública.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE 1 – Entrevista com defensor público estadual	967

INTRODUÇÃO

Os temas “Medida Socioeducativa de Internação” e “Defensoria Pública” abrangem diversas formas de abordagens. Contudo, o foco determinado é fazer uma análise se a medida de internação, destinada aos adolescentes que cometem ato infracional, cumpre com o caráter pedagógico proposto no sistema de proteção e garantias na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Lei do SINASE.

Além disso, a presente monografia tem por objetivo consolidar a importância da Defensoria Pública como instituição garantidora dos direitos das crianças e dos adolescentes, em especial aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, a fim de que busque, na prática, a finalidade de socioeducação inerente na responsabilização estatutária.

A escolha desta instituição como garantidora dos direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação deu-se em virtude da sua importância no ordenamento jurídico brasileiro, entre outras instituições, cujo objetivo primordial é garantir a orientação jurídica, promoção de direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma judicial e extrajudicial, em todos os graus, de forma integral e gratuita, aos necessitados, conforme dispõe o artigo 134 da CF/1988.

No primeiro capítulo será feito um estudo acerca dos aspectos introdutórios do Direito das Crianças e dos Adolescentes, sob uma perspectiva histórico-jurídica.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e, em seguida, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ficou estabelecido que a Doutrina da Proteção Integral é a que garante o novo modelo que tem como fundamento dois pilares fundamentais: as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Diante dessa concepção, necessárias foram as mudanças no que tange à responsabilização dos adolescentes que venham a praticar ato infracional. A partir de então, será feita uma análise do contexto histórico das transições de Doutrina, da Situação Irregular à Proteção Integral, e como as medidas socioeducativas passaram a ser aplicadas, em especial a de internação, que é destinada aos adolescentes que cometem ato infracional dito como “mais grave”, além das garantias individuais, processuais, e aquelas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do SINASE, a fim de que fiquem esclarecidos os direitos dos adolescentes que cumprem a referida medida.

Posteriormente, será abordado, no segundo capítulo, sobre a instituição que é a Defensoria Pública, partindo de seu conceito e de como foi originada no Brasil e no estado de Santa Catarina. Em seguida, serão analisados os respectivos princípios, objetivos e funções.

Por fim, o terceiro capítulo destina-se a apresentar em quais fundamentos se apresenta a responsabilização estatutária e como se dá o cumprimento da medida socioeducativa de internação sob esta perspectiva.

Ato contínuo, para dar seguimento ao raciocínio, será feita uma análise se a medida socioeducativa de internação segue os ditames da responsabilização estatutária, cumprindo com o seu caráter pedagógico.

Para tanto, buscou-se respostas através de pesquisa bibliográfica, bem como dados documentais e estatísticos de como as unidades de internação vêm se apresentando na realidade brasileira.

Ficará esclarecido como a sociedade e o Estado têm sido negligentes quanto aos direitos dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação, o que pode representar que a referida medida, na prática, infelizmente, aproxima-se mais com um sistema penal do que a um sistema socioeducativo e, paradoxalmente, viola todos os avanços implementados após a Constituição Federal de 1988.

Nesse ínterim, chegará ao objetivo principal que será de como a Defensoria Pública atua na defesa dos direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, das formas e meios que são utilizados, tanto no âmbito judicial quanto no extrajudicial, para que se cumpra o caráter pedagógico estabelecido na construção doutrinária e normativa. Essa instituição destaca-se na sua atuação de vanguarda na defesa da população vulnerável e marginalizada, incluindo nessas, os adolescentes em conflito com a lei que estão com as suas liberdades de ir e vir privadas.

1. A RESPONSABILIZAÇÃO DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL FRENTE À DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DA TRAJETÓRIA ATÉ A IMPLEMENTAÇÃO DO ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei esta promulgada após o advento da nossa Constituição Federal de 1988, concretizou aquilo que se pode chamar de um vasto avanço democrático, eis que a trajetória em busca dos direitos previstos na referida Lei foi extensa.

Junto à Constituição Federal de 1988 foi trazida uma grande transição democrática, a qual passou a assegurar o exercício dos direitos individuais, sociais e políticos. Com tal mudança, necessário seria uma relevante transformação no que tange os direitos das crianças e dos adolescentes.

Entretanto, até a chegada deste grande marco no Brasil, uma longa trajetória foi percorrida, como se passa a expor, de forma a não esgotar totalmente o histórico.

A trajetória no País acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes se iniciou desde que passava pelo seu momento Colônia. Desde esta época, no Brasil, vigorava a ideia de penalização aos “menores”¹, sofrendo ao longo do tempo pequenas variações. Era, na verdade, introduzido na legislação penal às questões do menor infrator.

A partir do Código de Menores de 1927, iniciou-se uma alteração e substituição nas concepções obsoletas tais como de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio e poder, abandonando-se a postura anterior de reprimir e punir, passando-se para a ideia de assistir o menor de idade sob uma postura educacional.²

Entretanto, diante da ausência do instrumento de proteção e vigilância voltado ao todo conjunto da população infanto-juvenil, ao longo do tempo houve alterações positivas, de modo que sobrevieram outros códigos.

Com o surgimento do SAM – Serviço de Assistência a Menores, a ideia era ir além do que estava positivado no Código de Menores de 1927. A função principal era executar uma política nacional de assistência aos “menores desvalidos e infratores”.

Acoplado à perspectiva corretiva, tinha o SAM alguns objetivos de natureza assistencial, quando enfatizava a importância de estudos e pesquisas, bem

¹ Referi-me a esta expressão, pois se utilizava na época. O termo reproduz de forma subjetiva as discriminações estabelecidas, além da postura social que remetia o Código de Menores, já extinto. (<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1504>, Acesso:02.03.2017.)

² VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 23.

como o atendimento psicopedagógico às crianças e adolescentes carentes e com problemas de conduta, os quais eram denominados desvalidos e delinquentes.³

Entretanto, tendo em vista que os métodos utilizados não eram os mais adequados, além da estrutura comprometida, o SAM não conseguiu cumprir suas finalidades.

Durante o período da ditadura militar instalada no Brasil, no ano de 1964, houve mudanças no âmbito dos direitos das crianças e dos adolescentes. Foi um período em que foi procedida a instauração da Política Nacional do Bem-estar do Menor, a qual aos poucos foi clareando a ideia autoritária que na realidade tinha. Na PNBEM, o problema da infância adquiriu o status de problema social, passando-se a responsabilidade então ao Estado, mas não mais de entidades privadas.⁴

Dessa forma, criou-se um órgão que se tornou responsável por isso: a FUNABEM. Porém, esta política não foi eficaz para resolver os problemas e necessidades da infância e juventude. Os objetos aos poucos foram sendo esclarecidos: as políticas públicas eram direcionadas para uma parcela estigmatizada com a marca da marginalização social. O Estado não estava preocupado em atender necessidades básicas para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

A PNBEM se preocupava, na verdade, com o controle e prevenção da marginalização e delinquência, mas não com relações estruturais primordiais para resolver a raiz dos problemas.

Segundo Veronese,

A PNBEM e, por conseguinte, a própria FUNABEM, serviram como instrumentos de controle da sociedade civil. E não só. A política institucional que o Brasil vinha adotando demonstrava-se, pelo crescimento de número de crianças marginalizadas, além de ineficiente, também incapaz de reeducá-las, haja vista o estilo metodológico nelas empregados, no qual a criança era mero sujeito passivo, cliente de uma pedagogia alienada.⁵

Portanto, essa política institucional mostrou-se ineficiente para resolver a raiz do problema das crianças e adolescentes infratores, bem como incapaz de reeducá-los.

Ainda no contexto da ditadura militar em que o País sofria, foi instituído um novo Código de Menores, mais precisamente no ano de 1979. Junto a ele foi estabelecido o termo “menor em situação irregular”.

³ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos das crianças e dos adolescentes*. São Paulo: LTr, 1999, p. 32.

⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 33.

⁵ Idem, Ibidem, p. 35.

O art. 2º do Código de Menores de 1979 ⁶ define o referido termo:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III – em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V – Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.

Seguindo a mesma linha do que instituiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, o Código de Menores de 1979 tinha como um dos objetivos o controle da marginalização e delinquência. Além disso, não existiam critérios no tocante ao tratamento punitivo entre os jovens infratores, nem ao menos eram respeitadas as leis fundamentais.

Dotados de um regime autoritário, os juízes dos menores não seguiam critérios objetivos para estabelecer qualquer tratamento punitivo. Cada um deles determinava como bem entendesse. Corroborando com o aludido, tratava o art. 41 do Código de Menores de 1979:

Art. 41. O menor em desvio de conduta ou autor de infração penal poderá ser internado em estabelecimento adequado, até que a autoridade judiciária, em despacho fundamentado, determine o desligamento, podendo, conforme a natureza do caso, requisitar parecer técnico do serviço competente e ouvir o Ministério Público.

Isso demonstra o quão autoritário era o Código de Menores de 1979, frente ao contexto histórico em que se enquadrava, e como isso prejudicava a integridade física e moral dos menores autores de infrações penais.

Ainda sobre o assunto, entende-se que a Doutrina da Situação Irregular tratava-se de discriminadora, repressiva, autoritária e estigmatizante, isso porque atingia somente a parte mais pobre da população jovem. ⁷

⁶ Lei n. 6.697/79.

Portanto, a conclusão que se pode tirar quanto aos objetivos aplicados aos adolescentes em situação irregular era meramente o controle da marginalização, e não voltado à individualidade de cada adolescente, tampouco direcionado a reeducação.

Por fim, chegando ao fim do regime autoritário, que era a ditadura militar, uma nova Constituição haveria de ser promulgada. Assim, no dia 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que trouxe inúmeras mudanças quanto aos direitos individuais, sociais e políticos.

Contudo, não haveria o porquê de continuar com o Código de Menores de 1979, devido à incompatibilidade deste com as inovações trazidas pela Constituição e o novo reconhecimento dado às crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, após inúmeras movimentações populares.

No sentido da perpetuação do novo reconhecimento dado às crianças e adolescentes, dispõe o art. 227, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, se fez necessária a implantação da Lei nº 8.069/1990 para que efetivasse a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, como previsto na nova Carta Magna. Junto com essa lei, a Doutrina da Situação Irregular foi totalmente substituída.

A nova Doutrina da Proteção Integral teve seus princípios baseados levando-se em consideração que as crianças e adolescentes, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada e integral.

Portanto, essencial se torna a análise mais aprofundada acerca da Doutrina da Proteção Integral, incluindo nisso, seus princípios.

1.2 PRINCÍPIO BALIZADOR DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

A Doutrina da Proteção Integral, como já mencionado, foi consagrada no art. 227 da Constituição Federal de 1988, razão pela qual fez romper a doutrina da situação irregular.

⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 43.

Foi nesse sentido abordado pela primeira vez na história brasileira o fato da criança e do adolescente serem tratados como prioridade absoluta, e suas proteções serem deveres da família, da sociedade e do Estado.⁸

Entretanto, essa nova Doutrina se materializou efetivamente após o advento da Lei n. 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente em seus artigos 1º ao 6º.

Muito embora tenha sido perpetuada a Doutrina da Proteção Integral às crianças e adolescentes com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a luz da Constituição Federal de 1988, toda essa ideia já se encontrava respaldada em textos e documentos internacionais, e a Convenção da ONU sobre Direitos da Criança. Em que pese este não tenha sido cronologicamente o primeiro texto internacional a tratar acerca disso, contribuiu decisivamente para consolidar um corpo de legislação internacional denominado “Doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança”, que foi efetivamente aprovado em 20 de novembro de 1989.

A mudança que houve entre as Doutrinas foi significativa, eis que passou a considerarem crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos, independente de sua condição social.⁹

Conforme leciona VERONESE, a proteção integral significa amparo completo às crianças e adolescentes, não somente no ponto de vista material, mas também o espiritual, desde o momento da sua concepção.¹⁰

Assim, essa ideologia visa garantir a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer restrição, os mesmos direitos, levando-se em consideração a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Isso porque as crianças e adolescentes são detentoras de todos os direitos que têm os adultos, porém, de uma forma diferenciada devido ao seu processo de desenvolvimento. Essa especialidade no tocante aos direitos se dá pelo fato de assegurar o desenvolvimento, o crescimento, para torná-los cidadãos adultos dignos.

Deve-se, portanto, proteger aos dependentes e procurar sempre medidas mais adequadas à proteção, já que por se enquadrarem em pessoas em desenvolvimento, não são

⁸ AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do in *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 17.

⁹ LIBERATI, Wilson Donizeti: *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 27.

¹⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 44.

capazes de prover suas necessidades básicas sem prejuízo do seu desenvolvimento pessoal e social, até que alcancem a maturidade.

A partir da leitura do art. 3º do ECA, pode-se entender que às crianças e aos adolescentes são assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, observando o direito à proteção integral, na qual são garantidos todos os recursos necessários de modo que os desenvolvam da melhor forma possível.

Já o art. 4º, também do ECA, prevê que é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantirem esses direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, de forma prioritária. Em razão dessa prioridade, foram elencados alguns procedimentos indispensáveis, tais como: a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude.

Ressalta-se que não se esgotam os procedimentos aos citados no art. 4º, tendo em vista que seria impossível elencar todas as hipóteses em que se deverá assegurar a preferência às crianças e aos adolescentes. Cabe às famílias, à sociedade e ao Estado entender que eles sempre estarão em prioridade, devendo assim respeitar a *primazia do atendimento sobre quaisquer outros direitos*. Ainda, conforme o entendimento de LIBERATI, assegurar os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.¹¹

Portanto, essa absoluta prioridade às crianças e adolescentes, por parte de família, sociedade e poder público, se dá pelo fato das condições naturais do processo de desenvolvimento em que se encontram e pela responsabilidade que possuem de formar adultos em situações dignas de vida.

Assim, equivocada é a afirmação de que a prioridade absoluta fere o princípio da isonomia¹², sob o argumento de que priorizar os direitos das crianças e dos adolescentes confronta a igualdade de todos perante a lei. O respeito à diferença entre os sujeitos de direito,

¹¹ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 33.

¹² “Todos são iguais, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (art. 5º, *caput*, CF/88). Entretanto, existem outras normas sobre igualdade ou que busquem a igualização dos desiguais pela outorga de direitos sociais substanciais. (SILVA, José Afonso da, 2013)

direcionando à criança e ao adolescente, não implica discriminação ou violação da regra da isonomia.¹³

LIBERATI ainda especifica que:

É certo que a igualdade, preconizada pelo texto constitucional, consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem. Se houvesse a possibilidade jurídica de tratar igualmente os desiguais ou desigualmente os iguais, isso importaria em injustiça e em violação da igualdade pretendida.¹⁴

Concluindo nesse sentido, a condição como se trata a criança e o adolescente, de forma absolutamente prioritária, compensa a desigualdade e fragilidade em que estes se encontram. Dessa forma, há isonomia quando se cuida de tratar os desiguais de uma forma desigual.

Consoante o art. 7º do Estatuto, a lei não esgota a operacionalização, já que para concretizá-la é necessária a efetivação de políticas sociais públicas e atitudes da sociedade.

Sobre o assunto, o art. 86 do ECA dispõe:

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Algumas dessas políticas públicas são elencadas no art. 87 do referido Estatuto, as quais são caracterizadas como linhas de ação da política de atendimento, a fim de garantir os fins sociais os quais o Estatuto se destina.

Assim, com o objetivo de garantir essa prioridade absoluta, deve-se ainda deliberar acerca do superior interesse da criança e do adolescente.

O interesse superior da criança e do adolescente, antes mesmo do Estatuto da Criança e do Adolescente, originou-se nos tratados internacionais, passando-se a vigorar, mais especificamente, no art. 3º da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual dispõe que “Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança”.

O artigo 18 da mesma Convenção também dispõe que o interesse superior tem por função regular as relações parentais, norteadas os papéis e funções dos pais de modo a conciliar sua responsabilidade pela criação dos filhos.

¹³ LIBERATI, Wilson Donizeti, Op. cit., loc. cit.

¹⁴ Idem, Ibidem, p. 33-34.

Esse princípio guia as relações de crianças e adolescentes entre si, com suas famílias, a sociedade em geral e, também o Estado.¹⁵

Além de previsão sobre o referido princípio em tratados internacionais, também é citado no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 100, parágrafo único, inc. IV, no qual é disposto que, na aplicação das medidas de proteção, a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente.

Assim, analisando-se o princípio do interesse superior da criança e do adolescente, pode-se dizer que serve para todas as funções garantistas, como, por exemplo, a interpretação de leis, a resolução de conflitos, a orientação para avaliar a legislação, bem como as políticas públicas e práticas administrativas e judiciais do Estado tudo respeitando o caráter prioritário estabelecido pela Doutrina da Proteção Integral.¹⁶

Portanto, fazendo um paralelo da interpretação das leis com as crianças e adolescentes autores de atos infracionais, bem como seus direitos fundamentais, o princípio do interesse superior da criança e do adolescente e da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, baseada na Doutrina da Proteção Integral, é importante dissertar sobre a responsabilização, como será exposto.

1.3 DO ATO INFRACIONAL E DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

A Doutrina da Proteção Integral, denominada como amparo completo às crianças e aos adolescentes, engloba também como devem ser os tratamentos para os adolescentes em conflitos com a lei, além de estabelecer as garantias individuais.

Conforme SARAIVA, do ponto de vista das garantias penais, processuais e de execução no sistema da justiça da infância e juventude para adolescentes em conflito com a Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe a condição para autores de atos infracionais o *status* de *sujeitos do processo*, ou seja, determinou os direitos e obrigações próprios do exercício da cidadania plena, observada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que cumpre com um dos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira, previsto em seu artigo 1º, inc. III: a Dignidade da Pessoa Humana.¹⁷

Dessa forma, pode-se concluir que crianças e adolescentes, autores de atos infracionais, não são mais tratados como objetos, mas sim sujeitos de um processo, os quais o

¹⁵ MELO, Eduardo Rezende de *in Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 426.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 427.

¹⁷ SARAIVA, João Batista Costa. *Direito Penal Juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas*. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 18-19.

Estado deve prover a devida atenção, diante da condição especial de pessoas em desenvolvimento.

Não obstante o tratamento especial às crianças e aos adolescentes, ainda que venham a delinquir, não significa que o Estado deixará de responsabilizá-los.

Sobre o tema, lecionam Veronese, Souza e Miotto:

Como os adolescentes são inimputáveis, de acordo com o próprio Estatuto (art. 104) e a Constituição Federal (art. 228), a responsabilidade por infringirem normas penais só os atinge por meio dessa responsabilidade que o Estatuto organiza e lhes impõe, que poderia ser designada como responsabilidade estatutária.¹⁸

Assim, sendo inimputável o adolescente, seu comportamento não condiz com o Direito Penal. Este serve para definir crimes e contravenções penais, contudo, em que pese seja objeto para a proibição também de condutas às crianças e adolescentes, diferentes são os tratamentos com relação à responsabilidade: aos adultos, as condutas proibidas são denominadas como crimes ou contravenções penais, e estes sofrem uma pena, já às crianças e adolescentes, as mesmas condutas proibidas, são denominadas como ato infracionais, e estes ficarão sujeitos à aplicação de medida socioeducativa. Ou seja, diferentemente dos adultos, que possuem uma responsabilidade penal, as crianças e adolescentes possuem uma responsabilidade estatutária.

Portanto, se faz necessária a contextualização dos conceitos de atos infracionais, bem como das aplicações da medida socioeducativa de internação, que será tratada mais especificamente no presente trabalho.

1.3.1 Contextualizando o conceito de ato infracional

Conforme o art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ato infracional é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Através dessa definição, o legislador materializou os princípios constitucionais da legalidade ou da anterioridade da lei, o qual dispõe que só haverá ato infracional, se fizer presente uma figura típica penal anteriormente prevista em lei.¹⁹

No entanto, para que se possa entender o que é ato infracional, necessário se faz a definição de crime. Consoante art. 1º, do Decreto-Lei n. 3.914/41:

¹⁸ MIOTO, Regina Celia Tamaso; SOUZA, Marli Palma; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Infância e Adolescência, O conflito com a lei*: algumas discussões. Florianópolis Fundação Boiteux, 2001, p. 40.

¹⁹ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Adolescente e Ato infracional: Medida socioeducativa é pena?*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 92 et seq.

Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Ainda que se considere que haja diferenças entre as ações delituosas praticadas por adultos e praticadas por crianças e adolescentes, a essência do crime é a mesma, para os adeptos do Direito Penal Juvenil, contudo, o tratamento jurídico deve ser adequado à especial condição de cada agente, como dispõe o art. 228, *in fine*, da CF.²⁰

Assim, se um ato ilícito cominado na Lei Penal seja cometido por criança e adolescente, ante a Doutrina da Proteção Integral, que estabeleceu que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, devem, portanto, serem tratadas com total prioridade e diferenciação.

Considerando então a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, em que se enquadram crianças e adolescentes, obviamente, no sistema jurídico brasileiro, só cabe sanção quando recai em algum preceito criminal ou contravencional, se for atribuída à pessoa imputável, ou seja, maior de 18 anos.

Essa posição é respaldada por Napoleão X. do Amarante que dispõe que:

A infração penal, como gênero, no sistema jurídico nacional, das espécies crime ou delito e contravenção, só pode ser atribuída, para efeito da respectiva pena, às pessoas imputáveis, que são, em regra, no Brasil, os maiores de 18 anos. A estes, quando incidirem em determinado preceito criminal ou contravencional, tem cabimento a respectiva sanção. Abaixo daquela idade, a conduta descrita como crime ou contravenção constitui ato infracional. Significa dizer que o fato atribuído à criança ou ao adolescente, embora enquadrável como crime ou contravenção, só pela circunstância de sua idade, não constitui crime ou contravenção, mas, na linguagem do legislador, simples ato infracional.²¹

A Constituição Federal, em seu art. 228 dispõe que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, e sujeitos às normas da legislação especial”, o que quer dizer que embora não recebam penas iguais às dos adultos, serão processados judicialmente, nas formas da Lei 8069/90.²² Esta disposição também foi reproduzida no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 104.

²⁰ Idem. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 62.

²¹ AMARANTE, Napoleão Xavier do *in Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 494.

²² GONÇALVES, Maria Dinair Acosta. *Proteção Integral: paradigma multidisciplinar do Direito Pós-Moderno*. Porto Alegre: Alcance, 2002, p. 85.

Dessa forma, a imputabilidade significa atribuir a alguém determinada responsabilidade, no caso sendo tratado, é denominado como atribuição da responsabilidade penal.²³

Sendo assim, inimputáveis são aqueles menores de 18 anos, como referido na Constituição e no Estatuto da Criança e Adolescente, também no próprio Código Penal, em seu art. 27, que determinou que os menores de 18 anos se enquadram na circunstância que permite a exclusão da imputabilidade.

No caso supracitado, VERONESE leciona que:

Para os menores de 18 anos o critério seguido é o biológico. Há para estes a presunção absoluta de inimputabilidade. Sendo assim, mesmo dotado de capacidade plena para entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se segundo essa convicção, a norma o considera imaturo e, portanto, inimputável.²⁴

Portanto, ficou determinado que, no Brasil, o critério estabelecido para a questão da inimputabilidade, em relação aos menores de 18 anos, é biológico.

Isso porque, considerando-se a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, o tratamento deve ser diferenciado, sobretudo àqueles menores de 18 anos que cometem um ato ilícito, denominado, no caso, como ato infracional. Não significa dizer que estes, ao cometerem um ato infracional, não serão responsabilizados, porém não receberão a mesma punição daqueles maiores de 18 anos, que cometem um ato ilícito, e que não caiba quaisquer outras hipóteses de exclusão da imputabilidade.

Sobre o tema, Gonçalves reforça que:

Na tentativa de estabelecer uma comparação entre as penas aplicadas aos adultos e as medidas socioeducativas aplicadas ao Adolescente, importa dizer que aos maiores de 18 anos o sistema legal prevê, decorrente da infringência às suas normas, a aplicação de penas como funções simbólicas e materiais, orientadas para sufocar qualquer intento de rebeldia social diante da injustiça social. Já a Lei 8069/90 definiu, **para o adolescente de doze a dezoito anos que praticasse um fato definido nas leis penais como contravenção ou crime, a definição de sua situação jurídica dentro do devido processo legal, recebendo uma medida socioeducativa**, com caráter eminentemente pedagógico. A restrição de sua liberdade não teria caráter somente retributivo, contrário ao objetivo da Lei 8069/90, que busca a preparação do jovem privado da liberdade com a finalidade de reinserção na família e na comunidade.²⁵ (grifou-se)

²³ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária*: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 95.

²⁴ Idem, Ibidem, p. 95.

²⁵ GONÇALVES, Maria Dinair Acosta. *Proteção Integral*: paradigma multidisciplinar do Direito Pós-Moderno. Porto Alegre: Alcance, 2002, p. 86.

Assim, considerando o supracitado, pode-se concluir que, além de tratar a diferenciação na responsabilidade entre os menores de dezoito anos e os maiores, que cometem um crime ou contravenção, verifica-se que somente receberão uma medida socioeducativa aqueles entre doze e dezoito anos. Isso significa dizer que há distinções no tocante ao tratamento às crianças e aos adolescentes, quando praticam ato infracional. Assim, se passará a dispor acerca disso.

1.3.1.1 Práticas de ato infracional por crianças e adolescentes

Conforme exposto supracitado, há diferenças entre crianças e adolescentes, e a Lei 8069/1990 assim definiu em seu art. 2º:

Art.2º Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Essa distinção entre os dois prevista no Estatuto decorre da compreensão das diferentes etapas de desenvolvimento da pessoa humana.

Conforme cita Veronese, a criança (pessoas de até 12 anos incompletos) não possui compreensão plena sobre seus atos, porquanto está no início do seu processo de desenvolvimento como ser humano.²⁶

Já o adolescente, o Estatuto considera que, em determinadas circunstâncias, possui maturidade suficiente para formar sua opinião e decidir sobre alguns assuntos que tem o condão de afetar a sua própria vida e destino, como por exemplo: o adolescente, em matéria de adoção, deverá dar o seu consentimento.²⁷

Contudo, em que pese exista distinção entre crianças e adolescentes, cabe ressaltar que, em geral, ambos gozam dos mesmos direitos fundamentais, reconhecendo-se sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, embora haja diferença entre as diferentes etapas de crescimento.

Essa diferença de processo de desenvolvimento entre crianças e adolescentes serve para dividir duas vertentes: das Medidas de Proteção e das Medidas Socioeducativas.

As crianças, autoras de ato infracional, poderão ser submetidas a qualquer das medidas protetivas elencadas no art. 101 do ECA, uma vez que seu processo especial de

²⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária*: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 146.

²⁷ SOLARI, Ubaldino Calvento do *in Estatuto da Criança e do Adolescente*: Comentários Jurídicos e sociais. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 21.

desenvolvimento não permite a aplicação de uma medida socioeducativa. Se o contrário ocorresse, ainda que fosse aplicada uma medida socioeducativa mais branda, seu real efeito não seria compreendido por elas, tornando-as, portanto, ineficazes.²⁸

As medidas protetivas, previstas nos arts. 99 a 102 do ECA, têm como destinatárias crianças e adolescentes, quando seus direitos reconhecidos por Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.²⁹

Então, em caso de haver envolvimento por parte de criança com ato infracional, a medida protetiva mais adequada será aplicada pelo Conselho Tutelar ou por um órgão judiciário local.

No que tange a explicitação acerca do Conselho Tutelar, VERONESE e SILVEIRA ensinam que:

[...] um órgão de atendimento, na medida em que apura a responsabilidades e carências, o Conselho Tutelar é o órgão mais legítimo para promover as mudanças sociais necessárias na área de proteção à criança e ao adolescente. O Conselho Tutelar, por suas prerrogativas estatutárias, é representante legítimo da sociedade civil, sendo seu principal interlocutor na defesa e na promoção de tais direitos.

[...]

Como órgão autônomo, deve-se entender como instituição independente das gestões municipais, estaduais, ou até mesmo federais, ou seja, as atividades do Conselho estão desvinculadas do Poder Público, garantia indispensável à isenção e não-ingêrência por interesses eleitorais.³⁰

Portanto, se há um tratamento diferente às crianças dos adolescentes que cometem ato infracional no tocante à responsabilização, há que se considerar que diferentes serão duas vertentes, no tocante aos procedimentos de ato infracional entre os dois.

No caso de prática de ato infracional por adolescente, ante o estágio de desenvolvimento mais evoluído em comparação ao que se encontram as crianças, além de poder ser aplicada uma medida protetiva, a autoridade judiciária poderá também aplicar as medidas socioeducativas, elencadas no art. 112 do ECA.

Portanto, importante analisar como se procede a apuração de ato infracional cometido por adolescente, bem como sua responsabilidade perante a isto.

1.3.1.2 Do procedimento de apuração de ato infracional cometido por adolescente

²⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. Cit, loc cit.

²⁹ SARAIVA, João Batista Costa. *Direito Penal Juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas*. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 28.

³⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry Veronese; SILVEIRA, Mayra. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p. 923.

Aos adolescentes que cometem ato infracional, existe um procedimento especial para apurá-lo, que aplica as medidas socioeducativas de caráter coercitivo, com finalidade pedagógica-educativa, estas previstas no art. 112 do Estatuto.

Com relação a esse procedimento especial, o Estatuto estabelece como deve ser procedida a apuração do ato infracional cometido por adolescente, nos seus artigos 171 a 190. Esta é dividida em três etapas: a investigatória, na qual a autoridade policial que realiza; a do Ministério Público, na qual se realiza uma audiência preliminar; por último, a judicial, a qual se inicia através de representação do Ministério Público.

Na fase investigatória existem dois tipos de hipóteses: o conhecimento, por parte da autoridade competente, da ocorrência de ato infracional; e a apreensão em flagrante do adolescente.

Na primeira hipótese, o art. 177 do ECA dispõe que, não havendo flagrante de ato infracional, se houver indícios de participação de adolescente, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos presentes.

Importante frisar que, em que pese as disposições do inquérito policial presentes no Código de Processo Penal sirvam para disciplinar as investigações, esta não se transforma em inquérito propriamente dito, eis que este tem como objeto a apuração de crimes, denominação que não se enquadra às condutas ilícitas cometidas por adolescente.³¹

A segunda hipótese na etapa investigatória se dá pela apreensão em flagrante ato infracional³² do adolescente, que será encaminhado à autoridade policial, a qual deverá analisar a gravidade do ato infracional. Considerando a conduta grave, a autoridade irá lavrar o auto de apreensão. Se não houver violência ou grave ameaça será facultativa a lavratura do auto, o qual deve ser substituído por boletim de ocorrência circunstanciado, com a descrição do fato.³³

Ainda sobre a primeira etapa, recebido o adolescente, a autoridade policial terá as alternativas de encaminhá-lo ao Ministério Público, ou liberá-lo por intermédio da presença

³¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária*: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 170 .

³² O CPP prevê em seu art. 302 que, considera-se flagrante quem: está cometendo ato infracional; acaba de cometê-lo; é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração e, por último, quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

³³ MARÇURA, Jurandir Norberto in *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Comentários Jurídicos e sociais. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 783.

dos pais ou responsável.³⁴ MARÇURA acrescenta ainda que, na hipótese de não configuração de ato infracional, se a autoridade policial não liberar o adolescente, incidirá na figura típica do art. 234 do ECA.³⁵

Ressalta-se que o Estatuto privilegia a liberação do adolescente, por respeito à garantia constitucional à convivência familiar, previsto no art. 227 da CF. Sendo assim, a apreensão e manutenção do adolescente em estabelecimento de internação não estão de acordo com a referida garantia, devendo, portanto, ser procedida, em casos de ato infracional grave e de repercussão geral, tendo em vista a própria segurança do adolescente e a manutenção da ordem pública, conforme o art. 134.³⁶

Na hipótese da não liberação do adolescente, não sendo possível a imediata apresentação ao Ministério Público, aquele deverá aguardar em uma das opções, na preferência das seguintes ordens: entidade de atendimento; repartição especializada, na ausência da primeira opção; por último em delegacia comum, em dependência separada dos maiores de 18 anos. Isso até ser apresentado ao Ministério Público, não podendo exceder a detenção o tempo de 24 horas.

A segunda etapa do procedimento de apuração de ato infracional é iniciada com a oitiva do adolescente por parte do Ministério Público, no qual caberá ao seu representante, na forma do art. 179, *caput*, do ECA,

[...] ouvir informalmente o adolescente, indagando acerca dos fatos, do seu grau de comprometimento com a prática de atos infracionais, do cumprimento de medidas anteriormente impostas, do seu histórico familiar e social, com detalhes sobre o endereçamento da família, o grau de escolaridade, suas atividades profissionais, locais onde possa ser futuramente encontrado, dentre outras informações que considerar indispensáveis para avaliar qual(is) a(s) providência(s) à sua realização.³⁷

Após a audiência preliminar, o representante do Ministério Público adotará uma das três alternativas elencadas nos incisos do art. 180: promover o arquivamento dos autos;

³⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p. 172.

³⁵ MARÇURA, Jurandir Norberto in *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 783.

³⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 172.

³⁷ MORAES, Bianca Mota de; RAMOS, Helane Vieira. *A Prática de Ato Infracional*. In: MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 808.

conceder o instituto da remissão ao adolescente; ou levar os fatos, por meio de representação, ao conhecimento da autoridade judicial.³⁸

Para arquivar os autos, o Promotor de Justiça deverá se convencer da inexistência do ato imputado; concluir que os fatos narrados não constituem infração; concluir pela inexistência de provas da participação do adolescente; ou analisar a hipótese de excludente de ilicitude nos fatos noticiados.³⁹

A remissão⁴⁰ supracitada é uma forma de exclusão de processo, identificada mais especificamente como remissão ministerial. Este tipo de remissão é oferecida antes mesmo de iniciar o procedimento judicial. Para conceder tal benefício, o Promotor de Justiça deve considerar as circunstâncias e consequências do ato cometido, além do contexto social e a personalidade do adolescente.⁴¹

As duas primeiras alternativas elencadas no art. 180, o arquivamento e a remissão, ficam submetidas à homologação do juiz. Este, entretanto, em que pese não possa alterar o conteúdo, se discordar da decisão, poderá remeter os autos ao Procurador Geral de Justiça, consoante §2º do art. 181. O Procurador, por sua vez, poderá oferecer a representação; designar outro membro do Ministério Público; ou ratificar o arquivamento ou a remissão. No último caso, o Magistrado deverá homologar, seja o arquivamento ou a remissão.

Por fim, a terceira etapa se inicia em caso do Ministério Público entender cabível ser a representação do adolescente à autoridade judiciária e requisitar a instauração de procedimento para a aplicação de medida socioeducativa, prevista no art. 182. Importante frisar que a representação não pode ser confundida com a “denúncia”, porquanto esta se trata da peça acusatória do processo penal, fato este que diverge da lógica não penalizante do sistema estatutário.⁴²

Entendendo ser cabível o recebimento da representação, o Magistrado designará a audiência de apresentação, além de decidir sobre a internação provisória, caso requerido pelo Ministério Público. Posteriormente, deverão os pais ou responsáveis ser cientificados acerca da representação, bem como notificados a comparecer em audiência. Contudo, nos termos do art. 184, caso não sejam localizados os pais ou responsáveis, deverá ser nomeado um curador

³⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 177.

³⁹ Idem, Ibidem, p. 178.

⁴⁰ Prevista nos arts. 126, 127 e 128, é uma forma de perdão, uma forma de atenuar as consequências de um procedimento judicial ao adolescente autor de ato infracional, quando favoráveis as circunstâncias do fato, o seu contexto social e a menor participação deste ato infracional. (VERONESE, Josiane Rose Petry, 2015)

⁴¹ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., loc. cit.

⁴² Idem, Ibidem, p. 184.

especial. Além disso, não sendo localizado o adolescente, será expedido mandado de busca e apreensão.

Na oportunidade da audiência de apresentação, caso a autoridade judiciária não entenda ser cabível a remissão judicial ⁴³, a fim de suspender ou extinguir o processo, continuará ou designará nova audiência, podendo determinar novas diligências. Ao final do processo, o juiz proferirá a sentença. Em caso de reconhecer a existência de provas de materialidade e autoria, ainda assim, não estará o juiz da infância obrigado a aplicar quaisquer medidas.

Sobre a sentença, PAULA leciona que este poderá ser sancionatória ou absolutória, conforme os requisitos exigidos pelo CPP. Além disso, explica que:

Terá cunho sancionatório quando, julgando procedente a pretensão sócio-educativa deduzida na representação, impuser ao adolescente qualquer das medidas previstas no art. 112 do ECA [...]

Quando julga improcedente a pretensão sócio-educativa, tem nítido caráter absolutório, isentando de qualquer sanção o adolescente indicado como pretenso autor de ato infracional. ⁴⁴

Após a prolação da sentença, conforme disposto no art. 190, o adolescente e seu defensor deverão ser intimados pessoalmente, no caso de imposto o cumprimento das medidas socioeducativas de internação ou de semiliberdade. No que tange o restante das modalidades, a intimação poderá ser dada apenas por meio do defensor.

Transitando em julgado a sentença, encerra-se o procedimento da apuração do ato infracional, passando-se, então, a executar a medida socioeducativa imposta. No caso da medida de internação, na prática, o adolescente poderá ser internado provisoriamente antes da prolação da sentença.

Todavia, antes de entrar no mérito acerca da medida socioeducativa, mais especificamente de internação - objeto principal desta monografia -, importante analisar as garantias individuais e processuais do adolescente durante o procedimento da apuração do ato infracional.

1.3.2 Garantias individuais e processuais do adolescente autor de ato infracional

⁴³ Neste caso, a autoridade judicial é quem dá o perdão, levando a extinção do processo, a suspensão mediante cumprimento de medida socioeducativa, como, por exemplo, de serviços comunitários. (VERONESE, Josiane Rose Petry, 2015).

⁴⁴ PAULA, Paulo Afonso Garrido de *in Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 833.

Reiterando o assunto estudado, é sabido que às crianças e aos adolescentes foram-lhes atribuídos a condição de sujeitos de direitos, decorrente, principalmente do art. 227 da Constituição Federal.

A ordem jurídica nacional além de viabilizar as garantias constitucionais, criou “um caráter inovador ao tornar possível o ingresso em juízo para a postulação de interesses difusos (e também os individuais e coletivos) afetos às crianças e aos adolescentes”.⁴⁵ Ou seja, de acordo com os ditames da Doutrina da Proteção Integral, ao aplicar a lei, deve-se considerar que todos possuem os mesmo direitos, com atenção em especial às necessidades das crianças e dos adolescentes, porquanto, como já defendido, são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Não poderia ser diferente no caso de adolescente o qual pratica ato infracional, assim, as garantias individuais e processuais visam assegurar a devida legalidade do processo de apuração da referida conduta.

Os direitos individuais, no ECA, estão previstos nos arts. 106 a 109. O primeiro artigo citado reproduz o preceito constitucional, previsto no art. 5º, inc. LXI, o qual dispõe que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada pela autoridade judiciária competente. Obviamente, o Estatuto, assegurando o mesmo direitos aos adolescentes, apenas alterou “delito” para “ato infracional”, diante da situação de inimputabilidade.

Lado outro, o art. 107, complementando o preceito constitucional anteriormente citado, dispõe que necessária é a comunicação imediata à autoridade judiciária, para que possa ser examinada a possibilidade da liberação. Isso porque, conforme o princípio da excepcionalidade presente no Processo Penal, decorrente da presunção de inocência, a privação da liberdade deve ser tratada como atuação excepcional do Estado. Cabe lembrar que utiliza-se também desse princípio no âmbito do direito da Criança e do Adolescente. Acrescenta-se ainda que o Ministério Público pode conceder a remissão, como já tratado.

A apreensão do adolescente deve ser tratada como excepcionalidade, pois é uma forma de “evitar possíveis registros negativos (traumas) no adolescente”, além de “causar sérios problemas à formação da sua personalidade”.⁴⁶

⁴⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Acesso à Justiça: a defesa dos interesses difusos da criança e do adolescente – ficção ou realidade?*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 1994, p. 96.

⁴⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 157.

Ressalta-se que, além da comunicação imediata à autoridade judicial, o mesmo deve ser feito à família do adolescente ou pessoa que ele indicou. Afinal, se tratando o adolescente de pessoa em processo de desenvolvimento, necessita de cuidado e assistência, seja da família ou alguém de sua confiança.

O art. 108, ainda em continuação aos direitos individuais dos adolescentes, bem como o art. 183, tratam sobre os prazos máximo que deve decorrer o processo de apuração de ato infracional, que não deve ultrapassar 45 dias - este é o prazo da internação provisória.

Este prazo deve ser respeitado quando a internação for determinada antes da sentença, ou seja, internação provisória. Isso porque, por ser considerada como um meio excepcional devem ser observados os princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Esses princípios, inclusive, determinam que a internação provisória não possui semelhanças profundas com a prisão preventiva, presente na esfera penal, muito embora buscou-se inspiração nos requisitos do art. 312 do CPP, para que a aplique.⁴⁷

Por último, no que concernem os direitos individuais, temos o art.109, do ECA, que prescreve que “o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação havendo dúvida fundada”.

O referido artigo não deve ser mitigado, mormente por se tratar se um direito individual constitucional. Conforme, o inciso LVIII, do art. 5º da Carta Magna, “o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses prevista na lei”. Percebe-se que esta ressalva está prevista no fim do art. 109 do ECA.

Entretanto, esta ressalva, embora seja uma exceção, deve ser observada atentamente, por se tratar de uma questão subjetiva e por entrar em confronto com a garantia da presunção de inocência, a qual refere que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória, bem como o princípio de que ninguém é obrigado a se auto incriminar.

48

Finalizando as disposições das garantias individuais, adiante, se faz necessário aludir às garantias processuais aos adolescentes autores de ato infracional, previstas nos arts. 110 e 111 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁴⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. Op. cit., p. 159.

⁴⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 161.

Dentre as garantias processuais, uma delas, prevista no art. 110, positiva que nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Esta disposição transcreve o art. 5º, inc. LIV, da Constituição Federal. Consoante o entendimento de José Afonso da Silva⁴⁹, o processo é garantido através desta disposição, sendo que quando se trata de “processo”, e não simplesmente procedimento, se faz alusão às formas instrumentais adequadas, com a finalidade de que a prestação jurisdicional, entregue à máquina estatal, dê a cada um o que é seu, segundo os imperativos da ordem jurídica.

Sobre o assunto, leciona LIBERATI:

O devido processo legal é a garantia com a qual se pretende evitar a imposição de uma sanção sem antes haver sido ouvido e vencido em juízo o imputado, com o cumprimento prévio de um procedimento em que se respeitem todos os seus direitos, vigentes num regime democrático.⁵⁰

Assim, diante do exposto supra, percebe-se que, em conjunto com a garantia do devido processo legal, estão aliadas as garantias à ampla defesa e ao contraditório. Cabe ressaltar que essas garantias tanto se aplicam aos imputáveis quanto às crianças e aos adolescentes, isso porque compreende-se através do respaldo na garantia da igualdade jurídico-formal de todos perante a lei, além da garantia de igualdade na relação processual.

Utilizar-se do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa desempenhada por defensor técnico, no âmbito da prática de ato infracional, é uma forma de garantir a dignidade, o respeito, a liberdade e os direitos, sob a ótica do princípio universal da proteção integral.⁵¹

De mais a mais, além da garantia do devido processo legal, o art. 111 do ECA elenca expressamente algumas garantias processuais, tais como: o pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional; igualdade na relação processual; defesa técnica por advogado; assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Através do *caput* do referido artigo, nota-se que as garantias processuais enumeradas neste têm caráter meramente exemplificativo, podendo outras garantias ser aplicadas.

Essas garantias mencionadas, ou até as não mencionadas – ante o caráter exemplificativo - estão mais na forma que no Direito, mais na legalidade que na justiça. Isso

⁴⁹ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 435.

⁵⁰ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 93.

⁵¹ GONÇALVES, Maria Dinair Acosta. *Proteção Integral: paradigma multidisciplinar do Direito Pós-Moderno*. Porto Alegre: Alcance, 2002, p. 83.

significa que, aplicando-se as garantias individuais dentro da legalidade, está sendo respeitado o caminho da harmonização do sistema jurídico e o Estado Democrático de Direito.⁵²

Em suma, respeitando-se as garantias individuais e processuais, após o trânsito em julgado da sentença a qual determina o cumprimento de medida socioeducativa, inicia-se a execução desta. Para tanto, mostra-se necessária a análise da medida socioeducativa de internação, que é objeto de estudo desta monografia, bem como deve ser devidamente executada, regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

1.3.3 Aspectos gerais acerca das medidas socioeducativas

Posteriormente às garantias individuais e processuais respeitadas durante o procedimento de apuração de ato infracional, ao adolescente a quem for atribuída a autoria dos fatos, poderá ser aplicada medida socioeducativa.

O ECA, em seu artigo 112 prevê um rol de medidas socioeducativas, quais sejam: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma das medidas previstas no art. 101, I a VI.

Como já analisado, o adolescente que comete ato infracional, em que pese seja inimputável, diante do previsto na Constituição Federal e a da Doutrina da Proteção Integral trazida com esta, fica responsabilizado por infringir normas penais, contudo, “o entendimento de que deva tal responsabilidade ser nominada de responsabilidade estatutária ou socioeducativa ou, ainda, sociopedagógica”⁵³.

Isso porque, respeitando-se a ideia do tripé de liberdade, respeito e dignidade, em especialmente por tratar-se os adolescentes de pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, a medida socioeducativa não é contemplada como uma sanção penal, mas sim como uma descoberta “das causas da conduta infracional e o posterior acompanhamento, orientação e eventual tratamento do adolescente de acordo com suas necessidades pedagógicas”, proporcionando com isso a proteção integral que lhe é assegurada pela Lei e Constituição Federal.⁵⁴

⁵² Idem, Ibidem, p. 84.

⁵³ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 199.

⁵⁴ DIGIÁCOMO, Murilo. *Garantias Processuais do Adolescente Autor de Ato Infracional* – o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente. In *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 211-212.

Corroborando com o supracitado, PAULA ensina que as medidas socioeducativas

[...] ultrapassam a prevenção especial e geral e alcançam o ser humano em desenvolvimento, de sorte que indicam uma interferência no processo de aquisição de valores e definição de comportamentos por meio de educação ou mesmo tratamento. Por fim, estão inseridas em um sistema diverso, diferenciado do civil e do penal, representando consequências próprias de um ramo autônomo de nosso ordenamento jurídico.⁵⁵

Assim, através da própria denominação “medida socioeducativa”, percebe-se que o seu caráter pedagógico prevalece em seus propósitos, porquanto aquela pode interferir no processo de desenvolvimento do adolescente e em uma melhor reintegração na sociedade, inclusive na sua vida adulta.

Ressalta-se que deve ser analisado pormenorizadamente cada caso, antes de ser aplicada a medida socioeducativa, devendo-se considerar a capacidade do adolescente em cumpri-la, as circunstâncias, bem como a gravidade da infração, conforme o §1º, do art. 112 do ECA. Lembrando que dos atos infracionais mais graves poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação, como será mais detalhada no próximo subitem.

1.3.3.1 Contextualizando o conceito da medida socioeducativa de internação

A medida socioeducativa de internação é classificada como a mais severa que o adolescente está sujeito. É uma das modalidades de medida privativa da liberdade, que deve respeitar os três princípios basilares, conforme o art. 121 do ECA: da excepcionalidade, brevidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O respeito aos princípios supracitados possuem significados concretos no que tange a aplicação desta medida socioeducativa. A brevidade, por exemplo, deve ser compreendida como a menor duração possível. Isso porque, o art. 121 também contém as ideias de que, em que pese não seja determinado de prazo que durará a medida, necessário se faz a avaliação periódica, em no mínimo a cada 6 meses, ademais, a medida não poderá ultrapassar o período máximo de 3 anos.

O fato de a medida não prever um prazo determinado de cumprimento, ainda que seja necessária a avaliação periódica, insere no processo socioeducativo o mecanismo de reciprocidade, pois o tempo de duração tem correlação direta com a conduta do educando e com a capacidade por ele demonstrada de responder à abordagem socioeducativa.⁵⁶

⁵⁵ PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Ato Infracional e Natureza do Sistema de Responsabilização*. In *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. ILANUD, 2006, p. 34.

⁵⁶ COSTA, Antônio Carlos Gomes da *in Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 584.

Se atingir o tempo máximo, o adolescente deverá ser posto em liberdade, impondo o cumprimento de semiliberdade ou liberdade assistida. Importante lembrar que, se o adolescente que iniciou o cumprimento da medida socioeducativa completar 21 anos, deverá ser liberado compulsoriamente.

No que concerne ainda aos princípios estabelecidos pelo art. 121, o princípio da excepcionalidade impõe que a medida socioeducativa de internação deve ser aplicada em últimos casos, se não houver outra medida mais adequada.

Uma vez que as entidades que promovem os programas de semiliberdade e de internação, não estão adequadas a um sistema educacional, compatíveis com os deveres que o Estado deve prover, conforme a Doutrina da Proteção Integral. Ademais, o modelo educacional que promove os referidos programas é marcado por um descompromisso com a realidade e aptidões do adolescente, tornando tal medida ineficaz para a real finalidade.⁵⁷

MENESES acredita que “esta medida, tida como socioeducativa, representa a privação da liberdade que a sociedade exige, quando propõe uma falsa premissa de que a redução da violência a isso está vinculada”.⁵⁸

Portanto, o princípio da excepcionalidade deve ser cautelosamente analisado antes de aplicar a medida socioeducativa de internação.

O Estatuto ainda prevê que a medida será aplicada em casos de atos infracionais praticados mediante ameaça ou violência à pessoa ou ainda em caso de cometimento reiterado de outras infrações graves⁵⁹, se comprovada a inviabilidade de aplicação de outra medida socioeducativa, porquanto, além da gravidade, como já mencionada, é importante analisar as circunstância e a capacidade do adolescente em cumprir a mais gravosa das medidas. Ademais, pode-se aplicar a medida socioeducativa de internação por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, que não deverá ultrapassar o período de três meses, conforme o §1º do mesmo artigo.

Nesta última hipótese, a medida socioeducativa de internação pode ser considerada como uma “sanção”, pois se faz necessária a regressão de uma medida anteriormente

⁵⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 126.

⁵⁸ Cf. MENESES, Elcio Resmini. *O Ministério Público e as Medidas Socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 110-111. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp028327.pdf>. Acesso em 05.05.2017.

⁵⁹ O ECA não determinou o significado de infrações graves, abrindo uma oportunidade à discricionariedade do juiz. Assim, Mônaco da Silva entendeu que cabia a equiparação a infrações graves como crimes com pena de reclusão. (*apud* VERONESE, Josiane Rose Petry, 2015).

aplicada, que foi descumprida reiteradamente, sem justificativa hábil.⁶⁰ Cabe mencionar que reiterar significa repetir. Entretanto, a internação por conta da reiteração de conduta infracional “só faz agravar o estado de fragilidade a que é abandonado o adolescente”, sendo que o efeito é o contrário, “ora porque os atos não têm relação entre, si ora porque são consequências dos mesmos perigos pelos quais passa o adolescente”.⁶¹

Havendo a hipótese de aplicar outra medida mais adequada, prevista no §2º, do art. 122, deve a autoridade judicial demonstrar que não existe outra medida mais adequada sem ser a de internação, ainda que sejam utilizados os argumentos dos incs. I e II.⁶²

Em conformidade com o art. 123, o adolescente autor de ato infracional o qual seja aplicada a medida socioeducativa de internação, estabelece que o cumprimento desta deva ser em entidade exclusiva distinto daqueles destinados ao abrigo⁶³. Além disso, dispôs que deve ser obedecida a rigorosa separação dos adolescentes por critério de idade, compleição física e gravidade da infração.

No que tange a esta obrigação de separar os adolescentes por critérios, VERONESE entende que esta separação busca afastar dos mais violentos os mais pacatos, e dos mais fortes os mais fracos.⁶⁴

Portanto, deve-se considerar, com a situação peculiar de pessoas em desenvolvimento ou outras circunstâncias relevantes para tanto, que essa separação reconhece a importância de atender as divergências entre as necessidades dos adolescentes.

Ainda sobre o art. 123, salienta-se que em seu parágrafo único está prevista a obrigatoriedade de atividades pedagógicas, durante o período de internação. Cabe lembrar que este direito está disposto nos incs. XI e XII, do art. 124, do ECA.

Considerando que o caráter pedagógico prevalece sobre quaisquer das finalidades das medidas socioeducativas, deve, portanto, se preocupar com a reintegração dos adolescentes na sociedade, bem como o processo de desenvolvimento destes, os direitos à escolarização e profissionalização, além de atividades culturais, esportivas e de lazer, para tornar eficaz e

⁶⁰ MORAES, Bianca Mota de; RAMOS, Helane Vieira. *A Prática de Ato Infracional*. In: MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 865.

⁶¹ SILVA, Marcelo Gomes. *Análise crítica da menoridade penal: da exclusão econômico-criminológica à proteção integral*. 303 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010, p. 30.

⁶² MENDEZ, Emílio García in *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 586.

⁶³ Previsto no art. 101, inc. VII é uma medida específica de proteção denominada de acolhimento institucional. Entretanto, é um termo ultrapassado.

⁶⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 227.

verídica a finalidade da medida socioeducativa de internação. Sobre o tema, VERONESE e OLIVEIRA entendem que:

[...] somente um espaço assemelhado a uma escola, e uma escola dinâmica e produtiva, assemelhada a um núcleo formador do ser humano, respeitadas e valorizadas as características de cada um, a sua unicidade, seria um espaço no qual se concretizaria a tolerância, a dignidade, a pluralidade, elementos imprescindíveis à vida em sociedade.⁶⁵

Além dos direitos citados, o art. 124 dispõe de outros diversos direitos, a fim de solidificar as garantias individuais e processuais, já previstas anteriormente ao referido artigo, no Estatuto da Criança e Adolescente. Diante disso, percebe-se que o art. 124 é mais um dos que tem por objetivo resguardar os ditames da Doutrina da Proteção Integral.

Sobre a medida socioeducativa de internação, analisando o Estatuto, denota-se que foi originada através de uma responsabilidade diferente das anteriores à Lei, no tocante aos adolescentes autores de atos infracionais: a responsabilidade estatutária, a qual o adolescente responde por suas condutas, sem excluir do caráter pedagógico que, inclusive, prevalece sobre os outros.

Para que se perpetuem os ditames da Doutrina da Proteção Integral, como já defendido, sabe-se que cabe à família, à sociedade e ao Estado garantir o conjunto de direitos reconhecidos das crianças e dos adolescentes. Entretanto, muito embora isso esteja previsto no art. 227 da Constituição Federal, conforme o art. 125 do Estatuto, “é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança”. Isso porque, cabe exclusivamente ao Estado zelar pela integridade física e mental do interno, a fim de que concilie e vincule o caráter socioeducativo à medida de internação.⁶⁶

Em que pese haja diversas garantias previstas do Estatuto com relação ao adolescente autor de ato infracional, até mesmo àqueles que são aplicadas a medida socioeducativa mais severa, para que esta seja executada conforme os princípios da Doutrina da Proteção Integral foi instituída uma lei: o SINASE. Assim, para entender como melhor funciona e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, sobretudo a de internação, necessário se faz uma análise da referida lei.

1.4 O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

⁶⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 126.

⁶⁶ MENDEZ, Emílio García in *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 592.

A Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) – Lei n. 12.594/2012 – é regida por normas que promovem o atendimento de adolescentes aos quais foram aplicadas medidas legais, tanto protetivas quanto socioeducativas, determinando como deverá ser cumprida a execução destas, fazendo um paralelo com a função pedagógica.

O SINASE foi aprovado na assembleia do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) em 13 de julho de 2006, fato este que tornou as políticas públicas direcionadas aos adolescentes autores de ato infracional um grande avanço. Posteriormente, em 13 de julho de 2007 o SINASE foi apresentado como lei ao Plenário da Câmara dos Deputados, e em 09 de novembro de 2007 foi criada uma Comissão Especial para analisar o referido projeto de lei, através de Ato da Presidência da Câmara, tendo aprovado, por unanimidade, no dia 29 de abril de 2009 o projeto de Lei, o qual foi encaminhado ao Plenário da Câmara. Neste, o SINASE ganhou duas Emendas e o substitutivo foi aprovado no dia 02 de junho de 2009 e encaminhado ao Senado Federal para ser apreciado. Por fim, o SINASE foi aprovado pela Lei 12.594 em 18 de janeiro de 2012, como citado no parágrafo anterior.⁶⁷

Sobre a definição do SINASE, o CONANDA se manifestou dizendo que:

É o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa.⁶⁸

Além disso, o SINASE é instituído de uma política pública que se destina aos adolescentes em conflito com a lei, fazendo com que estes reintegrem a sociedade. Importante lembrar que para promover essa reinserção, a lei se correlaciona e demanda iniciativas de diversos campos das políticas públicas e sociais.⁶⁹

Respaldo não somente na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o SINASE foi elaborado baseado também na norma internacional, da qual o Brasil é signatário, com o objetivo de perpetuar os direitos humanos através das políticas públicas e sociais aplicadas na execução das medidas socioeducativas.

Isso porque, no âmbito da criança e do adolescente:

⁶⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 236.

⁶⁸ Cf. BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006, p. 22. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso 09.05.2017.

⁶⁹ BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006, p. 23.

[...] é possível toda uma intervenção que seja capaz de resgatar o adolescente em conflito com a lei, que não se limite à punição. É possível a alternatividade na solução deste gravíssimo problema. As medidas socioeducativas (arts. 112 e ss.) e as medidas específicas de proteção (art. 101) apresentam concretamente esta alternatividade.⁷⁰

Sabe-se que cada adolescente a qual foi determinado o cumprimento de uma medida socioeducativa precisa de acompanhamentos pessoais conforme sua necessidade, para tanto, a equipe multidisciplinar que objetiva concretizar os princípios dos direitos humanos é composta por advogados, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais que desejam contribuir para a finalidade da medida socioeducativa imposta.

Esse apoio da equipe multidisciplinar é de suma importância para fazer cumprir as finalidades das medidas socioeducativas. A finalidade jurídico-sancionatória já é cumprida pelo Estado, que aplica uma medida socioeducativa, contudo, o caráter pedagógico é cumprido com o apoio da referida equipe, que visa formar a inclusão do adolescente como cidadão⁷¹ na sociedade.⁷²

Portanto, a Lei do SINASE define as obrigações e responsabilidades da família, sociedade do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais dos adolescentes autores de ato infracional, para trazer à realidade o êxito do programa de atendimento.⁷³

Como já mencionado, a Lei do SINASE dispõe de princípios, regras e critérios para executar a medida socioeducativa da forma mais efetiva, a fim de resgatar o adolescente em conflito com a lei. Portanto, será tratado a seguir mais especificamente sobre como funciona a execução das medidas socioeducativas, sobretudo, a de internação.

1.4.1 A execução da medida socioeducativa de internação frente à lei do SINASE e ao ECA

Consoante já defendido, a execução da medida socioeducativa deve respeitar os princípios da brevidade, da excepcionalidade da privação de liberdade, além da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento do adolescente.

⁷⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 127.

⁷¹ É todo aquele que tem seus direitos fundamentais protegidos e aplicados (Idem, Ibidem, p. 131).

⁷² VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 237.

⁷³ Idem, Ibidem, p. 239.

A Lei do SINASE, que estabelece como deverão ser cumpridas as medidas socioeducativas, também corrobora com esses princípios supracitados, mais especificamente em seu art. 35, no qual está positivado um rol de critérios a serem seguidos.

Muito embora o Estatuto não possua as regras processuais próprias para a execução da medida segregativa, utilizou-se, de forma subsidiária, das regras processuais penais. Assim, a forma com que se executam as medidas socioeducativas deve ser análoga ao princípio e regras constitucionais da execução penal, respeitando, sobretudo, o critério da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, por se tratar de adolescentes os agentes infratores. Ou seja, é necessário que se observe o devido processo de execução penal.⁷⁴

Contudo, em que pese seja observado as regras processuais de execução penal, há que se considerar quem são os agentes infratores. Nesse diapasão, o legislador estatutário estabeleceu, no art. 123, que a “internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critério de idade, compleição física e gravidade de infração”. Ainda, seu parágrafo único estabelece que serão obrigatórias as atividades pedagógicas, isso durante a execução.⁷⁵

A estrutura física em que deverá ser cumprida a medida socioeducativa de internação - sem limitar às outras modalidades - deverá estar em consonância com o critério pedagógico no tocante à execução, na qual será obedecida as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de humanização e de segurança.⁷⁶

Além disso, as entidades que atendem os adolescentes aos que foram aplicados a medida socioeducativa de internação regem-se pelo o art. 94, o qual dispõe uma série de obrigações.

Para que isso seja cumprido, é necessário que haja nas entidades de execução de medidas privativas de liberdade o trabalho da equipe interprofissional – os agentes institucionais. Cabe destacar que fazem parte dessa equipe o profissional da psicologia, da medicina, da assistência social, bem como os funcionários da Unidade e os agentes terapêuticos, que possuem funções, atribuições e responsabilidades diferenciadas.⁷⁷ Além disso, ressalta-se que não somente os agentes institucionais são necessários para a efetivação

⁷⁴ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 173-174.

⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 173.

⁷⁶ BRASIL. *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006, p. 67.

⁷⁷ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 180.

das finalidades previstas no ECA e na Lei do SINASE, como também a família é uma grande aliada ao processo de execução.

No que tange os aspectos os quais se referem ao atendimento individual de cada adolescente, existe o plano individual de atendimento (PIA), que é um instrumento fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo. Esse instrumento é iniciado com a vinculação do adolescente no programa de atendimento, o qual é elaborado através do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família nas áreas jurídicas, da saúde, da psicologia, social e pedagógica.⁷⁸ Ainda acerca do PIA:

[...] constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.⁷⁹

O PIA ainda deverá ser reavaliado, conforme os resultados obtidos, em um prazo de acordo com a evolução do comportamento do adolescente, devendo ser informado sobre os avanços ou dificuldades no cumprimento do Plano o Juízo da Execução.⁸⁰

Percebe-se, através do Estatuto e da Lei do SINASE, que foi efetivada a ideia de os adolescentes autores de ato infracional serem tratados como sujeitos de direitos, respeitando os critérios da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, para que estes retornem na sociedade, após o cumprimento da medida socioeducativa, sobretudo a da internação, da forma mais eficaz como é prevista.

Para que se efetive a previsão do ECA e da Lei do SINASE, um dos órgãos de execução de medida socioeducativa é a Defensoria Pública. Esta, por sua vez, exercerá a defesa dos adolescentes que necessitem, de forma a atuar e contribuir no processo de execução da medida socioeducativa.

Assim, mostra-se importante dissertar sobre a Instituição que é a Defensoria Pública, objeto de estudo do próximo capítulo.

⁷⁸ BRASIL. *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006, p. 52.

⁷⁹ BRASIL. *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006, p. 52.

⁸⁰ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 185.

2. DEFENSORIA PÚBLICA

2.1 CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE DEFENSORIA PÚBLICA

A Constituição Federativa do Brasil, de 10 de outubro de 1988, reconheceu um conjunto de direitos fundamentais aos cidadãos, dentre eles, a assistência jurídica, prevista mais especificamente em seu art. 5º, inciso LXXIV, o qual dispõe que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Percebe-se então que a referida Carta Magna preocupou-se em concretizar, frente à democracia, o dever do Estado em garantir os direitos fundamentais e sociais aos cidadãos, possibilitando o acesso à justiça de forma ampla aos necessitados.⁸¹

Inerente ao acesso à justiça, o referido artigo discorre do princípio da dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, bem como dos objetivos fundamentais contidos no artigo 3º da CF, tais como: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.⁸²

Uma instituição pública primordial para a concretização desse acesso, que faz parte da função essencial à justiça, inclusive, é a Defensoria Pública. Sobre o assunto, está previsto no art. 134 da CF o que é a referida instituição:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Assim, na forma como instrui o inc. LXXIV, do art. 5º, da CF, o Estado, através da Defensoria Pública, é responsável pela orientação jurídica e defesa em todos os graus aos necessitados, bem como a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos e de grupos em situação vulnerável.

Ressalta-se que assistência jurídica não significa somente representação em juízo para pessoas que não tenham condições de arcar com os honorários advocatícios, como ocorre na assistência judiciária, mas abrange, além desta, a orientação e consultoria, o acompanhamento extrajudicial, inclusive a elaboração de contratos, a consultoria jurídica e formas mais

⁸¹ CAOVIALLA, Maria Aparecida Lucca. *Acesso à justiça e cidadania*. Chapecó: Argos, 2006, p. 70.

⁸² ALVES, Cléber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves Pimenta. *Acesso à justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 117.

eficazes de resolução de conflitos, como a mediação e a arbitragem, bem como educação em direitos, com a conscientização dos direitos e dos meios para assegurá-los.⁸³

Assim, o que se pode concluir analisando as responsabilidades da Defensoria Pública, é que sua relevância para a cidadania não serve apenas como uma nota técnica, mas sim como uma instituição imprescindível para a demanda de medidas práticas e concretas que assegurem tudo aquilo que abrange assistência jurídica ao cotidiano da realidade brasileira.⁸⁴

Importante aludir que a competência legislativa acerca da assistência jurídica e da Defensoria Pública (inc. XIII, do art. 24 da CF) está prevista no *caput* do art. 24, da CF, o qual determina que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente”. Isso significa que cabe à União legislar sobre normas gerais e aos Estados sobre regras específicas.

Nesse contexto, menciona-se o art. 134, §1º, da CF, que dispõe:

Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para a organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Portanto, em consonância com o referido parágrafo, do art. 134, goza a Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994, posteriormente alterada pela Lei Complementar n. 132 de 2009, a qual organiza a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e Territórios, além de prescrever normas gerais para a organização das Defensorias Públicas nos Estados, como seus princípios, objetivos e funções institucionais.

Cabe ainda mencionar que, segundo o §2º do art. 134, da CF, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 45/2004, às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária.

A autonomia administrativa consiste na autogestão, incluídas a aplicação direta de suas receitas, contratação de serviços e gestão de pessoal, desde que respeitados os seus objetivos e as normas legais a que estão subordinados. Já a autonomia funcional consiste na permissão que a Instituição possui de definir as rotinas dos Defensores Públicos no cumprimento de suas atribuições, a forma com que prestará a assistência jurídica, para atingir suas finalidades constitucionais.⁸⁵

⁸³ MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p. 27 e 31.

⁸⁴ TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 1120.

⁸⁵ RÉ, Aluísio Lunes Monti Ruggeri. *Manual do Defensor Público: Teoria e Prática*. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 113 e 119.

Isso quer dizer que a referida instituição é apta a estruturar e desenvolver suas atividades de representar e tutelar os direitos fundamentais da população, sem qualquer interferência externa.⁸⁶

Em suma, a Defensoria Pública é uma instituição com função jurisdicional essencial à justiça, que se faz necessária para o exercício da atividade jurisdicional, garantindo o acesso igualitário à justiça, mormente na defesa dos interesses dos cidadãos hipossuficientes.

Assim, necessário se faz discorrer acerca de um breve histórico da origem da Defensoria Pública no Brasil, com o objetivo de explicitar como foi implantada no Estado de Santa Catarina.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL NO BRASIL

A Defensoria Pública teve sua origem no Estado do Rio de Janeiro, com o Decreto n. 2.457, do dia 08 de fevereiro de 1897, o qual instituiu a assistência judiciária no Distrito Federal – na época, era o Rio de Janeiro. Esse Decreto estabelecia as regras para promover, segundo o seu art. 1º, o “patrocínio gratuito dos pobres que forem litigantes no cível ou no crime, como autores ou réus, ou em qualquer outra qualidade”.⁸⁷

Contudo, antes disso, houve uma evolução lenta sobre a ideia de acesso à justiça, até que finalmente a Defensoria Pública fosse constitucionalizada em 1988, na atual disposição de promoção da assistência jurídica integral e gratuita.

Nesse contexto, considera-se que ocorreram alterações nos arranjos institucionais para a prestação de serviço, nas quais dividiram o desenvolvimento da assistência jurídica no Brasil em três momentos: assistência judiciária gratuita; movimento de “acesso à Justiça”; e direito, desenvolvimento e reforma do Judiciário.⁸⁸

Entretanto, antes mesmo dessas alterações dos arranjos institucionais para a prestação do serviço gratuito, a questão da gratuidade da justiça já vinha sendo tratada desde a época do Brasil Colônia.

Registra-se que não se almeja esgotar o estudo sobre como surgiu a questão da gratuidade da justiça até que fosse constitucionalizada a Defensoria Pública, entretanto, como exemplo do primeiro documento no Brasil a mencioná-la foram as Ordenações Filipinas,

⁸⁶ TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 1122.

⁸⁷ MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p. 28.

⁸⁸ CHIARETTI, Daniel in *Temas aprofundados Defensoria Pública*: Volume 2. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 191.

sancionadas em 1595 e em vigor no País desde de 1603. Outro marco importante sobre o tema foi quando o presidente do Instituto Nacional dos Advogados Brasileiros, em 1870, atribuiu à entidade a função de prestar assistência judicial aos necessitados, diante da sua preocupação com a igualdade no processo judicial. Nesse ínterim, o instituto passou a nomear advogados para defender réus na realização de júris, a partir de 1882.⁸⁹

Embora a existência de contribuições de advogados no Instituto, não havia uma legislação específica que organizasse e garantisse o acesso à justiça de forma suficiente e efetiva. Foi assim que sobreveio o Decreto n. 2.457, mencionado anteriormente.

Retomando acerca do Decreto que instituiu a assistência judiciária no Distrito Federal, este, além de prever o patrocínio gratuito aos necessitados que fossem litigantes em processos cíveis ou criminal, conforme o seu art. 1º, ainda ficou estabelecido (art. 4º) que a assistência judiciária consistiria na prestação de todos os serviços necessários, independentemente do pagamento de quaisquer taxas ou custas.⁹⁰

Ademais, consoante previsão nos arts. 15 a 27, o Decreto ainda garantia o patrocínio de um advogado, que era apontado por uma comissão, em decorrência de uma avaliação de alegação de pobreza por um requerente do benefício. Este advogado, por sua vez, só poderia receber remuneração se advindo do pagamento de honorários por parte do adversário, se condenado. Sendo assim, não podia cobrar honorários do assistido nem ser remunerado do Estado. Nesse diapasão, o Estado passou então a criar uma obrigação aos advogados na prestação do serviço de assistência judiciária, isso porque a recusa desta implicaria no pagamento de multa, bem como a suspensão do exercício de profissão entre 8 a 30 dias.⁹¹

Em que pese tenha sido instituída a assistência judiciária no Rio de Janeiro, através do Decreto de n. 2.457/1897, e tenha sido notória influência na legislação, esta só foi reconhecida constitucionalmente na história do Brasil com o advento da Constituição Federal de 1934, mais especificamente em capítulo destinado aos direitos e garantias individuais. Ou seja, reconhecia como um direito fundamental.⁹²

A Constituição de 1934 previa, ainda, a necessidade de criação de “órgãos especiais”, conforme disposição em seu item 32 do art. 113, o que demonstra que o instituto da assistência judiciária deveria ser prestado de modo especializado.

⁸⁹ MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p. 27-28.

⁹⁰ CHIARETTI, Daniel in *Temas aprofundados Defensoria Pública*: Volume 2. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 193.

⁹¹ Idem, Ibidem, p. 193.

⁹² LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 17.

A partir desse contexto, percebe-se a aproximação com o modelo atual da Constituição Federal de 1988, ao fazer uma análise sobre assistência judiciária, órgãos especiais e a isenção de custas, uma vez que “este trinômio, como veremos adiante, é, hoje, compreendido como (a) assistência jurídica, (b) Defensoria Pública e (c) justiça gratuita”.⁹³

Já a Constituição de 1937 foi omissa em deliberar sobre o benefício da assistência judiciária. Entretanto, não proibiu que a União e os Estados editassem leis e criassem órgãos expressamente no intuito de efetivá-la.⁹⁴

Muito embora a instituição da assistência judiciária tenha regredido o seu assento constitucional no tocante à Carta outorgada, importante ressaltar que esse retrocesso foi mitigado através da lei ordinária. Isso porque, o Código de Processo Civil, de 1939, recentemente editado pela Lei n. 13.105, previu acerca do benefício da justiça gratuita⁹⁵, em seus artigos 68 a 79.⁹⁶

Seguindo os passos da Constituição de 1934, a Constituição de 1946 voltou a prever a existência da assistência judiciária. Entretanto, ao contrário da Constituição de 1934, não dispôs sobre a criação de órgãos especiais para cumprir com o objetivo.⁹⁷ Diante disso, consolidou-se ainda mais a autonomia aos Estados para promover os seus serviços de assistência judiciária.⁹⁸

Posteriormente, com o advento da Constituição de 1946, houve a promulgação da Lei n. 1.060, em 1950, que tinha o escopo de regulamentar a assistência judiciária, isto é, o serviço prestado pelo Estado. Assim, surgia a primeira onda inovatória do acesso à justiça que solidificou-se no Brasil.⁹⁹

As Constituições de 1967 e 1969 não operaram modificações no momento em que se encontrava o País, com relação ao tema. Ou seja, mais uma vez passou-se o encargo de proceder à regulamentação da assistência judiciária ao legislador ordinário.¹⁰⁰

Por fim, com o advento da Constituição Federal de 1988, estabilizou o objetivo da Defensoria Pública em implementar o serviço público de assistência jurídica integral e

⁹³ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 17.

⁹⁴ RÉ, Aluísio Lunes Monti Ruggeri. *Manual do Defensor Público: Teoria e Prática*. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 31.

⁹⁵ É o direito à gratuidade das taxas judiciárias, custas, bem como isentar todas as despesas e taxas processuais. (SCHIAVI, 2009)

⁹⁶ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. Op. cit., p. 18.

⁹⁷ Idem, Ibidem, p. 19.

⁹⁸ CHIARETTI, Daniel in *Temas aprofundados Defensoria Pública*: Volume 2. Salvador: JusPodivm, 2014, p. 197.

⁹⁹ MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p. 30.

¹⁰⁰ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. Op. cit., p. 21.

gratuita, aos necessitados, em sentido amplo, conforme dispõe o art. 134 e como já tratado no item anterior.

A efetiva garantia de acesso dos necessitados à justiça aparece como marco evolutivo no nosso atual modelo e deu um passo à frente à democracia, ao proporcionar a assistência jurídica integral e gratuita, a qual garante a informação e representação jurídica, que anteriormente eram concedidas por meio de assistência judiciária. Esta, por sua vez, como já estudado, não era tão ampla quanto aquela.¹⁰¹

Dessa forma, para garantir a assistência jurídica integral e gratuita aos que dela necessitarem, imprescindível se faz a implementação de Defensorias Públicas Estaduais em todos os Estados do País, como felizmente já finalizado. Passa-se então a análise de como foi implementada a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

2.2.1 A implementação da Defensoria Pública em Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina foi o último a efetivamente instalar a Defensoria Pública, conforme determina nossa Constituição Federal de 1988.

Até então, para o acesso à justiça, os trabalhos profissionais eram realizados por nomeação, no caso, os defensores dativos, por meio do convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina e o Governo do Estado, nos moldes da Lei Complementar n. 155/1997.¹⁰²

Entretanto, a referida lei deve ser entendida como inconstitucional, tendo em vista que fere o parágrafo único do art. 134 da CF. A falta de vontade pública no Estado de Santa Catarina, até sua criação, culminou na previsão do art. 104, da Constituição Estadual, o qual normatizava que a Defensoria Pública seria exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, nos termos de lei complementar.¹⁰³

Isso, sem qualquer dúvida, feria o princípio fundamental aos cidadãos catarinenses, uma vez que na CF/1988 é prevista a assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes, mas, de fato, sem a existência da instituição da Defensoria Pública, de suma importância para a concretização dos direitos fundamentais, isso se tornaria impossível.

Mas, embora tenha decorrido certo tempo, após o advento da Constituição Federal de 1988, felizmente, em 12 de agosto de 2012, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei

¹⁰¹ CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca. *Acesso à justiça e cidadania*. Chapecó: Argos, 2006, p. 70.

¹⁰² Idem, Ibidem, p. 104.

¹⁰³ Idem, Ibidem, p. 106-107.

Complementar n. 575, para criação e implementação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

Isso porque a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4270), contra o artigo 104 da Constituição de Santa Catarina, mencionado anteriormente, sob o argumento de que o referido teria invadido uma competência legislativa federal. Assim, pediu a Anadep a declaração de inconstitucionalidade do artigo 104 da Constituição do Estado e da Lei n. 155/1997.¹⁰⁴

Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal – STF – julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) 3892 e 4270, para declarar a inconstitucionalidade de normas do Estado de Santa Catarina sobre a defensoria dativa e a assistência judiciária gratuita.¹⁰⁵

Sobre a decisão, segue a sua ementa:

Ementa: Art. 104 da constituição do Estado de Santa Catarina. Lei complementar estadual 155/1997. Convênio com a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) para prestação de serviço de “defensoria pública dativa”. Inexistência, no Estado de Santa Catarina, de órgão estatal destinado à orientação jurídica e à defesa dos necessitados. Situação institucional que configura severo ataque à dignidade do ser humano. Violação do inc. LXXIV do art. 5º e do art. 134, *caput*, da redação originária da Constituição de 1988. Ações diretas julgadas procedentes para declarar a inconstitucionalidade do art. 104 da constituição do Estado de Santa Catarina e da lei complementar estadual 155/1997 e admitir a continuidade dos serviços atualmente prestados pelo Estado de Santa Catarina mediante convênio com a OAB/SC pelo prazo máximo de 1 (um) ano da data do julgamento da presente ação, ao fim do qual deverá estar em funcionamento órgão estadual de defensoria pública estruturado de acordo com a Constituição de 1988 e em estrita observância à legislação complementar nacional (LC 80/1994). (STF - ADI: 4270 SC e ADI 3892 SC, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 14/03/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-188 DIVULG 24-09-2012 PUBLIC 25-09-2012)

A partir de então, foi permitida a criação da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, através da LC n. 575, a qual dispõe sobre a sua organização e funcionamento, além de estabelecer outras providências.

Essa Lei também prevê os princípios, objetivos e atribuições institucionais, as quais serão tratadas nos próximos itens.

¹⁰⁴ Conteúdo disponível no portal eletrônico do STF

<[¹⁰⁵ Conteúdo disponível no portal eletrônico do STF
<\[46\]\(http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202631&caixaBusca=N,>. Acesso em: 01 jun. 2017.</p></div><div data-bbox=\)](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202631&caixaBusca=N,>. Acesso em: 01 jun. 2017.</p></div><div data-bbox=)

2.3 PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

O artigo 134 da Constituição Federal, em seu parágrafo 4º, acrescentado pelo art. 3º, da Lei Complementar 80/94, dispõe que são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência.

Sobre o princípio da unidade, LIMA esclarece que:

A unidade representa que os Defensores Públicos integram um mesmo órgão, regidos pela mesma disciplina, por diretrizes e finalidades próprias, e sob o pálio de uma mesma chefia. Todos os membros da carreira fazem parte de um todo, que é a Defensoria Pública.¹⁰⁶

Assim, por unidade entende-se que “a Defensoria Pública é um todo orgânico formado por idênticos aspectos estruturais”. Ademais, decorre desse princípio “a vedação de existirem instituições públicas concorrentes, com a mesma base política e com chefias distintas, para exercício das funções cometidas a cada Defensoria Pública”.¹⁰⁷

Isso porque, não existe a possibilidade da criação, por parte do Poder Público, de outra instituição que tenha a mesma finalidade e competência da Defensoria, uma vez que a Lei Orgânica nacional dispõe expressamente que a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.¹⁰⁸

Além disso, não se devem considerar os membros da Defensoria Pública em sua individualidade, mas sim como órgãos de execução de um só organismo. De mais a mais, a Instituição deve ser considerada como única, na qual abrange a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como as Defensorias Públicas dos Estados, diferenciando nas especializações de competência para a finalidade de se dar maior eficiência o serviço prestado, concordando com os demais órgãos do sistema de justiça.¹⁰⁹

O princípio da unidade “permite aos membros da Defensoria Pública substituírem uns aos outros”, decorrendo, nesse sentido, o princípio da indivisibilidade, o qual cinge a ideia de

¹⁰⁶ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 97.

¹⁰⁷ JUNKES, Sérgio Luiz. *Defensoria Pública e o Princípio da Justiça Social*. Curitiba: Juruá, 2005, p. 149.

¹⁰⁸ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 77.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 77-78.

que a “Defensoria Pública atua como um todo orgânico, não está sujeita a rupturas e fracionamentos”.¹¹⁰

Sobre o princípio da indivisibilidade, este indica que “os membros da Defensoria Pública podem ser substituídos uns pelos outros sem que haja prejuízo o exercício das funções do órgão”. Isso significa que os membros podem se alternar entre si, sem prejudicar o serviço jurídico prestado pela Defensoria Pública.¹¹¹

LIMA ainda expressa que:

O que se quer com o princípio institucional da indivisibilidade é que a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública não sofra solução de continuidade, ou seja, que não se permita que ela cesse em virtude da ausência temporária de um dos seus integrantes.¹¹²

Assim, se é imposta a responsabilidade à Defensoria Pública de prestar assistência jurídica integral aos seus assistidos, é indiscutível que esse direito torna-se obrigatório e impostergável, por ser indivisível a Instituição.¹¹³

Ou seja, as suas normas fundamentais e o funcionamento de seus órgãos não podem permitir qualquer solução de continuidade.

Por fim, há o princípio da independência funcional, o qual assegura a liberdade de ação do defensor público com relação a todos os órgãos da administração pública, em especial, o Judiciário.¹¹⁴

Nesse contexto, ter liberdade de ação significa que o Defensor Público tem plena autonomia para atuar, sem quaisquer ingerências de qualquer organismo estatal que possa interferir nisso e, inclusive, do Poder Executivo, da qual a Instituição se vincula. No tocante à subordinação dos membros da Defensoria Pública:

[...] no exercício das suas atividades, apenas estão sujeitos à lei e às suas convicções e não a ordens de quem quer que seja. Porém, no plano administrativo, estão os Defensores Públicos sujeitos aos atos e decisões de direção, organização e fiscalização dos Órgãos Superiores da Defensoria Pública.¹¹⁵

¹¹⁰ ALVES, Cléber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves. *Acesso à justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 113.

¹¹¹ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 97.

¹¹² Idem, Ibidem, p. 97.

¹¹³ GALLIEZ, Paulo Cesar Ribeiro. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 30.

¹¹⁴ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 80.

¹¹⁵ JUNKES, Sérgio Luiz. O que é e o que faz a Defensoria Pública?. *Ágora: Revista de divulgação científica*, Mafra, v. 16, n.1, p. 7, 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/viewFile/12/129>>. Acesso em 01/06/2017.

Isso decorre de que cabe à Defensoria Pública assegurar a assistência jurídica gratuita e integral aos necessitados. Se fosse subordinada a algum organismo estatal, obviamente prejudicaria tal função, que é um direito fundamental previsto na nossa Constituição, portanto, não deve ser violado.

Já com relação ao plano administrativos, conforme PIMENTA, em que pese o Defensor Público Geral esteja no ápice da pirâmide e a ele estarem todos os membros da Defensoria Pública subordinados hierarquicamente, essa subordinação não passa do ponto de vista administrativo.¹¹⁶

Ainda, acerca do princípio em comento, LIMA cita em sua obra o autor Sílvio Roberto Mello Moraes, o qual leciona que:

A independência funcional é princípio dos mais valiosos para a Instituição. Para que cumpra seu dever constitucional de manutenção do Estado Democrático de Direito, assegurando a igualdade substancial entre todos os cidadãos, bem como instrumentalizando o exercício de diversos direitos e garantias individuais, representando, junto aos Poderes constituídos, os hipossuficientes, não raras vezes contra o próprio Estado, é necessário que a Defensoria Pública guarde uma posição de independência e autonomia em relação aos demais organismos estatais e ao próprio Poder ao qual encontra-se, de certa forma, vinculada.¹¹⁷

Dessa forma, deve a Instituição agir em prol de sua finalidade, tal qual de garantir a defesa e orientação jurídica aos necessitados, devendo, portanto, observar somente os limites da legalidade.

Realizadas as análises acerca dos princípios institucionais da Defensoria Pública, torna-se imperioso expor os seus respectivos objetivos.

2.4 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos institucionais da Defensoria Pública estão elencados no art. 3º - A, da Lei Complementar 80/94, após as inovações trazidas com a Lei Complementar 132/09, sendo eles:

- I – a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II – a afirmação do Estado Democrático de Direito
- III – a prevalência e efetividade dos direitos humanos
- IV – a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório

¹¹⁶ ALVES, Cléber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves. *Acesso à justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 113.

¹¹⁷ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 99.

Os objetivos são decorrentes do art. 1º da lei Orgânica Nacional, o qual define a Defensoria Pública como sendo uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, tendo como função, através do regime democrático, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos, e a defesa, em todos os graus, de forma judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Esses objetivos harmonizam-se com as funções institucionais – as quais serão tratadas no próximo item -, contudo, estarem postados antes das descrições destas indica que os encargos, previstos no art. 3º - A, recebem a influência dos escopos projetados para a Defensoria Pública.¹¹⁸

Quanto aos primeiros objetivos, quais sejam a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, cabe fazer uma breve análise.

O princípio da dignidade da pessoa humana é um fundamento previsto no inciso III, do art. 1º da CF/88 e “representa a base para todos os demais direitos constitucionalmente consagrados, sejam de natureza individual, política ou social”. Em suma, ele é “o epicentro dos valores da ordem constitucional vigente”.¹¹⁹

Assim, ao promover a redução das desigualdades sociais, a Defensoria Pública está dando azo à primazia da dignidade da pessoa humana, porquanto, através desse objetivo, a Instituição garante, pela assistência jurídica, a efetivação de direitos essenciais para viver com dignidade. Ademais, ao cumprir com suas funções, sobretudo a fiscalização de políticas públicas destinadas, principalmente, às pessoas hipossuficientes, cumpre com seu objetivo de reduzir as desigualdades sociais, consequentemente a primazia da dignidade da pessoa humana.

A Defensoria Pública atua de diversas formas a fim de reduzir as desigualdades sociais, bem como garantir a dignidade da pessoa humana. Pode-se citar, primeiramente, o próprio acesso à justiça das pessoas e grupos vulneráveis em condições de igualdade com outros, ao pleitear os direitos fundamentais perante a função jurisdicional do Estado. Além disso, através da orientação jurídica, a qual contribui com a emancipação dos indivíduos. Outrossim, a demanda por direitos busca assegurar o mínimo de dignidade para as pessoas

¹¹⁸ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 102.

¹¹⁹ MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p. 22.

hipossuficientes ou vulneráveis, fazendo com que reflita na redução das desigualdades sociais.

120

A afirmação do Estado Democrático de Direito já é vista na exata expressão do art. 134 da CF/1988, quando determina que a Defensoria Pública é o instrumento para garantir a assistência jurídica integral e gratuita, aos necessitados.

De nada adiantaria se o Estado reconhecesse os direitos fundamentais inerentes à dignidade humana, se não houvesse meios de exigir o cumprimento em um ambiente democrático que vivemos.

Assim, a Defensoria Pública é uma expressão e instrumento para perpetuar o nosso Estado Democrático de Direito. Isso porque, essa Instituição é “a porta de entrada da pessoa ou grupo vulnerável no âmbito da função jurisdicional do Estado”.¹²¹

O objetivo da prevalência e efetividade dos direitos humanos decorre do dever da Instituição em sempre preponderar a efetivação dos direitos humanos em tudo aquilo que é abrangido pela assistência jurídica.

Para assegurar a efetividade dos direitos humanos, CORGOSINHO destaca que:

A Instituição tem que estar em constante contato e interlocução com os movimentos sociais, lideranças comunitárias, representantes de minorias e todos os grupos sociais, assegurando-lhes o acesso igualitário e democrático de duas demandas, sem preferir uns em detrimentos de outros.¹²²

Garantir maior acessibilidade do cidadão vulnerável à plena garantia e proteção de seus direitos fundamentais, sobretudo os direitos humanos, torna-se necessário através da Defensoria Pública, tida como expressão e instrumento para solidificar o Estado Democrático de Direito, como mencionado anteriormente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos¹²³ considera o reconhecimento dos direitos fundamentais como fundamento da Liberdade e da Justiça, os quais devem ser promovidos e respeitados como ideais através de toda a humanidade.¹²⁴

Portanto, não diferentemente seria com a Defensoria Pública, mormente por sua função constitucionalmente reconhecida, atuando em todos os aspectos, sempre almejando a efetivação dos direitos humanos.

¹²⁰ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 91.

¹²¹ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 91.

¹²² Idem, Ibidem, p. 91.

¹²³ Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e assinada pelo Brasil naquela mesma data. (CORGOSINHO, 2014).

¹²⁴ Idem, Ibidem, p. 86.

Por fim, falar-se-á sobre o objetivo da Instituição em garantir os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Sem almejar esgotar os estudos sobre os referidos princípios, ressalta-se que é importante discorrer de forma breve acerca desses.

Conforme previsão no inciso LV, do art. 5º, da CF, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Ambos os princípios são fundamentais em processos e têm como conteúdo essencial a garantia da plenitude da defesa e, sem eles, não seria possível a realização de um processo justo, lesionando ou ameaçando o direito de alguém. Os princípios, ainda, garantem a cada litigante a ciência de todos os atos praticados em um processo, para oportunizá-lo de exercer a sua ampla defesa no contraditório.¹²⁵

Dessa forma, o Estado Democrático de Direito, assegura, através de direitos fundamentais dispostos na CF/1988, que a defesa deva ser realizada de forma ampla, em igualdade de condições entre as partes, uma vez que o princípio da igualdade e da liberdade implicitamente determine isso. O Defensor Público, profissional legalmente habilitado ao exercício da ampla defesa técnica, passa a ter uma função fundamental, devendo exercê-la de forma plena e ampla, possibilitando a investigação de todas as formas possíveis que favoreçam o réu e que apure as realidades dos fatos em processos.¹²⁶

Analisando o contexto da relação de paridade entre as partes, a mesma capacidade técnica e estrutural que se confere ao Ministério Público deve também ser conferida à Defensoria Pública, além de todos os atos processuais, de forma que garanta o devido processo legal, o contraditório e a defesa.¹²⁷

Isso porque, na prática, se confere ao Ministério Público uma presunção de legitimidade, frente ao seu duplo papel como fiscal da lei e o de órgão acusador, o que resta claro que existem “ranços do processo penal inquisitivo”, confrontando totalmente aos direitos fundamentais.¹²⁸

¹²⁵ AFONSO, José da Silva. *Comentário Contextual à Constituição*. 6ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 154.

¹²⁶ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 97.

¹²⁷ Idem, Ibidem, p. 97.

¹²⁸ RUDOLFO, Fernanda Mambrini. *Dogmas Acusatórios Em Uma Democracia in Constitucional: A Metagarantia da Defesa Pública e o Combate à cultura corporativista do medo in: BURGER, Adriana Fagundes; KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). Defensoria Pública: O reconhecimento constitucional de uma metagarantia*. Brasília: Anadep, 2015, p. 71-94. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/AF_E-book_Metagarantia.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017, p. 75.

Portanto, é de suma importância a atuação da Defensoria Pública para fazer cessar essa “presunção de legitimidade” muitas vezes conferida somente ao Ministério Público, tornando equiparadas as condições entre as partes e possibilitando o sentido mais literal de contraditório e ampla defesa.

Em síntese, o que se pode concluir no tocante aos objetivos expressamente declarados é que não haveria a necessidade de detalhá-los, uma vez que, se todos fazem parte do Estado Democrático de Direito, eram para entendê-los de forma implícita. Entretanto, a previsão expressa tem o intuito de deixar clara a necessidade de os membros da Defensoria Pública rechaçarem “o colapso do sistema penal e o desrespeito à igualdade, aos direitos humanos e ao próprio direito de defesa”.¹²⁹

Passa-se, então, lembrando que sem esgotar os estudos, discorrer sobre as atribuições da Defensoria Pública.

2.5 FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

As funções institucionais da Defensoria Pública estão previstas, em rol exemplificativo, no art. 4º da LC 80/1994. Isso porque, com a finalidade da Instituição, não se poderia limitar suas funções em um rol taxativo. A propósito, diversas legislações podem acrescentar outras funções à Defensoria Pública, por óbvio, desde que em consonância com as suas finalidades e objetivos.

Analisando a LC 80/1994, percebe-se que outra lei complementar, a de n. 132/2009, trouxe inúmeras funções a mais à Defensoria Pública, permitindo melhor atuação no tocante à orientação jurídica e na defesa dos necessitados, conforme prevê o art. 134 da Constituição Federal. Essa amplificação das funções da Instituição reforçou ainda mais as atribuições coletivas, não somente no âmbito judicial, como também no extrajudicial.¹³⁰

Ampliar as funções da Defensoria Pública quanto à atribuição coletiva não significa dizer que destoa da sua finalidade, quando se trata, por exemplo, de assegurar a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. Isso porque a compreensão dos art. 5º, inc. LXXIV, e art. 134, ambos da CF/88, não deve ser feita no sentido literal.

¹²⁹ RUDOLFO, Fernanda Mambrini. *Dogmas Acusatórios Em Uma Democracia in Constitucional: A Metagarantia da Defesa Pública e o Combate à cultura corporativista do medo in: BURGER, Adriana Fagundes; KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). Defensoria Pública: O reconhecimento constitucional de uma metagarantia. Brasília: Anadep, 2015, p. 71-94. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/AF_E-book_Metagarantia.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017, p. 78.*

¹³⁰ MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p. 39.

Nesse contexto:

Com efeito, a junção das expressões insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, CF) e necessitado (art. 134, CF) não resulta obrigatoriamente na fórmula *insuficiência de recursos econômicos*. O sistema jurídico e a realidade social contemporânea apresentam outros tipos de *necessidade* e outras espécies de *insuficiência de recursos* que também reclamam a especial proteção do Estado.¹³¹

Dessa forma, a Defensoria Pública passou não somente a atuar na defesa individual dos necessitados, como também na forma coletiva. Até porque atuar na forma coletiva proporciona muitos benefícios pessoais e individuais, sobretudo, pessoas hipossuficientes, embora a necessidade não se limite à hipossuficiência econômica.

Nesse ínterim, expandindo a visão acerca do significa de necessitado, de forma individual e também na tutela coletiva, que se admite a apresentação da figura do vulnerável e como atua a Instituição, como será tratado melhor no próximo capítulo.

Ainda sobre o não literal significado de necessitado, ressalta-se que a função constitucional da Defensoria Pública se fragmenta em duas vertentes: a função típica e a função atípica.

A função típica é atribuição legal vinculada à defesa, das pessoas necessitadas ou de grupos delas, cujas circunstâncias se resumem no estado de vulnerabilidade econômica ou organizacional.¹³²

Sobre o tema, acrescenta LIMA que as funções típicas:

São exercidas em virtude da *incapacidade econômica* da parte assistida. Leva-se em conta precisamente a *carência de recursos financeiros*, isto é, a impossibilidade de fazer frente aos custos que são exigidos para que se obtenha assistência jurídica.¹³³

Assim, na sua ampla função de assistir juridicamente, a Defensoria Pública, nas funções típicas, direcionam aos incapazes financeiramente, em qualquer âmbito.

Já na função atípica, não necessariamente implica na demonstração de hipossuficiência econômica, sendo suficiente a vulnerabilidade meramente processual. Como exemplos de funções atípicas temos os casos de réus, em ações penais que, após a citação, não constituem advogado ou na função de curadoria no âmbito cível.¹³⁴

Retomando ao rol exemplificativo, previsto no art. 4º da LC 80/1994, destaca-se ainda a importância da atuação da Defensoria Pública, conforme Marília Gonçalves Pimenta:

¹³¹ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011, p. 164.

¹³² RÉ, Aluísio Lunes Monti Ruggeri. *Manual do Defensor Público: Teoria e Prática*. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 137-138.

¹³³ LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. Op cit. Loc. cit.

¹³⁴ Ré, Aluísio Lunes Monti Ruggeri. Op. cit., p. 138.

Garantir o respeito aos Direitos humanos tutelados por normas constitucionais ou internacionais é garantir a própria existência humana. Daí porque o Estado de Direito exige a realização de um devido processo legal e justo.

E a Defensoria Pública ao efetivar o direito de defesa irrenunciável do indivíduo na esfera penal e tornando verdadeiro o contraditório, e a ampla defesa, através de um acesso à justiça eficaz em qualquer área do direito, torna-se a defensoria da própria sociedade.

A necessidade de estruturar a Defensoria Pública condiz com o objetivo de um Estado Democrático de Direito, no qual as diferenças sociais são reduzidas e os direitos humanos são respeitados.

O Brasil caminha na efetivação desses Direitos Humanos, que atingirá o cume através de uma Defensoria Pública forte, resistente e, acima de tudo, consciente de seu papel no mundo contemporâneo.¹³⁵

Nesse contexto, claramente se destaca a atuação do Defensor Público como instrumento do Estado Democrático de Direito e de transformação social, eis que sentimentos morais de justiça, indignação, solidariedade e decisão política os instiga.¹³⁶

Concomitantemente falando-se da atuação da Defensoria Pública para a efetivação dos direitos humanos, cabe mencionar também como atua no âmbito dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Como já foi objeto de estudo no primeiro capítulo, conforme o art. 227 da CF/1988, a proteção das crianças e adolescentes se dá em três planos: família, sociedade e Estado. Estes devem garantir tudo àquilo que abrange os direitos fundamentais.¹³⁷

Uma vez que se tratam as crianças e adolescentes pessoas em desenvolvimento, portanto, vulneráveis. Assim, devem receber uma proteção jurídica adequada, visando sempre a sua prioridade absoluta e seu maior interesse.

No tocante aos princípios e regras do sistema normativo de proteção da criança e do adolescente, é recomendado que a Defensoria Pública atue em todos os casos, porquanto a existência de uma situação de vulnerabilidade presumida está implícita na condição de pessoa em fase de desenvolvimento físico e intelectual.¹³⁸ Fazendo um paralelo às funções da Defensoria Pública, frisa-se que “necessitado” engloba também, como já tratado, pessoas vulneráveis, no seu sentido mais amplo.

Lembrando que a atuação da Defensoria Pública, em prol de suas funções, pode ser efetivada de meio tanto processual quanto extraprocessual.

¹³⁵ ALVES, Cléber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves. *Acesso à justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 133.

¹³⁶ GALLIEZ, Paulo Cesar Ribeiro. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 53.

¹³⁷ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 132.

¹³⁸ Idem, Ibidem, p. 132.

Isso significa que a atuação da Instituição se faz necessária para realizar a justiça social, uma vez que se constitui de instrumento capaz de utilizar-se de mecanismos jurídicos, a fim de minimizar a situação de desequilíbrio social presente a sociedade.¹³⁹

No âmbito processual, a Defensoria Pública atua na defesa dos necessitados perante o Poder Judiciário, colocando em equilíbrio todas as partes.

Já o âmbito extrajudicial abrange muito mais formas de atuar, mas sempre objetivando a prevenção de conflitos por meio da orientação jurídica, da promoção de defesas ou medidas administrativas para solucionar problemas, além de buscas de conciliações.

Sobre as consequências da atuação extrajudicial da Defensoria Pública, Junkes elencou algumas:

[...] afirmação de sua liberdade: com a prestação das informações necessárias ao seu exercício pleno ou com a remoção de eventuais restrições; (b) a criação de oportunidades: com a prestação de informações necessárias para que possam ser percebidas e verificadas ou com a remoção de eventuais óbices, como, por exemplo, no caso da existência de alguma discriminação; (c) a promoção da dignidade: uma vez que assistência jurídica extrajudicial é um direito fundamental – e, portanto, apanágio da dignidade – cujo exercício é pressuposto para a consecução dos demais.¹⁴⁰

Assim, o que se pode concluir é que essa Instituição, além de importante para a atuação judicial, se faz mais imprescindível ainda na atuação extrajudicial, uma vez que proporciona a concretização da justiça social, que é um dos fundamentos da nossa Constituição.

Feitas disposições sobre o conhecimento sintetizado das funções da Defensoria Pública, sobretudo para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, far-se-á uma análise de como essa Instituição atua no tocante a esses direitos, quando se trata de adolescentes autores de ato infracional, mais especificamente na execução da medida socioeducativa de internação, como será objeto de estudo do próximo capítulo.

¹³⁹ JUNKES, Sérgio Luiz. *Defensoria Pública e o Princípio da Justiça Social*. Curitiba: Juruá, 2005, p. 106.

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 125.

3. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

3.1 A PREDOMINÂNCIA DA RESPONSABILIZAÇÃO ESTATUTÁRIA SOBRE O DIREITO PENAL JUVENIL

Como já estudado no primeiro capítulo, antes da promulgação da nossa Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, vigorava o segregador Código de Menores de 1979, cujo sistema jurídico diminuía e culpabilizava os vulneráveis, que utilizava-se do termo *menores em situação irregular*¹⁴¹.

Entretanto, com o advento do texto constitucional e da Lei 8.069/1990, surgiu uma nova visão de reponsabilidade: a estatutária.

Essa responsabilização trouxe os instrumentos jurídicos, como as medidas socioeducativas, as quais possuem uma finalidade pedagógica, não somente coercitiva, sendo assim não podem ser comparadas às penas¹⁴².

Ao analisar a ideia de responsabilização estatutária, percebe-se que a Lei não propôs a perpetuação da falta de limites no tocante à ilicitude. Sabe-se que os menores de 18 anos são inimputáveis em termos penais, mas isso não quer dizer que crianças e adolescentes que cometem atos infracionais não serão responsabilizados por seus atos. Isso porque assumirão os atos ilícitos praticados sob a ótica da responsabilização estatutária.¹⁴³

Conforme já estudado, o art. 227 da CF/1988 prevê que é de responsabilidade da família, sociedade e Estado conferir a prioridade às crianças e adolescentes, seguindo os ditames da Doutrina da Proteção Integral. Assim, tudo o que se busca é a inserção destes na sociedade da melhor forma possível, assim, não cabe estigmatizá-los de forma negativa, porquanto isso levaria ainda mais a uma exclusão social.

E, sabe-se que a exclusão social alimenta ainda mais a máquina da criminalidade: tudo o que uma sociedade não quer. Assim, deve-se tratar com prioridade absoluta as crianças e

¹⁴¹ Dizia respeito ao menor de 18 anos de idade que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta e ainda o autor de infração penal. (VERONESE, 1999, p. 35)

¹⁴² Sanção imposta pelo Estado a quem comete crime estabelecido em lei penal.

¹⁴³ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores?* – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 266-267.

adolescentes, não somente para se evitar uma sociedade conturbada, mas com um olhar diferenciado: individualizando cada um deles, levando em consideração que possuem o *status* de sujeitos de direitos em desenvolvimento e que merecem total atenção para garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para fins de serem reinseridos na sociedade com dignidade.

Nesse sentido, a resposta do Estatuto às medidas socioeducativas é de que, além de serem sociais, são também educativas. Essa é a principal estratégia de intervenção dos adolescentes autores de ato infracional para que se concretize a finalidade de socioeducação.

144

Já dizia BECCARIA que:

É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los; e todo legislador sábio deve procurar antes impedir o mal do que repará-lo, pois uma boa legislação não é senão a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que se lhes possam causar, segundo o cálculo dos bens e males desta vida.¹⁴⁵

Seguindo essa ideia, nada melhor que observar o caráter pedagógico das medidas socioeducativas para concretizar a sua finalidade e que, conforme aludido, se previna o mal antes de ter que repará-lo.

Mas, ainda, infelizmente, existem os adeptos ao “Direito Penal Juvenil”, os quais, de forma semelhante aos que defendiam que os adolescentes em conflito com a lei são “penalmente responsáveis”, ainda que sejam pessoas que necessitem de um “tratamento penal diferenciado”, sustentam que a Lei Penal e a Processual Penal são suficientes para garantir os direitos individuais aos adolescentes em conflito com a lei, em que pese não confrontam o ECA nem a Lei do SINASE.¹⁴⁶

Entretanto, com todo o rol de garantias processuais prevista na nossa Constituição de 1988, a qual atribuiu às crianças e adolescentes a prioridade absoluta, não faz mais sentido o discurso dos adeptos do “Direito Penal Juvenil”. Isso poderia se justificar, se estivessemos vivendo sob a égide do sistema inquisitorial menorista, na qual o Código Penal era possuidor

¹⁴⁴ VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 119.

¹⁴⁵ BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e Das Penas*. Bauru: Edipro, 2ªed., 2011, p. 116.

¹⁴⁶ DIGIÁCOMO, Murilo. *Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional – o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente in Justiça, Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 208.

de maiores garantias para os maiores de idade, assim, seria necessário utilizá-lo para garantir os direitos individuais aos adolescentes em conflito com a lei.¹⁴⁷

Até porque as garantias do direito penal e processo penal já estão previstas no Estatuto - outro motivo pelo qual se refutam os argumentos dos defensores do Direito Penal Juvenil -, conforme ensina VERONESE:

O garantismo pretendido sob o nome de “Direito Penal Juvenil”, já está na realidade no texto constitucional, no próprio Estatuto, que nos arts. 106 a 109 trata dos Direitos Individuais e mais especificamente nos arts. 110 e 111, que dizem respeito as garantias processuais: o devido processo legal, o contraditório, pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional, entre outros e, ainda mais agora com a Lei nº. 12.594/2012, que regulamenta a execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.¹⁴⁸

Diferentemente também entende DIGIÁCOMO, ao dispor que a solução para adolescentes autores de ato infracional se dará por intermédio do fortalecimento do Direito da Criança e do Adolescente, com a correta compreensão e aplicação das normas estatutárias, bem como seus princípios que regem a matéria. Com isso, os benefícios dos adolescentes atendidos pela Justiça da Infância e da Juventude seriam assegurados, consequentemente resultaria em reflexos positivos ao “Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente”, bem como à população em geral.¹⁴⁹

Dessa forma, para garantir os direitos das crianças e adolescentes e propor uma solução aos adolescentes que cometem ato infracional, deve-se compreender de forma correta e aplicar medidas socioeducativas de acordo com a finalidade que traz o Estatuto e com o caso concreto.

Nesse ínterim, ressalta-se que a leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente necessita partir de uma compreensão conforme a Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu um sistema de direitos e garantias, bem como a norma internacional de proteção dos Direitos Humanos – Convenção Internacional da Criança. Considerando ambos, entende-se que não pode mais o direito da criança e do adolescente considerado como um apêndice do

¹⁴⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 270.

¹⁴⁸ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 270.

¹⁴⁹ DIGIÁCOMO, Murilo. *Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional – o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente in* Justiça, Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 209.

Direito Penal, Direito de Família, ou mesmo abordado conjuntamente com as demais disposições do ECA.¹⁵⁰

Sobre o tema, ROSA acredita que os atos infracionais são accertamentos normais dos adolescentes que vivem numa realidade excludente como a brasileira, além disso, não se pode confundir a lógica do sistema de medidas socioeducativas com a lógica da resposta do sistema penal. No caso contrário, pensar com a lógica do Direito Penal implicaria no recrudescimento da medida socioeducativa aplicada.¹⁵¹

Na mesma linha de pensamento, ao tratar a responsabilização de adolescentes autores de atos infracionais, PAULA leciona que trata-se de um conjunto sistêmico distinto do Direito Penal. Além disso, sobre o tema diz que:

Tanto a pena pode conter privação de liberdade, quanto a medida socioeducativa. Mas esta, até por força da Constituição da República, fica subordinada a princípios que lhe dão uma feição própria, distinta daquela, de modo que não se justifica, cientificamente, a tese da existência, em nosso ordenamento, de um direito penal juvenil.¹⁵²

À vista disso, o que se pode concluir é que o sistema socioeducativo previsto no Estatuto não está relacionado ao sistema penal, uma vez que a responsabilização estatutária tem como escopo a educação, com o objetivo de não levar os adolescentes a uma futura exclusão social – ou até mesmo ajudar a retirá-los da exclusão social.

Nesse diapasão:

O Estatuto ao assentar-se nas medidas socioeducativas – frente ao ato infracional – firma a sua crença no ser humano, na sua capacidade de descobrir valores autênticos a partir do contato direto com práticas educativas que, coerentemente, evidenciem tais valores, e desse modo, acredita a capacidade/possibilidade real deste ser em transforma-se, aprimorando-se.¹⁵³

Assim, a verdadeira inerência trazida pelo Estatuto, no tocante à prática de ato infracional, é a responsabilização estatutária, a qual tem como principal objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento do adolescente, educando-o para que possa viver com dignidade.

Ao contrário disso, um dos autores adeptos ao Direito Penal Juvenil – LIBERATI – concorda que o art. 228 da CF/1988 permite a responsabilização penal do adolescente, na

¹⁵⁰ ROSA, Alexandre Morais da. *Imposição de Medidas Socioeducativas*: ao adolescente como uma das faces do Homo Sacer (Agambem) in *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 278.

¹⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 291.

¹⁵² PAULA, Paulo Afonso Garrido. *Ato infracional e natureza do sistema de responsabilização in Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 45.

¹⁵³ VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 122.

previsão limítrofe da lei especial, o Estatuto, o qual dispõe sobre medidas socioeducativas de natureza penal, em retribuição ao ato infracional cometido.¹⁵⁴

SARAIVA também concorda que não se pode ignorar que o ECA instituiu no país um sistema que pode ser definido como de Direito Penal Juvenil. Em que pese tenha o Estatuto estabelecido um caráter pedagógico em sua concepção e conteúdo, a sua forma se dá de forma retributiva, articulada sob o fundamento do garantismo penal e de todos os princípios norteadores do sistema penal enquanto instrumento de cidadania.¹⁵⁵

Dessa forma, claramente se percebe a predominância da responsabilização estatutária sobre o direito penal juvenil, adotado por alguns autores, tendo em vista que este afronta totalmente a Doutrina da Proteção Integral trazida com a CF/1988 e o ECA.

3.1.1 A medida socioeducativa de internação no contexto da responsabilização estatutária

Conforme já estudado no primeiro capítulo desta monografia, a medida socioeducativa de internação é classificada como a mais severa. Cabe lembrar que essa medida privativa de liberdade, segundo o art. 121 do ECA, deve respeitar os princípios da excepcionalidade, brevidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Reiterando o item anterior, a nossa Constituição de 1988 e o Estatuto reservou aos adolescentes, com a prática de ato infracional, a chamada responsabilização estatutária. E essa responsabilização se concretiza no cumprimento das medidas socioeducativas e ou específicas de proteção.¹⁵⁶

Como se sabe, a aplicação das medidas socioeducativas deve auxiliar no desenvolvimento humano do adolescente, e esse auxílio se permite na normatização presente no ECA e no SINASE. Portanto, não devem se restringir a uma mera previsão, mas sim efetivá-la na prática. Não diferentemente deve acontecer com a medida socioeducativa de internação.

¹⁵⁴ LIBERATI, Wilson Donizeti. *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 85.

¹⁵⁵ SARAIVA, João Batista Costa. *Direito Penal Juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas*. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 45.

¹⁵⁶ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 281.

Nos centros de internação, as atividades que compõe a ação socioeducativa estão contempladas na escolarização formal, nas oficinas culturais, práticas esportivas, atendimento psicossocial, objetivando sempre o desenvolvimento do socioeducando.¹⁵⁷

Para consubstanciar a finalidade da medida socioeducativa de internação, todos os profissionais envolvidos nos estabelecimento de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei têm a obrigação de assumir sua figura de educador.¹⁵⁸

Para Fabiana Botelho Zapata, “aquele que evidenciar o cumprimento do programa, com aproveitamento, deverá ter sua situação reanalisada pelo Juízo das Execuções e poder contar com a possibilidade de recuperar sua liberdade de ir e vir”.¹⁵⁹

Entretanto, para que se alcance essa liberdade de ir e vir, se não for liberado compulsoriamente, terá de apresentar, conforme supracitado, condições que evidenciem progresso no que tange a socioeducação.

Já para o alcance do referido progresso, necessário se faz o cumprimento, de acordo com as garantias normativas, da medida socioeducativa de internação. O tratamento deve ser respeitoso e digno a todos os adolescentes, o qual deve iniciar-se na recepção dos servidores, sobretudo, abominar quaisquer práticas de acolhimento ilegais.¹⁶⁰

Não somente deve ser cumprido o caráter pedagógico por todos os agentes socioeducativos, como também devem estar de acordo com a previsão legal as entidades executoras. Sobre o assunto, o art. 94 do ECA, como já citado nesta monografia, estabelece um rol exemplificativo de obrigações a serem cumpridas dentro do estabelecimento de internação.

Segundo OLIVEIRA e VERONESE, “as medidas socioeducativas serão eficazes a partir do momento que contemplem um modelo pedagógico voltado para a educação à cidadania”.¹⁶¹

Em suma, sem esgotar todas as possibilidades da socioeducação, essas são as regras principais para que o cumprimento da medida socioeducativa de internação possa concretizar seu caráter pedagógico, pois o coercitivo já é cumprido com a própria privação de liberdade.

¹⁵⁷ ZAPATA, Fabiana Botelho. *Internação: medida socioeducativa?* Reflexões sobre a socioeducação associada à privação de liberdade in Edição Especial da 2ª Revista da Defensoria Pública: Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: EDEPE, 2010, p. 46.

¹⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 46.

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 47.

¹⁶⁰ JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. *Ato Infracional e Direitos Humanos: a internação de adolescentes em conflito com a lei*. In: Seminário FESPSP “São Paulo: a cidade e seus desafios”, 2015, São Paulo. GT 14 – Violência institucional, p. 12. Disponível em : <http://www.fespsp.org.br/seminarios/anais5/GT14/ATO_INFRACIONAL.pdf>. Acesso em: 03 jun 2017.

¹⁶¹ VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 130.

Entretanto, como disporá o próximo item, far-se-á uma análise se as obrigações são cumpridas a fim de tornar a medida eficaz, no que concerne a sua finalidade.

3.2 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, NA PRÁTICA, CUMPRE COM O CARÁTER SOCIAL E PEDAGÓGICO?

O estabelecimento socioeducativo é o local onde a medida socioeducativa de internação é executada, quando o Poder Judiciário sentencia no sentido de encaminhar adolescentes ao cumprimento da referida medida.

Cabe lembrar que existe um conjunto de trabalhos realizado dentro dos estabelecimentos, em diversas áreas de atuações, que buscam a finalidade social e pedagógica da medida socioeducativa, a fim de responsabilizar o adolescente que está cumprindo.

Para que seja cumprida a finalidade de proporcionar ao adolescente autor de ato infracional meios suficientes para construir o seu próprio caráter, de maneira adequada, como já estudado, as entidades devem cumprir uma série de obrigações, previstas no art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entretanto, quando constata-se, através de fiscalização, que essas obrigações são desrespeitadas, implica-se nas sanções previstas no art. 97 do ECA, além de ser possível a propositura de Ação Civil Pública, objetivando o Poder Público a cumpri-las, até mesmo fechar ou interditar o estabelecimento educacional que estiver irregular.¹⁶²

Além do art. 94 do ECA, em seus artigos 123 e 124 também se solidificam a obrigatoriedade de atividades pedagógicas, como também já mencionado.

Assim, verifica-se que as falhas encontram-se naqueles que aplicam a lei, bem como as entidades executoras da medida socioeducativa de internação.

Segundo VERONESE e SILVEIRA, “as instituições de internação em muito se assemelham com prisões comuns, seja pela ausência de planos pedagógicos, seja pela superlotação e pelas condições inóspitas à dignidade humana”.

Muito embora exista uma legislação específica e progressista que almeja proteger as crianças e adolescentes, sobretudo àqueles que cumprem medida socioeducativa de internação, ainda não foram alcançados os efeitos desejados. Isso porque a violência

¹⁶² VERONESE, Josiane Rose Petry Veronese; SILVEIRA, Mayra. *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p. 211.

institucional não foi reduzida e os estabelecimentos onde se cumprem a medida socioeducativa de internação não estão bem equipados, como previsto na lei.¹⁶³

Juarez Cirino dos Santos acredita que a medida socioeducativa de internação representa uma instituição da prisão para a juventude, nos quais os resultados refletem em efeitos danosos, dentre eles a consciência de culpa e sentimentos de impotência, que se “manifestam na agressividade de jovens envolvidos numa atmosfera de angústia e ódio”.¹⁶⁴

Não se olvida que, em face das carências existentes nos estabelecimentos onde se executa a medida socioeducativa de internação, como um dos problemas da medida socioeducativa de internação, os resultados não raras vezes refletiriam nos efeitos danosos mencionados pelo autor.

Impossível que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, os quais grande parte vem de uma realidade muito diferente de como deve ser viver com dignidade - por conta da presente falha do poder executivo em promover políticas públicas que previnam a desigualdade social -, possam sair sem a eficácia invertida. Em condições que não se prioriza a socioeducação, os estabelecimentos acabam por produzir ainda mais a estigmatização e prisionalização, conseqüentemente, aumentaria os efeitos danosos.

Para que isso não seja concretizado ou para não perpetuar a contradição entre o processo educacional e privação de liberdade, algumas das circunstâncias que devem superar essa ideia são uma melhora na estrutura física e uma maior atenção para a capacitação do pessoal envolvido.¹⁶⁵

Entretanto, entendem muitos autores que essas condições estruturais, apesar de previstas em lei da melhor forma, não foram alcançadas a fim de sanar a eficácia invertida.

Isso porque, como exemplo, tem-se que as atividades externas, na grande parte dos estabelecimentos onde se cumpre a internação, não se concretizam. Tanto a falta de estrutura quanto a ausência de uma equipe capacitada contribuem para isso. Dessa forma, entende-se que restam prejudicados os fundamentos de que a aplicação da medida socioeducativa de internação cumpre com o caráter pedagógico.

¹⁶³ BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 49.

¹⁶⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. *O Adolescente Infrator e os Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, n. 2, p. 90-99, maio 2016. ISSN 1677-1419. Disponível em: <<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/32>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

¹⁶⁵ BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 47.

De nada adianta privar a liberdade de ir e vir do adolescente, se a medida não traz sequer o mínimo de contribuição para trazê-lo de volta à liberdade.¹⁶⁶

No mesmo sentido entende Elcio Resmini Meneses, ao opinar que “em nada contribui o isolamento do adolescente infrator, menos ainda quando o atual modelo socioeducativo impõe disputas internas de espaço, eis que o flagrante é a superlotação das casas”. Assim, para que, na prática, o sistema socioeducativo não se aproxime das características de um sistema penal, é necessário prezar sempre para a finalidade educativa.¹⁶⁷

É perceptível que se faz necessária a preparação do adolescente para a sua saída, em todos os sentidos, tanto no que tange a socioeducação quanto ao rompimento do ciclo de exclusão – do qual já vem antes de ser internado –, para que lhe sejam abertas portas à reinserção, porquanto, ao contrário, a internação não passaria de mera segregação retributiva, muito semelhante ao modelo adulto.¹⁶⁸

Ressalta-se também que, além da preparação de forma direta, alia-se também de forma imprescindível para o que se pretende, a preparação da sociedade para que receba o adolescente sem estigmas, excluindo qualquer estereótipo, preconceito e discriminação, a fim de que possa ser dada a ele oportunidade de que tanto necessita como caminho de mudança.¹⁶⁹

Não se pode esquecer de que o adolescente que ingressa no estabelecimento de internação, geralmente vem de uma sociedade desigual, e o conflito com a lei é uma das consequências decorrente disso.

Portanto, não se pode culpabilizar o adolescente que praticou ato infracional e que veio a ser internado, levando em consideração os meios nos quais desenvolveram seus primeiros anos de existência. O que se pode entender é que a violência presente na vida desses adolescentes reproduz nada mais do que a violência sofrida de uma classe social sobre a dominação de outra.

¹⁶⁶ JESUS, Mauricio Neves. *Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral*. São Paulo: Servanda, 2006, p. 102.

¹⁶⁷ Cf. MENESSES, Elcio Resmini. *O Ministério Público e as Medidas Socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 112. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp028327.pdf>>. Acesso em 05.05.2017.

¹⁶⁸ SILVA, Marcelo Gomes. *Análise crítica da minoridade penal: da exclusão econômico-criminológica à proteção integral*. 303 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010, p. 64-65.

¹⁶⁹ SILVA, Marcelo Gomes. *Análise crítica da minoridade penal: da exclusão econômico-criminológica à proteção integral*. 303 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010, p. 65.

Nada mais justo, então, que o tratamento dentro dos estabelecimentos de internação cumpra com seus papéis ideais, a fim de trazer uma nova realidade aos adolescentes, uma nova perspectiva de vida.

Contudo, não é essa a visão que grande parte da sociedade e até mesmo os próprios servidores que atuam na área da infância de juventude, sobretudo, nos estabelecimentos de internação. Ao contrário do que condiz a Doutrina da Proteção Integral, muitos não tem observado os adolescentes para além da prática do ato infracional, consequentemente ficam impossibilitados de enxergar como é tratar o adolescente com base no princípio da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Nesse contexto, SILVA acredita que a mudança também se deve dar em nível político, com o objetivo de se ter uma visão a partir de outra perspectiva sobre os adolescentes em conflito com a lei, para que se rompa o ciclo vicioso de violência.¹⁷⁰

No mesmo sentido, o Defensor Público do Estado de Santa Catarina Tiago de Oliveira Rummler diz que:

De todo modo, vejo que a sociedade não tolera (muitas vezes por falta de compreensão) que adolescentes infratores, especialmente quando reiteram na prática de atos infracionais graves, sejam mantidos em liberdade. Ao revés, conforme é de sabença comum, há cada vez mais pressão da mídia e da sociedade para que eles sejam tratados como adultos e encaminhados para a penitenciária.¹⁷¹

Mas como prosperar um futuro melhor, com a inserção desses adolescentes na sociedade, com vida digna, se onde se pretende a sua responsabilização nos ditamos do Estatuto, não há a concretização das finalidades?

É evidente que exista uma legislação específica e progressista às crianças e adolescentes. O problema está na ausência da materialização daquilo que se chama socioeducação e na impossibilidade de desenvolver de forma integral os adolescentes que ficam internados, ante o precário e incompleto cumprimento do caráter pedagógico presente na medida socioeducativa de internação. Ademais, salienta-se que não somente a ineficácia da medida de internação contribui para isso, como também a sociedade que age sob o impulso de responsabilizar somente o indivíduo, como se a parcela de culpa por sua situação fosse totalmente sua.

Ademais, a existência de deficiências de acesso aos jovens à educação e ao trabalho, bem como estruturas de oportunidade disponíveis nos campos da saúde, lazer e cultura,

¹⁷⁰ SILVA, Marcelo Gomes. Op cit., p. 66.

¹⁷¹ RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo desta monografia].

contribuem para o agravamento da situação de vulnerabilidade social para grande parte dos adolescentes. A ausência de todos esses fatores culmina na exposição ainda maior dos jovens ao optar pelo conflito com a lei.¹⁷²

Sobre a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre a eficácia da aplicação da medida socioeducativa de internação, se posicionaram alguns aplicadores da lei, tais como juiz, promotor, delegada, através de entrevistas.¹⁷³

Para o Promotor Sérgio Ricardo Joesting, o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das normas mais avançadas do mundo, entretanto, o problema está na inaplicabilidade delas por falta de recurso.

O Juiz da Vara da Infância e Juventude – Márcio Rene Rocha – acredita que se o sistema socioeducativo de Santa Catarina funcionasse de acordo com o ECA, o resultado obtido em face dos adolescentes seria muito diferente.

Por sua vez, no mesmo sentido, a Delegada Marilisa Boehm, que atuou por 21 anos na Delegacia de proteção à criança, adolescente, mulher e idoso, disse que a lei é excelente, contudo o problema está na estrutura.

Portanto, observa-se que há uma série de questões para que possa alcançar a finalidade socioeducativa descrita àqueles em conflito com a lei. A eficácia se dá desde o cumprimento correto à execução da medida socioeducativa de internação, conforme estabelecido em lei, à compreensão da sociedade e a existência de políticas públicas para tanto.

Corroborando com o que opinam alguns autores, bem como profissionais da área da infância e juventude, tratar-se-á de alguns dados que discorrem acerca da realidade do sistema socioeducativo.

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH – de forma anual levanta dados do sistema socioeducativo, com o objetivo de analisar o funcionamento do SINASE no Brasil. O mais recente Levantamento Anual foi o do ano de 2014, o qual levanta dados, divulgados em 2017.

Conforme disposto no próprio documento supracitado¹⁷⁴, trata-se de uma série de dados sobre o atendimento socioeducativo, o perfil quantitativo dos adolescentes, além das características do atendimento oferecido nesta política pública.

¹⁷² INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal*: esclarecimentos necessários. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf>. Acesso em 04 jun 2017.

¹⁷³ JOESTING, Sérgio Ricardo; ROCHA, Márcio Rene; BOEHM, Marilisa. *A segunda chance*. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_segunda-chance/eca.html>. Acesso em 10 jan 2017.

¹⁷⁴ Levantamento anual SINASE 2014. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2017.

Com relação aos dados relativos do ano de 2014, o documento indica um número total de 24.628 adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade. Isso, conforme a projeção da população do Brasil – segundo o IBGE -, a medida de privação de liberdade e restrição de liberdade representa 0,1% dos adolescentes dentre a população de 12 a 18 anos no Brasil. Observa-se também que, quanto à internação, o crescimento é contínuo desde 2010, sem qualquer decréscimo durante esse período, alcançando o pico mais alto em 2014.

Foram levantados dados acerca de óbitos dentro de unidade de internação, registrando 48 em 2014, dentre eles, 22 foram decorridas de “outro”, o que pode estar relacionado com descuido com registro das informações, intencionalidade na produção incompleta destas informações ou também pode indicar pouca incidência no atendimento socioeducativo por parte dos órgãos de fiscalização, monitoramento e controle social, 15 foram decorrentes de conflito interpessoal e 6 casos de conflitos generalizados. Obteve-se o índice regional de óbitos, sendo que na região Sul foi de 11%.

Conforme a conclusão do Levantamento Anual do SINASE de 2014, em que pese o número de profissionais socioeducadores atuantes nas unidades de privação e restrição de liberdade ter sido significativo, são atividades que carecem de uma delimitação mais precisa em nível nacional, porquanto a indefinição tem levado a alguns desvios de finalidade respaldado nas legislações locais, fato este que ocasiona questões graves no atendimento socioeducativo e aproxima ainda mais esse trabalho profissional com o sistema carcerário adulto.

Outro ponto negativo concluído no documento foi da constatação de óbitos em índice superior a dois por mês no ano de 2014. Consta no documento que o sistema socioeducativo já é marcado por inúmeras denúncias de tortura e maus tratos.

Assim, a conclusão que se pode chegar é que, além dos motivos que levaram ao óbito poderem estar inerentes a fatores internos da medida socioeducativa, cabe mencionar que isso demonstra o descaso para com a segurança dos adolescentes, que, inclusive, consta como um dos eixos da ação socioeducativa.

Uma nota técnica¹⁷⁵ publicada no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2015 -, que trata sobre o debate da redução da maioridade penal, discorre que os problemas do sistema socioeducativo são similares aos do sistema penal, eis que se faz

¹⁷⁵ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. SILVA, Ednid Rocha Andrade da; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf>. Acesso em 04 jun 2017.

presente a seletividade racial, a massificação do encarceramento, a superlotação, assassinatos dentro da instituição e relatos de tortura. Isso porque, conforme o relatório “Um olhar mais atento às unidades de Internação e de Semiliberdade para Adolescentes”¹⁷⁶ publicado em 2013, pela Comissão de Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, há superlotação nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei em 16 estados do Brasil. A maioria dos estabelecimentos não separava os internos por critérios como determina o ECA.

Esse relatório contém dados de inspeções realizadas pessoalmente por promotores de justiça em todo país em março de 2012 e março de 2013, em 88,5% das unidades de internação e de semiliberdade para adolescentes e jovens.

Segundo informações retiradas do referido relatório, na região Sul, 27% dos adolescentes internados não estavam próximos à residência dos pais/responsáveis. Com relação à salubridade dos ambientes, foram constatadas que 40% das unidades da Região Sul foram reprovadas. No quesito salas de aula, na mesma região, das 93,3% unidades visitadas, 40% não estavam adequadas. Referente aos espaços para a profissionalização dos internos, foram constatados que 35,6%, das unidades estavam inadequadas, bem como 33,3% não possuíam espaços para esporte, cultura e lazer.

Quanto aos adolescentes com transtornos psiquiátricos, notou-se que em 15% deles se faz presente estes. O que não condiz com o §3º, do art. 112 do ECA, que preceitua o tratamento diferenciado aos adolescentes portadores de doença ou deficiência mental.

Mais específico ainda que esses dados mencionados, a parceria entre o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil culminou em um relatório - Inspeção Nacional às Unidades de Internação de Adolescente em Conflito com a Lei¹⁷⁷ - realizado a partir de uma pesquisa, chamada de “Inspeções de Direitos Humanos”, em 21 Estados e Distrito Federal, em março de 2006, no qual restou analisada a situação das unidades de privação de liberdade dos adolescentes. No Estado de Santa Catarina foi feita visita no Centro Educacional São Lucas, localizado na cidade de São José/SC, no qual, na época, estavam internados 52 adolescentes, embora existissem 40 vagas.

¹⁷⁶ Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: *Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes*. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Relat%C3%B3rio_Interna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 04 jun 2017.

¹⁷⁷ Inspeção Nacional às Unidades de Internação de Adolescente em Conflito com a Lei. *Direitos Humanos: um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei*. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/relatorio_oab.pdf>. Acesso em: 04 jun 2017.

O título do relatório no tocante a essa unidade já se inicia com “Herança de Unidade Prisional”. Nele, ficou constatado que os alojamentos são precários, os quais se assemelhavam a celas; a higiene e a climatização são precárias; o número de profissionais da saúde era insuficiente para atender às demandas; os adolescentes não recebiam preservativos, o que servia de justificativa de separação física entre gêneros; os adolescentes relataram queixas acerca da área de saúde e alimentação. Quanto ao acesso ao projeto pedagógico-profissionalizante, não foi possível efetivá-lo. Ainda, segundo a diretora da unidade, de 60% a 70% dos jovens retornavam para a própria unidade.

Por óbvio, todos esses dados demonstram, de certa forma, como funcionam os estabelecimentos onde se cumprem medida socioeducativa de internação no Brasil.

De fato, há que ressaltar impossível ser o caráter pedagógico cumprido, diante de ambientes insalubres e ausência de acompanhamentos essenciais. Isso demonstra que a responsabilização estatutária do adolescente não estão sendo efetivadas, e os modelos socioeducativos do País estão longe de servir como exemplos. Pode-se, sim, notar que as unidades estão pautadas no modelo carcerário – tudo o que menos se pretende nas legislações de proteção das crianças e adolescentes -, as quais de forma alguma irão proporcionar uma vida digna, sem riscos de possíveis exclusões, aos adolescentes. Isso se reflete em como esses adolescentes se tornarão cidadãos adultos.

Em busca disso a Defensoria Pública é uma das instituições que atua diretamente na execução da medida socioeducativa de internação, a fim de lutar contra os efeitos negativos presentes na realidade, como se passará a expor no próximo item.

3.3 A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Como é sabido, a Defensoria Pública é reconhecida na Constituição Federal de 1988 em seu art. 134. O Supremo Tribunal Federal é classificado como órgão do Poder Judiciário o qual protege a nossa Constituição, conforme o seu art. 102.

Este órgão também já se posicionou quanto ao reconhecimento da instituição da Defensoria Pública:

A Defensoria Pública, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, qualifica-se como instrumento de concretização dos direitos e das liberdades de que são titulares as pessoas carentes e necessitadas. É por essa razão que a Defensoria Pública não pode (e não

deve) ser tratada de modo inconseqüente pelo Poder Público, pois a proteção jurisdicional de milhões de pessoas – carentes e desassistidas –, que sofrem inaceitável processo de exclusão jurídica e social, depende da adequada organização e da efetiva institucionalização desse órgão do Estado. De nada valerão os direitos e de nenhum significado revestir-se-ão as liberdades, se os fundamentos em que eles se apóiam – além de desrespeitados pelo Poder Público ou transgredidos por particulares – também deixarem de contar com o suporte e o apoio de um aparato institucional, como aquele proporcionado pela Defensoria Pública, cuja função precípua, por efeito de sua própria vocação constitucional (...), consiste em dar efetividade e expressão concreta, inclusive mediante acesso do lesado à jurisdição do Estado, a esses mesmos direitos, quando titularizados por pessoas necessitadas, que são as reais destinatárias tanto da norma inscrita no art. 5º, inciso LXXIV, quanto do preceito consubstanciado no art. 134, ambos da Constituição da República. Direito a ter direitos: uma prerrogativa básica, que se qualifica como fator de viabilização dos demais direitos e liberdades – Direito essencial que assiste a qualquer pessoa, especialmente àquelas que nada têm e de que tudo necessitam. Prerrogativa fundamental que põe em evidência – Cuidando-se de pessoas necessitadas (...) – A Significativa importância jurídico-institucional e político-social da Defensoria Pública. ([ADI 2.903](#), Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 1º-12-05, Plenário, *DJE* de 19-9-08).

Deve-se entender que a Defensoria Pública ampara àqueles que necessitam, a fim de efetivar os seus direitos. No âmbito da infância e juventude, mais especificamente na atuação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, como objeto desta monografia, não poderia ser diferente, mormente por se tratar de hipervulneráveis.

De nada adianta vigorar leis, como do ECA e do SINASE, se na prática a efetivação delas se dá de forma precária.

É em virtude disso que surge o trabalho de conscientização do Defensor Público, como membro da instituição e como instrumento de transformação social, visto que a classe socialmente excluída possui raras oportunidades de ver sua realidade transformada.¹⁷⁸

Por óbvio, não se pode generalizar, mas grande parte daqueles adolescentes que se encontra nas unidades de internação já vem de uma realidade onde se perpetuam as desigualdades sociais e desigualdade de acesso aos direitos, reproduzindo, com isso, a violência sofrida de uma classe social dominante.

À vista disso, se vê como essencial a atuação da Defensoria Pública, seja pelo âmbito judicial, em busca das garantias individuais e processuais dos adolescentes, seja pelo âmbito extrajudicial, como realização de visitas nas unidades de internação, para então poder sanar a ineficácia da socioeducação presente na realidade da medida de internação no Brasil.

¹⁷⁸ GALLIEZ, Paulo Cesar Ribeiro. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 79.

Isso porque não cabe à Defensoria Pública esperar os problemas chegarem ao seu conhecimento, mas sim atuar em busca de efetivar os direitos. Atuar de forma judicial e extrajudicial proporciona a concretização da justiça social e da garantia da dignidade da pessoa humana, que são alguns dos fundamentos da nossa República.

Contudo, merece destaque a atuação extrajudicial, já que esta possui características relevantes no tocante à justiça social, tendo em vista que proporciona conhecimento à população necessitada na nossa sociedade, contribuindo para prevenção de conflitos, com soluções amigáveis e justas.

Ressalta-se que a atuação não somente se dá no sentido de ser judicial ou extrajudicial, mas também como individual e coletivo, como já visto.

Com relação à essencialidade da Defensoria Pública em exercer a função jurisdicional do Estado das pessoas necessitadas, estão inclusos as crianças e adolescentes. É necessário que lhes assegure a dignidade e a proteção devida, mormente por se tratarem de pessoas em desenvolvimento. Essas merecem proteção especial do Estado, inclusive aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, por terem cometido ato infracional.¹⁷⁹

Para alcançar a dignidade do adolescente autor de ato infracional, segundo o Defensor Público Tiago de Oliveira Rummler, primeiramente, devem-se respeitar as garantias e os direitos fundamentais, bem como atender os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei do SINASE, além de outros diplomas que tratam sobre a matéria, inclusive os internacionais.¹⁸⁰ Sobre a atuação da Defensoria Pública quanto às restrições e prejuízos que sofrem os adolescentes internados esclarece que:

[...] além de uma dedicada atuação processual, a melhor forma que tem a Defensoria Pública para garantir a dignidade dos adolescentes/jovens adultos autores de ato infracional e o respeito aos seus direitos humanos é participando ativamente do cumprimento da medida, com visitas aos estabelecimentos, fiscalizando se são oferecidas aos internos as condições necessárias a um processo de socioeducação, bem como se seus direitos estão sendo devidamente respeitados.¹⁸¹

Pois bem. Se uma unidade de internação não oferece escola e/ou cursos, por exemplo, acaba por deixar os internos trancafiados durante o dia todo, “certamente a sua dignidade estaria sendo vilipendiada, pois a sua liberdade, bem maior, estaria sendo privada sem que

¹⁷⁹ BARBOSA, Danielle Rinaldi. *Desafios da atuação do Defensor Público da Infância e Juventude*: divergência de discursos entre teoria e prática na seara infracional. In: RÉ, Aluísio Lunes Monti; REIS, Gustavo Augusto Soares dos (Org.). *Temas aprofundados Defensoria Pública*, Vol. 2. Salvador: JusPodivm, p. 904-905.

¹⁸⁰ RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta monografia].

¹⁸¹ RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta monografia].

fosse propiciada a sua socioeducação”.¹⁸² Em outras palavras, os adolescentes estariam cumprindo, literalmente, a sua medida socioeducativa como uma pena privativa de liberdade nos moldes da prática do sistema penitenciário, o que diverge da Doutrina da Proteção Integral dos adolescentes e do âmbito pedagógico das medidas socioeducativas.

Assim, entende-se que, para a democratização do acesso à justiça, por consequência, a efetivação dos direitos humanos inerentes à medida socioeducativa de internação, é a Defensoria Pública um instrumento primordial para garanti-los durante o a execução da referida medida.

3.3.1 A atuação da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis* na execução da medida socioeducativa de internação

A expressão *custos vulnerabilis*, que quer dizer guarda dos vulneráveis, é uma condição constitucional atribuída à Defensoria Pública, tendo em vista a possibilidade de atuação judicial da Instituição em processos na qualidade de interveniente no cumprimento de suas atribuições e interesses constitucionalmente previstos.¹⁸³

Nessa perspectiva, o órgão defensorial intervém na tutela de interesses de necessitados, mesmo que sejam representados por advogado particular.

Essa atribuição da Instituição é advinda da própria interpretação constitucional e legal, em decorrência do art. 134 da CF/1988, no qual atribui à Defensoria Pública a orientação jurídica de forma integral e gratuita, dos direitos individuais coletivos aos necessitados, na forma do inc. LXXIV do art. 5º desta Constituição, como já abordado no capítulo anterior.

Dentro do rol das missões institucionais da Defensoria Pública previsto no art. 134, está a realização de defesa dos necessitados em suas diversas modalidades: tanto judicial quanto extrajudicial, de forma individual ou coletiva.

Importante lembrar que, em relação à defesa dos necessitados, não se pode limitar o seu significado somente no âmbito econômico, mas sim atribuir também a diversos grupos que estejam em uma posição de vulnerabilidade. Isso porque, analisando o art. 134 da CF/1988, percebe-se que não há qualquer limitação ao termo necessitado. A necessidade não pode se dar exclusivamente à insuficiência financeira, tem que direcionar também às necessidades jurídicas.

¹⁸² RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta monografia].

¹⁸³ PASSADORE, Bruno de Almeida. *A Defensoria Pública enquanto custos vulnerabilis*. Disponível em <<http://emporiadodireito.com.br/defensoria-publica-custus-vulnerabilis/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

Ademais, ressalta-se que a atuação da Defensoria Pública não se limita à representação judicial, como já visto nesta monografia, a sua atuação se dá de forma judicial e extrajudicial, em decorrência da série de atribuições previstas na Constituição.

Segundo MAIA, a intervenção do Defensor Público, na qualidade de representante do Estado Defensor, “vai muito além da substituição do advogado privado, sendo possível – além da já conhecida legitimidade coletiva -, a intervenção com lastro em seu interesse institucional”.¹⁸⁴

Nesse ínterim, a questão foi trazida também com o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 554, §1º, o qual dispõe sobre a hipótese de intervenção da Defensoria Pública em casos de demandas possessórias no que tange a atribuição institucional de tutela do necessitado. Assim, percebe-se que a referida Instituição, no disposto referido do CPC, não atua como representante da parte, mas somente como interveniente processual ante seus interesses constitucionais.¹⁸⁵

Para Bruno de Almeida Passadore, a intervenção da Defensoria Pública não se mostra somente possível, como necessária, “não apenas enquanto representante processual do necessitado ou como parte em si, mas também enquanto interveniente, na qualidade de *custus vulnerabilis*, ante a atribuição constitucional do órgão”.¹⁸⁶

Sobre o assunto, o STJ entendeu que:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL NOS EMBARGOS INFRINGENTES. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FAVOR DE IDOSOS. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE EM RAZÃO DA IDADE TIDO POR ABUSIVO. TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. DEFESA DE NECESSITADOS, NÃO SÓ OS CARENTES DE RECURSOS ECONÔMICOS, MAS TAMBÉM OS HIPOSSUFICIENTES JURÍDICOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS. 1. Controvérsia acerca da legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores idosos, que tiveram seu plano de saúde reajustado, com arguida abusividade, em razão da faixa etária. 2. **A atuação primordial da Defensoria Pública, sem dúvida, é a assistência jurídica e a defesa dos necessitados econômicos, entretanto, também exerce suas atividades em auxílio a necessitados jurídicos, não necessariamente carentes de recursos econômicos, como é o caso, por exemplo, quando exerce a função do curador especial**, previsto no art. 9.º, inciso II, do Código de Processo Civil, e do defensor dativo no processo

¹⁸⁴ MAIA, Maurílio Casas. *A segunda onda de acesso à justiça e os necessitados constitucionais*: por uma visão democrática da Defensoria Pública. In: CORREA, André Costa (org.). *Direitos e Garantias Fundamentais*. Birigui: Boreal, 2015, p. 187.

¹⁸⁵ PASSADORE, Bruno de Almeida. *A Defensoria Pública enquanto custos vulnerabilis*. Disponível em <<http://emporiadodireito.com.br/defensoria-publica-custus-vulnerabilis/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

¹⁸⁶ PASSADORE, Bruno de Almeida. *A Defensoria Pública enquanto custos vulnerabilis*. Disponível em <<http://emporiadodireito.com.br/defensoria-publica-custus-vulnerabilis/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

penal, conforme consta no art. 265 do Código de Processo Penal. 3. No caso, o direito fundamental tutelado está entre os mais importantes, qual seja, o direito à saúde. Ademais, o grupo de consumidores potencialmente lesado é formado por idosos, cuja condição de vulnerabilidade já é reconhecida na própria Constituição Federal, que dispõe no seu art. 230, sob o Capítulo VII do Título VIII ("Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso"): "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida." 4. **"A expressão 'necessitados' (art. 134, caput, da Constituição), que qualifica, orienta e enobrece a atuação da Defensoria Pública, deve ser entendida, no campo da Ação Civil Pública, em sentido amplo, de modo a incluir, ao lado dos estritamente carentes de recursos financeiros - os miseráveis e pobres -, os hipervulneráveis (isto é, os socialmente estigmatizados ou excluídos, as crianças, os idosos, as gerações futuras), enfim todos aqueles que, como indivíduo ou classe, por conta de sua real debilidade perante abusos ou arbítrio dos detentores de poder econômico ou político, 'necessitem' da mão benevolente e solidarista do Estado para sua proteção, mesmo que contra o próprio Estado.[...]. (EResp nº 1192577, Supremo Tribunal de Justiça, Relatora: Laurita Vaz, Julgado em 19/08/2015) (grifou-se)**

Dessa forma, pode-se concluir que a Defensoria Pública é guardiã constitucional dos vulneráveis, assim como dos direitos humanos, tanto no plano individual quanto coletivo, bem como interpretar a vulnerabilidade de uma forma mais ampla, eis que as necessidades humanas e insuficiência de recurso abrangem vários aspectos.

Seguindo essa linha de raciocínio, é perfeitamente cabível que a Instituição atue como *custus vulnerabilis* na execução da medida socioeducativa de internação, bem como sua fiscalização, porquanto através da posição de condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento presume-se a vulnerabilidade.

Importante salientar que no art. 4º da Lei Complementar Federal 80/1994 o assunto encontra-se respaldado, quando dispõe que:

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando garantir a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

Outrossim, conforme o art. 141 do ECA, é garantido o acesso a toda criança e adolescente aos serviços da Defensoria Pública, sem mencionar a limitação à crianças e adolescentes necessitados de forma econômica.

Cabe mencionar que houve uma reforma no âmbito da Lei de Execuções Penais no ano de 2010, o qual atribuiu em seu art. 81-A à Defensoria Pública a atribuição de zelar pela adequada execução da sanção criminal. Importante destacar que utilizar-se dessa referência está longe de atribuir o caráter punitivo da pena à medida socioeducativa de internação, mas somente demonstrar que, se tal dispositivo põe o adulto encarcerado na posição de vulnerabilidade, admitindo a atuação da Instituição como *custus vulnerabilis*, mais ainda poderia admitir aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, sobretudo a de internação. Isso porque os adolescentes que cumprem a referida medida encontram-se “em dupla situação de vulnerabilidade, uma única e exclusivamente em virtude da idade e outra por estar sobre a custódia do estado, cassado do direito de ir e vir”.¹⁸⁷

Ainda que o adolescente esteja sendo defendido por advogado, entende-se que a Defensoria Pública pode atuar como *custus vulnerabilis*, em que pese não haja entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência.¹⁸⁸

Nesse caso, a referida Instituição não atua como representante da parte, como o advogado, mas como interveniente, assim como já referenciado anteriormente. Dessa forma, nesse tipo de atuação, o objetivo é melhor concretizar a dimensão organizacional do princípio fundamental do acesso à Justiça, além de ampliar a defesa dos interesses e a proteção dos adolescentes, o que está em total consonância com a Doutrina da Proteção Integral.

Na entrevista com o Defensor Público Tiago de Oliveira Rummler, ele ainda mencionou um exemplo:

[...] a situação em que a Defensoria Pública se posiciona contra a transferência temporária dos adolescentes/jovens adultos para um presídio sob o argumento de que uma galeria do CASE precisa ser dedetizada, pleiteando então que ocorra a transferência, estritamente pelo tempo necessário, para outra unidade apropriada para o cumprimento de medida socioeducativa. Imagine que todos os adolescentes/jovens adultos daquela galeria sejam representados por advogado, ficaria a Defensoria Pública impedida de atuar? E caso a transferência seja iminente e os advogados sequer estejam sabendo dela, ficarão os seus clientes prejudicados quando, ao atuar, a Defensoria Pública apenas está exercendo o seu papel de tutelar os interesses de um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade?

Portanto, negar a atuação da Defensoria Pública, neste caso, conclui-se que reduziria os princípios à absoluta prioridade aos adolescentes e de seu interesse superior, mormente para a efetiva finalidade da medida socioeducativa de internação.

¹⁸⁷ RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo desta monografia].

¹⁸⁸ RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo desta monografia].

3.3.1.1 A legitimidade da Defensoria Pública para fiscalizar as unidades de internação

Para que possa a Defensoria Pública exercer a defesa dos adolescentes que necessitem, bem como assegurar os princípios da Doutrina da Proteção Integral e a finalidade de socioeducação da medida de internação, se faz necessário atuar em todo o processo de execução de medida socioeducativa, sobretudo, fiscalizar as unidades de internação para fazer cumpri-las.

LIBERATI entende que as atribuições da Defensoria Pública perante a defesa dos adolescentes são:

[...] prestar assistência jurídica a todos os adolescentes que necessitem, em todos os graus de jurisdição e enquanto perdurar a execução; b) requerer as providências necessárias para o pleno e satisfatório cumprimento das medidas socioeducativas; c) manifestar-se em todos os incidentes da execução; d) interpor recursos das sentenças e decisões judiciais; e) impetrar habeas corpus, mandado e segurança ou outros procedimentos judiciais cabíveis em favor dos adolescentes; f) ouvir pessoal, individual reservadamente o adolescente, bem como seus familiares e/ou responsável; g) **comparecer mensalmente às entidades destinadas à execução de medidas socioeducativas privativas de liberdade**; h) representar ao Ministério Público acerca de irregularidades verificadas no cumprimento de medidas socioeducativas; i) participar de todas as audiências do Juizado da Infância em que não houver advogado constituído. (processo penal juvenil, pg. 176) ¹⁸⁹(grifou-se)

Acerca do poder fiscalizatório nas entidades de atendimento previstas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o seu art. 95 dispõe que cabe ao Judiciário, Ministério Público e os Conselhos tutelares fiscalizá-las.

Nota-se a ausência na norma estatutária no tocante à atribuição da Defensoria Pública em fiscalizar as entidades de atendimento.

Entretanto, em que pese não haja previsão legal no tocante à fiscalização à Defensoria Pública no Estatuto, existem outros diplomas legais que seguem caminhos opostos. Isso só se dá por conta da ausência na previsão legal, entretanto, não há também no Estatuto impedimento da referida Instituição fiscalizar as entidades de atendimento, até porque deve ser levado em consideração que a Lei do Estatuto foi promulgada em 1990, já a LC 80/1994 foi publicada 4 anos depois, como se percebe. Assim, é compreensível que a Defensoria Pública não esteja no rol de órgãos com poderes de fiscalização.

¹⁸⁹ LIBERATI, Wilson Donizeti: *Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa*. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 176.

Além disso, como já mencionado no subitem anterior, barrar a fiscalização por mais um órgão nas unidades de internação seria o mesmo que reduzir os princípios que norteiam os direitos das crianças e dos adolescentes.

Com relação a esses diplomas legais supracitados, temos a já tratada nesse trabalho: Lei Complementar Federal 80/1994, que organiza e prescreve as normas gerais acerca da Defensoria Pública.

O art. 108 da referida Lei prevê atribuições dos Defensores Públicos Estaduais, dentre eles:

IV – atuar nos estabelecimentos prisionais, policiais, de internação e naqueles reservados a adolescentes, visando ao atendimento jurídico permanente dos presos provisórios, sentenciados, internados e adolescentes, competindo à administração estadual reservar instalações seguras e adequadas aos seus trabalhos, franquear acesso a todas as dependências do estabelecimento independentemente de prévio agendamento, fornecer apoio administrativo, prestar todas as informações solicitadas e assegurar o acesso à documentação dos assistidos, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista com os membros da Defensoria Pública do Estado. (grifou-se)

É nítido que para cumprir a sua essencial função jurisdicional e instrumentalização do regime democrático, de forma extrajudicial, para fins de garantir os direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, no caso, os adolescentes internados, se legitima a Instituição em comento para fiscalizar as unidades de internação, porquanto para garantir este é uma forma pelo qual se possam garantir aqueles.

Além disso, a prerrogativa de acesso às unidades de internação também podem ser extraídas de outros dispositivos da Lei supracitada, tais como aqueles previstos no art. 4º, mencionado no subitem anterior, e até mesmo na Lei Complementar do Estado de Santa Catarina n. 575 de 2012 – art. 4º, inc. XV e art. 22, inc. X¹⁹⁰.

De mais a mais, a Lei do SINASE, que estabelece o processo de avaliação e gestão do atendimento socioeducativo também prevê a participação da Defensoria Pública, em seu art. 18, §2º.

Dessa forma, percebe-se que suporte normativo é o que não falta para legitimar a fiscalização das unidades de internação pela Defensoria Pública, a fim de que possa verificar se os direitos dos adolescentes internados estão sendo assegurado, caso contrário, que possa tomar as providências necessárias para isso, com o intuito de promover, também, os direitos humanos.

¹⁹⁰ Art. 4º. XV – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, com vistas a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais; Art. 22. X – atuar nos estabelecimentos prisionais, policiais, de internação e naqueles reservados a adolescentes.

Em que pese haja todo esse suporte normativo, em Criciúma – SC houve um caso em que um Defensor Público foi impedido pela Coordenadora da unidade de acessar as dependências do CASEP (unidade de internação provisória) para cumprir a sua função institucional de fiscalizar as condições físicas do local. Diante da situação, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina impetrou mandado de segurança, o qual foi concedido pelo Juiz, no dia 25/10/2016, sob o argumento de que a coordenadora teria que respeitar as atribuições e prerrogativas, conforme todo arcabouço normativo, acrescentando ainda que “para exercer sua incumbência de promoção dos direitos humanos, necessário que a Defensoria Pública tenha acesso às dependências das unidades de internação para verificar eventuais situações de violações”.¹⁹¹

Agir contra a legitimação da Defensoria Pública em fiscalizar estabelecimentos de internação não somente confronta a Constituição Federal de 1988, quando atribui a missão de orientação jurídica prevista em seu art. 134, como também tudo aquilo que está positivado em prol dos adolescentes. Ademais, é conveniente que em uma democracia se busque a ampliação de instrumentos de controle da atividade estatal, em especial quando se trata de aprimoramento do sistema que rege os direitos das crianças e dos adolescentes.

Outrossim, fiscalizar as unidades de internação possibilita ainda mais o Defensor Público agir, de forma judicial e extrajudicialmente, individual e coletivamente, quando a medida de internação não cumprir com a sua finalidade de socioeducação, o que a torna ineficaz como já tratado nesta monografia, mormente pelos descumprimentos das obrigações previstas no rol exemplificativo do art. 94 do ECA.

3.3.1.2 A legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública

Em decorrência dos descumprimentos dos direitos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, o que acaba por torna-la ineficaz, a Defensoria Pública deve atuar sempre em busca de saná-los.

Como já de conhecimento, cabe à Instituição em comento, na execução da medida socioeducativa de internação, prestar assistência jurídica a todos os adolescentes que necessitem; requerer as providências necessárias para o pleno e satisfatório cumprimento da

¹⁹¹ Conteúdo disponível no portal eletrônico da Defensoria Pública de Santa Catarina. < <http://defensoria.sc.gov.br/index.php/2013-04-04-21-03-48/485-justica-de-criciuma-garante-a-prerrogativa-da-defensoria-publica-de-acessar-as-dependencias-do-casep-para-fins-de-inspecao> > Acesso em 20 abril 2017.

medida e manifestar-se em todos os incidentes da execução; ouvir pessoal, individual e reservadamente o adolescente.

A fiscalização, bem como a entrevista pessoal, individual e reservada com o adolescente permite a constatação dos desrespeitos aos direitos destes internos.

Para tanto, a fim de suprir as falhas e buscar sempre a socioeducação, cabe à Defensoria Pública requerer as providências necessárias, tanto individual quanto coletivamente, judicial ou extrajudicialmente, em nome próprio, para defender os interesses dos adolescentes necessitados. Está incluso nessas providências a propositura de ação civil pública quando o descumprimento das obrigações do rol exemplificativo do art. 94 do ECA atingir os adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação.

Para tanto, primeiramente necessário se faz discorrer acerca da legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública.

A Lei n. 11.448 de 2007 alterou a Lei da Ação Civil Pública para incluir no rol de legitimados a Defensoria Pública.

Essa inclusão no rol de legitimados fortificou a afirmação do nosso Estado Democrático de Direito, o qual garante a proteção aos direitos fundamentais. Assim, justo ter sido ampliado o acesso à justiça para efetivar esses direitos.

Isso não quer dizer que antes da referida Lei a Defensoria Pública não tinha legitimidade para propor ação civil pública¹⁹², entretanto, a alteração promovida a reforçou ainda mais.

Embora tenha havido entendimentos diferentes, como o questionamento da legitimidade da Defensoria em propor ação civil pública, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3943), proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), esse entendimento não prosperou.¹⁹³

¹⁹² O art. 5º da LACP e o art. 82, inc. II, do CDC já previam que a ACP poderia ser proposta pela União e pelos Estados, logo, a Defensoria Pública Estadual é um órgão do Estado, e presumia-se a legitimidade. Além disso, a jurisprudência já entendia que as Defensorias possuíam legitimidade para propor ACP. Temos como exemplo o referido precedente:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE. DEFENSORIA PÚBLICA. INTERESSE. CONSUMIDORES.

A Turma, por maioria, entendeu que a defensoria pública tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa do interesse de consumidores. Na espécie, o Nudecon, órgão vinculado à defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro, por ser órgão especializado que compõe a administração pública direta do Estado, perfaz a condição expressa no art. 82, III, do CDC. (...)

(STJ. 3ª Turma. REsp 555.111-RJ, Rel. Min. Castro Filho, julgado em 5/9/2006).

¹⁹³ Por unanimidade, o Plenário do STF julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3943 e considerou constitucional a atribuição da Defensoria Pública em propor ação civil pública. Os ministros entenderam que o aumento de atribuições da instituição amplia o acesso à Justiça e é perfeitamente compatível com a LC 132/2009 e com as alterações à Constituição Federal promovidas pela EC 80/2014, que estenderam as atribuições da Defensoria Pública e incluíram-na nas legitimação para propor ação civil pública. (Conteúdo

A CONAMP argumentou que a norma questionada apresentou vício de inconstitucionalidade. Isso, pois, alegou que a instituição da Defensoria Pública foi criada para atender aos necessitados, de forma gratuita, os quais são aqueles desprovidos de recursos suficientes para se defender judicialmente ou serem orientados juridicamente. Entendeu, assim, que tal característica impõe uma individualização e identificação, ou seja, não seria possível a atuação na defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

Contudo, em sentido contrário, o STF deixou claro que o conceito de “necessitado” no processo coletivo possui suas peculiaridades, mas deve ser reconhecido em conceito amplo.

Nesse sentido, a Ministra e relatora do julgamento, Cármen Lúcia, se posicionou:

Condicionar a atuação da Defensoria Pública à comprovação prévia da pobreza do público-alvo diante da situação justificadora do ajuizamento de ação civil pública (conforme determina a Lei n. 7.347/1985) parece-me incondizente com princípios e regras norteadores dessa instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, menos ainda com a norma do art. 3º da Constituição da República.

Foi argumentado, também, no julgamento da ADI 3943, que a legitimidade da Defensoria Pública, para ajuizar ação civil pública, não implicaria em conflitos de atribuições com o Ministério Público. Até porque, a legitimação do MP não é exclusiva, sendo que cada órgão ou entidade legitimado pode mover a demanda coletiva, sem demonstrar prejuízos entre eles.

Assim, percebe-se que o STF compreendeu a relevância da Defensoria Pública para a realização da democracia, além de ter ultrapassado o escasso entendimento sobre ser a instituição somente uma prestadora de serviços jurídicos em processos individuais.

Sobre o assunto, importante aludir que a Lei n. 132/2009 alterou a Lei Complementar 80/1994, a qual organiza a Instituição em comento, para incluir de forma expressa a propositura de ação civil pública como uma das funções institucionais:

[...]

VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupos de pessoas hipossuficientes;

[...]

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado. (grifou-se)

Dessa forma, percebe-se que restou notório a evolução no que tange o acesso à justiça, sobretudo aos necessitados.

Isso porque, diante de um constante quadro de evolução das relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, não seria mais eficaz se voltar apenas à tutela individual, tornou-se clara a necessidade de modernização das instituições públicas, a fim de efetivar ainda mais o acesso à justiça.¹⁹⁴

Nesse contexto, é válido fazer alusão sobre a Emenda Constitucional 80/2014, que alterou a redação do art. 134 da CF/1988, acrescentando a legitimação da Defensoria Pública para a defesa de direitos individuais e coletivos, o que trouxe ainda mais credibilidade à legitimidade da Instituição em propor ação civil pública na defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

Conforme mencionou a Ministra Cármen Lúcia, a inclusão taxativa dos direitos coletivos no rol de atribuições da Defensoria Pública é coerente com as novas tendências e crescentes demandas sociais de se garantir e ampliar os instrumentos de acesso à justiça, ainda entendeu que não interessa à sociedade limitar a tutela dos hipossuficientes.¹⁹⁵

Em que pese o entendimento, inclusive constitucional, de que a Defensoria Pública pode propor ação civil pública, o STF entendeu ser possível a propositura de Ação Civil Pública pela Defensoria e de que cabe à Defensoria Pública averiguar a compatibilidade dos interesses e direitos que protege com os beneficiários de quaisquer ações ajuizadas, ainda que seja ação civil pública.

Entende-se que, no caso de direitos violados aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, é possível sim a propositura de ação civil pública a fim de concretizar a eficácia da socioeducação.

Ao ajuizar ação civil pública para proteger os direitos dos adolescentes, estará atuando como *custus vulnerabilis*, ainda que beneficie, por exemplo, adolescentes que estejam sendo defendidos por advogado, eis que a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento os colocam na posição de vulneráveis.

Sobre a ideia de vulnerabilidade:

¹⁹⁴ CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 119.

¹⁹⁵ Conteúdo disponível no portal eletrônico do STF <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=291085>> Acesso em 12 jun. 2017.

[...] está ligada a possibilidade ou não de um determinado grupo de exercer com plenitude seus direitos, junto ao sistema de justiça. Muitas vezes determinados grupos por conta de suas especificidades não conseguem acessar com plenitude o sistema jurídico, seja por sua complexidade, por seu distanciamento com a realidade social e pela dificuldade de acessar os mecanismos legais e políticos colocados à disposição dos cidadãos pelo Estado.¹⁹⁶

Não há por que, portanto, entender não ser legítima a Defensoria Pública para assegurar os direitos dos adolescentes nas entidades de internação.

3.3.1.3 Casos concretos de atuação da Defensoria Pública

A Defensoria Pública é uma Instituição de suma importância à democracia e ao acesso à justiça, tendo em vista a sua ampla assistência jurídica integral aos necessitados.

Por óbvio não se pretende esgotar todas as formas que a Defensoria Pública pode atuar em face da ineficácia que a medida socioeducativa de internação proporciona. Contudo, mostrando alguns casos concretos, viabiliza o entendimento como se pode atuar, de forma individual ou coletiva, judicial ou extrajudicial, a fim de que a medida socioeducativa de internação cumpra com o seu caráter pedagógico.

Através de uma entrevista realizada com o Defensor Público Tiago de Oliveira Rummler¹⁹⁷, que atua na Comarca de Itajaí/SC, na área da infância e juventude, possível será a abordagem de algumas atribuições.

Sobre a frequência com que ocorre a fiscalização das unidades de internação, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, apesar de não ter regulamentado a questão, por ser uma instituição nova, expediu uma recomendação para que os Defensores Públicos fizessem ao menos mensalmente. O Defensor Tiago Rummler ainda acrescentou que, além de não avisar as unidades com antecedência, é importante se fazer presente logo após situações excepcionais como fugas e rebeliões, porquanto esse acaba se tornando o momento em que os adolescentes internos ficam mais vulneráveis a sofrerem tortura ou outras espécies de punições.

¹⁹⁶ GIFFONI, Johny Fernandes. *A Defensoria Pública e a Defesa dos Direitos das Populações Indígenas*. In: BURGER, Adriana Fagundes; KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). *Defensoria Pública: O Reconhecimento Constitucional de Uma Metagarantia*. Brasília: KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). *Defensoria Pública: O Reconhecimento Constitucional de Uma Metagarantia*. Brasília: Anadep, 2015, p. 94-149. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/AF_E-book_Metagarantia.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017, p. 103.

¹⁹⁷ RUMMLER, Tiago de Oliveira. Entrevista concedida a Thayse Raupp da Silva. Florianópolis. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta monografia].

O intuito dessas visitas é, além de averiguar as condições em geral da entidade, entrevistar de forma reservada e individualizada cada um dos internos.

Isso contribui para a busca da efetivação dos direitos dos adolescentes internos, especialmente no que tange a socioeducação. São através das visitas e atendimentos dos adolescentes que se podem verificar quais são os direitos que estão sendo desrespeitados pela unidade de internação, especialmente quando a visita é realizada sem aviso prévio ou após casos fugas ou rebeliões, como relatado pelo Defensor.

Relatou também o Defensor que quando se depara com irregularidades e tem legitimidade para buscar saná-las, sempre opta por fazer de ofício.

Nessa questão que se aborda a atuação extrajudicial da Defensoria Pública. Segundo o Defensor Público, quando existe precariedade na estrutura e higienização das entidades destinadas ao cumprimento da medida socioeducativa de internação, por exemplo, deverá instar, primeiramente, a direção da unidade ou, se for necessário, ao Departamento de Administração Socioeducativo – DEASE – para resolver a questão.

Contudo, caso não seja sanado as irregularidades, nada impede que sejam ajuizadas as ações cabíveis, em especial a Ação Civil Pública, para ser possível

tutelar adequadamente o direito que os adolescentes e jovens adultos internos tem de passar por um processo de socioeducação em uma entidade que respeite os seus direitos humanos, que ofereça condições dignas e que apresente a necessária e devida estrutura.

No tocante ao oferecimento de escolarização, no CASE da comarca de Itajaí, esse serviço deixou de ser prestado nos dois primeiros meses em que voltou a funcionar. Ante a situação, além de ter solicitado de forma administrativa para que fosse dada a devida escolarização aos internos, foi pleiteado judicialmente, nos processos de execução de medida socioeducativa a transferência ou a liberação ou ainda a progressão da medida dos internos para a de liberdade assistida.

Isso porque, diante da falta de estrutura, o estabelecimento não estava oferecendo algo em termos de socioeducação, caracterizando o estabelecimento como um odioso depósito de adolescentes/jovens adultos. Entretanto, os pedidos foram indeferidos pelo Juiz, eis que a situação foi solucionada. Com relação ainda sobre o oferecimento de escolarização, relatou que a situação já foi solucionada através da atuação extrajudicial da Defensoria Pública.

Restou concluído que as providências tomadas quanto aos direitos de escolarização, profissionalização, atividades culturais esportivas e de lazer, bem como cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos, via de regra, se busca de forma coletiva, pois

visam beneficiar a integralidade ou parte dos internos, entretanto, não se exclui a hipótese de se tomar providência de forma individual, quando a situação se mostrar necessária.

Quanto aos tratamentos prestados pelos agentes socioeducativos, em entrevistas individuais e reservadas já foram denunciadas algumas situações que se enquadram no contexto legal de tortura. Isso, pois, acredita que relatar essas situações na frente dos agentes deixam os adolescentes com insegurança em relação às retaliações.

Nota-se que parte dos agentes se porta como se fosse agente penitenciário, talvez por faltar a consciência de que o tratamento é de suma importância para o processo de socioeducação dos internos.

Para rechaçar esse tipo de comportamento, o Defensor, quando se deparou com o relato de um caso de tortura generalizada, a qual soube pelos relatos dos adolescentes, acreditou que se tratava de situação grave, assim foi ajuizada pela Defensoria Pública, em conjunto com o Ministério Público, uma ação cautelar em que se pedia, dentre outros requerimentos, a produção antecipada de provas à oitiva de todos os adolescentes internos em Juízo, além da realização de exame de corpo de delito. Assim, ao fim, foi deferido o pedido do afastamento de diversos agente socioeducativos da unidade de internação.

Como já tratado nesta monografia, a presença da família ou responsáveis no cumprimento da medida socioeducativa de internação é muito importante para contribuir no caráter pedagógico, até porque é de sua responsabilidade também zelar pelos direitos da criança e do adolescente, conforme o art. 227 da CF/1988.

O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo é princípio basilar na execução de medidas socioeducativas – art. 35, inc. IX, da Lei n. 12.594/2012. Ademais é direito individual do adolescente submetido à medida de internação cumpri-la em uma unidade mais próxima de seu local de residência, consoante art. 48, inc. I, da mesma lei citada anteriormente. Dessa forma, a Defensoria Pública sempre pugna pela transferência do socioeducando a entidade mais próxima da cidade de residência de seus familiares ou responsável. No caso de ausência de unidade de internação em uma distância plausível que permita a participação da família ou responsável, deve ser sempre pugnada a progressão da medida do adolescente.

No que tange ao PIA, a Defensoria Pública sempre deve fiscalizá-lo de forma que se evite que os seus objetivos e atividades nele previstas não sejam desatendidos por falta de estrutura da entidade, além de se evitar que o socioeducando não seja prejudicado por não ter alcançado os objetivos, por motivos de não ter sido a ele proporcionado. Percebendo

irregularidades, cabe à Defensoria Pública pugnar de forma administrativa ou judicial, quando através da primeira não haja uma solução.

Ainda sobre o PIA, por vezes parte dos Juízes, quando se deparam com relatórios favoráveis à progressão das medidas e constatam que o adolescente interno respondeu a muitos processos de apuração de ato infracional ou que seus atos foram muito graves, até mesmo se considerar que o adolescente não está internado por muito tempo, se mostram receosos em progredir a medida socioeducativa. Isso não resta demonstrado de forma explícita, porém, a fundamentação geralmente se dá de forma não plausível.

Isso demonstra que os operadores da Lei não tratam, por muitas vezes, a medida socioeducativa de internação com seu devido caráter e finalidade, mas sim como uma forma de punição, um tratamento semelhante à pena.

Além disso, percebe-se que ainda há muito que melhorar em questão de estrutura, de escolarização e profissionalização, bem como outras obrigações, a fim de tornar a medida de fato socioeducativa.

A Defensoria Pública, como se nota, é um instrumento pelo qual se confronta à ineficácia da medida socioeducativa, quando pleiteia por todos os direitos dos adolescentes internos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da presente monografia, no primeiro capítulo, é perceptível que a partir de 1988 o Direito da Criança e do Adolescente passou por positivas transformações, eis que alterou toda a base de fundamento na legislação.

Passou-se da Doutrina da Situação Irregular, repressiva e discriminatória, para a Doutrina da Proteção Integral, a qual sobreveio após a grande transformação democrática vivida no Brasil: o advento da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa Doutrina trazida com o avanço democrático em nosso País determinou-se que crianças e adolescentes fossem considerados sujeitos de direitos, os quais devem ser tratados com prioridade absoluta, ante a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, por parte do Estado, família e sociedade, como previsto constitucionalmente.

Junto a essa Doutrina ficou estabelecido como os adolescentes em conflito com a lei são responsabilizados: através de medidas socioeducativas. Essas, por sua vez, em que pese esteja presente o caráter coercitivo, prevalece o pedagógico, a fim de que alcance a idealização da responsabilização estatutária.

No presente trabalho, foi especialmente abordada a medida socioeducativa de internação – medida privativa de liberdade que é classificada como a mais severa em que o adolescente está sujeito. Essa medida deve respeitar os três princípios basilares: da excepcionalidade, brevidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Aplica-se a referida medida em casos de atos infracionais praticados mediante ameaça ou violência à pessoa, ou ainda em caso de cometimento reiterado de infrações graves, caso comprovada a inviabilidade de aplicação de outra medida socioeducativa menos gravosa. Os três princípios basilares mencionados anteriormente corroboram com isso.

Ressalta-se que existem mecanismos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Lei do SINASE – o qual criou regras para operacionalizar os direitos previstos no ECA -, para que, após o cumprimento do devido processo legal, respeitando-se as garantias individuais e processuais, a medida socioeducativa de internação seja cumprida da forma mais positiva: garantindo instrumentos sociais e pedagógicos, embora privando os adolescentes de ir e vir, para que possa ser efetivada a finalidade de recuperá-los de forma social e psicológica.

Infelizmente, o Estado ainda está longe de cumprir por completo a sua função de combater as desigualdades sociais. Esses adolescentes em conflito com a lei, nada mais são do que vítimas de um sistema falido, os quais foram privados de receber os direitos fundamentais

de saúde, educação e moradia. Como retorno a essa lacuna proporcionada pela falha do sistema têm-se esses adolescentes que cometem atos infracionais.

Contudo, esse ponto é ainda esquecido pela sociedade e Estado. Muitas pessoas não conseguem enxergar que esses conflitos com a lei são advindos de uma realidade precária a qual estão submetidos muitas crianças e adolescentes. Tratá-los com exclusão e violência, além de julgá-los como marginais, não fará com que a sociedade tome um rumo diferente. Ao contrário do que deva ser feito, muitos ainda acreditam que esses adolescentes devam ser tratados com severidade, esquecendo-se totalmente de que tratam-se de pessoas em fase de amadurecimento. Pensar diferente é prosperar para uma sociedade e um futuro melhor e digno a todos.

Em que pese só o fato de ter que cumprir a medida socioeducativa de internação já indica a falha do Estado, não se pode esquecer de que ainda há tempo para reinseri-los na sociedade de forma digna.

Mas, infelizmente, nem mesmo no cumprimento de medida socioeducativa o Estado e a sociedade vêm cumprindo com as obrigações.

Através de dados coletados de Órgãos Governamentais como IPEA, Secretaria dos Direitos Humanos, Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, foi possível constatar que no Brasil, em geral, as medidas socioeducativas de internação não vêm cumprindo com a sua mais importante finalidade de socioeducação. Ficou evidenciado que a ineficácia da medida socioeducativa de internação está ligada aos desrespeitos às obrigações que devam ser prestadas tanto pelas unidades de internação quanto às pessoas que estão interligadas na execução das medidas. A estrutura das unidades é precária e as atividades oferecidas não são aplicadas da forma correta ou na quantidade correta. Além disso, as pessoas interligadas à execução da medida socioeducativa muitas vezes tratam as adolescente com descaso, sem a consciência de que podem contribuir para cumprir o cunho pedagógico e influenciar esses adolescentes pelo resto de suas vidas.

O resultado dessa ineficácia reflete como esse adolescente irá se sair do sistema socioeducativo: um novo processo de exclusão por parte da sociedade, com o qual se reproduzirá mais violência, alimentando a criminalidade na vida adulta. Os que ainda conseguem reinserir com a forma que se espera, possivelmente possuem uma base familiar bem estruturada ou melhores condições na vida, tanto economicamente quanto socialmente. Entretanto, não é o que acontece na maioria dos casos.

Portanto, é incontestável que se deva aplicar o caráter eminentemente pedagógico às medidas socioeducativas, sobretudo a de internação, melhorando a estrutura, bem como a capacitação dos atores que irão acompanhar os adolescentes internados, de forma direta e indireta. Ao contrário, não se cumprirá com a finalidade principal da medida e se perpetuará a visão penalista e repreensiva, semelhantes aos do sistema penal.

Em busca de combater a ineficácia da medida socioeducativa de internação, bem como efetivar o caráter pedagógico, existe uma Instituição que serve de instrumento para tanto: a Defensoria Pública.

Essa Instituição, a qual surgiu após uma evolução lenta sobre a ideia de acesso à Justiça, foi constitucionalizada em 1988 e é essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida de prestar orientação jurídica integral e gratuita aos necessitados, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, para concretizar a sua expressão e instrumento do regime democrático.

Em Santa Catarina, só foi implementada a Defensoria Pública depois de decorrido mais de 20 anos do advento da Constituição Federal, mas os membros da Instituição, os quais são instrumentos de transformação social, se empenham para o progresso e desenvolvimento daquela e atuam sempre em busca de efetivar ao máximo o direito dos necessitados, em especial, no caso do presente trabalho, dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação.

Nesse contexto, importante aludir que o termo necessitado não resulta obrigatoriamente na fórmula de insuficiências de recursos financeiros. Muito mais que isso, abrange os múltiplos tipos de vulnerabilidades que atingem os indivíduos. A vulnerabilidade, por sua vez, está ligada à possibilidade ou não de um indivíduo ou um grupo exercer com plenitude os seus direitos junto ao sistema de justiça.

Com relação ao supracitado, pode-se dizer que os adolescentes os quais cumprem medida socioeducativa de internação se enquadram nessa caracterização de vulneráveis, por inúmeros motivos, dentre os quais o fato de serem consideradas pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, e pelo fato de estarem privados de suas liberdades.

À vista disso, se vê como essencial a atuação da Defensoria Pública, seja pelo âmbito judicial, em busca das garantias individuais e processuais dos adolescentes, seja pelo âmbito extrajudicial, como realização de visitas nas unidades de internação, para então poder sanar a

ineficácia da socioeducação presente na realidade da medida de internação no nosso País. Até porque a atuação nas entidades de internação é uma de suas atribuições.

Isso porque não cabe à Defensoria Pública esperar os problemas chegarem ao seu conhecimento, mas sim atuar em busca de efetivar os direitos. Atuar de forma judicial e extrajudicial proporciona a concretização da justiça social e da garantia da dignidade da pessoa humana, que são alguns dos fundamentos da nossa República.

É nítido que para cumprir a sua essencial função jurisdicional e instrumentalização do regime democrático, de forma extrajudicial, para fins de garantir os direitos individuais e coletivos, no caso, os adolescentes internados, se legitima a Instituição em comento para fiscalizar as unidades de internação, porquanto para garantir este é uma forma pelo qual se possam garantir aqueles.

Através da fiscalização, o acesso às informações e constatações sobre a execução da medida socioeducativa de internação se tornam amplos.

A Defensoria Pública, ao tomar conhecimento sobre as inúmeras irregularidades nas obrigações das unidades de internação e os desrespeitos aos direitos dos adolescentes internados, pode então atuar de forma a combatê-los.

O que se busca sempre, primeiramente, é a atuação extrajudicial, de forma individual ou coletiva, a fim de ver efetivados os direitos dos adolescentes. Entretanto, nada impede que sejam pleiteados pedidos de forma judicial. Nesse âmbito, de forma individual, a Defensoria Pública sempre vai pleitear pelos direitos do adolescente no seu próprio processo de execução.

Entretanto, quando observar que os desrespeitos aos direitos estão atingindo diversos adolescentes, pode também pleitear de forma extrajudicial, ou judicial, em caso de urgência. É o caso, por exemplo, de ajuizar Ação Civil Pública. Aliás, foi concluído que legitimada é a Defensoria Pública para propor ação civil pública, tendo em vista que constitui ferramenta indispensável para pleitear a proteção dos direitos coletivos.

Assim, conclui-se que a Defensoria Pública serve como instrumento indispensável para atuar como *custus vulnerabilis* na execução da medida socioeducativa de internação, a fim de atender os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei do SINASE, pelos quais garantem o caráter socioeducativo das medidas socioeducativas, inclusive a de internação, para, consequentemente, torná-la eficaz.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cléber Francisco; PIMENTA, Marília Gonçalves Pimenta. *Acesso à justiça em preto e branco: retratos institucionais da Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- ALVES, Sirlei Fátima Tavares. *Efeitos da internação sobre a psicodinâmica de adolescentes autores de ato infracional*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do in CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.
- AMARANTE, Napoleão Xavier do in CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.
- BARBOSA, Danielle Rinaldi. *Desafios da atuação do Defensor Público da Infância e Juventude: divergência de discursos entre teoria e prática na seara infracional*. In: RÉ, Aluísio Lunes Monti; REIS, Gustavo Augusto Soares dos (Org.). *Temas aprofundados Defensoria Pública*, Vol. 2. Salvador: JusPodivm.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e Das Penas*. Bauru: Edipro, 2ªed., 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE*. Brasília: Conanda, 2006.
- BRASIL, Lei n. 8.060, de 13 de junho de 1990. *Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- BRASIL, Lei n. 12. 594, de 18 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*.
- BRASIL, Lei n. 80, de 12 de janeiro de 1994. *Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências*.
- BRASIL. *Levantamento anual SINASE 2014*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2017.
- CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca. *Acesso à justiça e cidadania*. Chapecó: Argos, 2006.
- CORGOSINHO, Gustavo. *Defensoria Pública: Princípios Institucionais e Regime Jurídico*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Arraes, 2014.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da in CURY, Munir. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

CHIARETTI, Daniel in *Temas aprofundados Defensoria Pública*: Volume 2. Salvador: JusPodivm, 2014.

DIGIÁCOMO, Murilo. *Garantias Processuais do Adolescente Autor de Ato Infracional* – o procedimento para apuração de ato infracional à luz do direito da criança e do adolescente. In *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.

GALLIEZ, Paulo Cesar Ribeiro. *Princípios Institucionais da Defensoria Pública*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GIFFONI, Johny Fernandes. *A Defensoria Pública e a Defesa dos Direitos das Populações Indígenas*. In: BURGER, Adriana Fagundes; KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). *Defensoria Pública: O Reconhecimento Constitucional de Uma Metagarantia*. Brasília: KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). *Defensoria Pública: O Reconhecimento Constitucional de Uma Metagarantia*. Brasília: Anadep, 2015, p. 94-149. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/AF_E-book_Metagarantia.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017.

GONÇALVES, Maria Dinair Acosta. *Proteção Integral: paradigma multidisciplinar do Direito Pós-Moderno*. Porto Alegre: Alcance, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal*: esclarecimentos necessários. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf>. Acesso em 04 jun 2017.

JESUS, Mauricio Neves. *Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral*. São Paulo: Servanda, 2006.

JOESTING, Sérgio Ricardo; ROCHA, Márcio Rene; BOEHM, Marilisa. *A segunda chance*. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_segunda-chance/eca.html>. Acesso em 10 jan 2017

JUNKES, Sérgio Luiz. *Defensoria Pública e o Princípio da Justiça Social*. Curitiba: Juruá, 2005.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. *Ato Infracional e Direitos Humanos*: a internação de adolescentes em conflito com a lei. In: Seminário FESPSP “São Paulo: a cidade e seus desafios”, 2015, São Paulo. GT 14 – Violência institucional, p. 12. Disponível em : <http://www.fesp.org.br/seminarios/anais5/GT14/ATO_INFRACIONAL.pdf>. Acesso em: 03 jun 2017.

LIBERATI, Wilson Donizeti. *Adolescente e Ato infracional: Medida socioeducativa é pena?*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

LIBERATI, Wilson Donizeti: *Processo Penal Juvenil*: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa. São Paulo: Malheiros, 2006.

LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. *Defensoria Pública*. Salvador: JusPodivm, 2011.

MAIA, Maurílio Casas. *A segunda onda de acesso à justiça e os necessitados constitucionais: por uma visão democrática da Defensoria Pública*. In: Direitos e Garantias Fundamentais, org. André Costa Correa. Birigui: Boreal, 2015.

MARÇURA, Jurandir Norberto in CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELO, Eduardo Rezende de in CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELOTTO, Amanda Oliari. *A Defensoria Pública e a proteção de direitos metaindividuais por meio de ação civil pública*. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

MENDEZ, Emílio García in CURY, Mnuir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

MENESES, Elcio Resmini. *O Ministério Público e as Medidas Socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 110-111. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp028327.pdf>> Acesso em 05.05.2017.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; SOUZA, Marli Palma; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Infância e Adolescência, O conflito com a lei: algumas discussões*. Florianópolis Fundação Boiteux, 2001.

MORAES, Bianca Mota de; RAMOS, Helane Vieira. *A Prática de Ato Infracional*. In: MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Ato Infracional e Natureza do Sistema de Responsabilização*. In Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. ILANUD, 2006.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de in CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

PASSADORE, Bruno de Almeida. *A Defensoria Pública enquanto custus vulnerabilis*. Disponível em < <http://emporiiododireito.com.br/defensoria-publica-custus-vulnerabilis/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

RÉ, Aluísio Lunes Monti Ruggeri. *Manual do Defensor Público: Teoria e Prática*. Salvador: JusPodivm, 2013.

ROSA, Alexandre Moraes da. *Imposição de Medidas Socioeducativas: ao dolescente como uma das faces do Homo Sacer (Agambem) in Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.

RUDOLFO, Fernanda Mambrini. *Dogmas Acusatórios Em Uma Democracia in Constitucional: A Metagarantia da Defesa Pública e o Combate à cultura corporativista do medo in:* BURGER, Adriana Fagundes; KETTERMANN, Patrícia; LIMA, Sérgio Sales Pereira (Org.). *Defensoria Pública: O reconhecimento constitucional de uma metagarantia*. Brasília: Anadep, 2015, p. 71-94. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/AF_E-book_Metagarantia.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *O Adolescente Infrator e os Direitos Humanos*. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, n. 2, p. 90-99, maio 2016. ISSN 1677-1419. Disponível em: <<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/32>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SARAIVA, João Batista Costa. *Direito Penal Juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas*. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho* – 2ª ed. – São Paulo: LTR, 2009.

SILVA, José Afonso. *Comentário Contextual à Constituição*. 6ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 37ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, Marcelo Gomes. *Análise crítica da menoridade penal: da exclusão econômico-criminológica à proteção integral*. 303 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010.

SOLARI, Ubaldino Calvento do *in* CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Comentários Jurídicos e sociais*. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Acesso à Justiça: a defesa dos interesses difusos da criança e do adolescente – ficção ou realidade?*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 1994.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. *Educação versus Punição: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente*. Blumenau: Nova Letra, 2008.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Os direitos das crianças e dos adolescentes*. São Paulo: LTr, 1999.

ZAPATA, Fabiana Botelho. *Internação: medida socioeducativa? Reflexões sobre a socioeducação associada à privação de liberdade in Edição Especial da 2ª Revista da Defensoria Pública: Direito da Criança e do Adolescente*. São Paulo: EDEPE, 2010.

APÊNDICE 1 – Entrevista com Defensor Público Estadual

Nome: Tiago de Oliveira Rummler

Instituição: Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

Área de atuação: Infância e Juventude

Atuação da Defensoria Pública na execução da medida socioeducativa de internação

- 1.** O Defensor Público deve sempre pedir pela aplicação da medida mais branda para o adolescente?
- 2.** O Defensor Público pode se manifestar pela manutenção da internação?
- 3.** É possível que a Defensoria Pública atue como *custus vulnerabilis* na fiscalização das medidas socioeducativas? Por quê?
- 4.** Mesmo que o adolescente seja defendido por um advogado, pode um Defensor Público atuar como *custus vulnerabilis*?
- 5.** Como a Defensoria Pública pode garantir o respeito à dignidade do adolescente autor de ato infracional?
- 6.** A defesa deve ser feita pensando no adolescente individualmente ou no que é melhor para ele? Quem sabe o que é melhor para ele? Como efetivar o princípio do melhor interesse do adolescente? Nesse caso, vigora a lei, o caso em si, ou a independência funcional do Defensor Público?
- 7.** Como a Defensoria Pública - que é uma instituição que tem como uma das funções promover os direitos humanos - pode atuar para garantir o respeito e a efetivação dos direitos humanos dos adolescentes autores de atos infracionais que estão cumprindo medida socioeducativa de internação?
- 8.** A fiscalização nas entidades destinadas à execução da medida socioeducativa de internação ocorre com qual frequência?
- 9.** A Defensoria Pública representa ao Ministério Público acerca das irregularidades verificadas no cumprimento da medida socioeducativa de internação?
- 10.** Quais providências são tomadas quando há precariedade na estrutura e higienização das entidades destinadas ao cumprimento da medida socioeducativa de internação de forma que afete os adolescentes individual e coletivamente?
- 11.** Sabe-se que o adolescente deve ser internado na mais próxima entidade ao domicílio dos pais ou responsável. Nesse caso, como a Defensoria se manifesta quando não há uma entidade próxima ao domicílio, uma vez que a presença da família ou responsável é de suma importância para cumprir a finalidade da medida?
- 12.** É comum que na prática não se ofereça cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos, bem como o oferecimento de escolarização e profissionalização, atividades

culturais, esportivas e de lazer? Quais providências são tomadas para tornar esses direitos satisfatórios? Geralmente são realizadas de forma individual e coletiva?

13. Como é o tratamento, conforme a fiscalização, por parte dos agentes socioeducativos? Já houve casos de tortura? Se sim, por qual meio a Defensoria Pública confronta tal situação?

14. Como garantir que os objetivos e atividades a serem desenvolvidas declarados no PIA sejam cumpridos? Quando há irregularidade no cumprimento do PIA, a Defensoria Pública tenta saná-las de forma administrativa e judicial? Quando há formulários técnicos de profissionais declarando que o adolescente está evoluindo e que está apto a ser liberado, os juízes costumam liberar ou alegam pontos inerentes à gravidade do ato infracional cometido, negando então a liberação?

15. Em entrevistas particulares com os adolescentes, é possível concluir, conforme às perguntas do Defensor, se o caráter pedagógico é cumprido, levando em consideração as questões pessoais do adolescente? Os adolescentes geralmente reagem de forma negativa (levando-se em consideração à finalidade da medida socioeducativa)?

16. A internação, por si só, não infringe algum direito humano fundamental (liberdade, convivência familiar, respeito, dignidade, etc.) do adolescente?

17. Como é possível dizer que a medida socioeducativa de internação tem caráter pedagógico se ela limita e suspende direitos fundamentais do adolescente?

18. A Defensoria Pública acredita que, de um modo geral, a medida socioeducativa de internação cumpre com suas finalidades a ponto de torná-la eficaz?

Respostas

1. Em um processo de apuração de ato infracional a função da Defensoria Pública é assistir juridicamente o adolescente/ jovem adulto representado.

Nesta tarefa, cabe ao Defensor Público lutar sempre para que sejam respeitados o devido processo legal e os princípios do contraditório e ampla defesa.

Deve também se esmerar em realizar a melhor defesa técnica possível, bem como nunca se olvidar em orientar juridicamente o adolescente/jovem adulto em todas as fases processuais.

Importante pontuar que não é função da Defensoria Pública zelar pela garantia da ordem pública, razão pela qual, não é com supedâneo neste fundamento que se deixará de postular pela aplicação de medida socioeducativa menos gravosa.

Todavia, partindo destas premissas, chego à conclusão que, em um processo de apuração de ato infracional, caso tenham sido respeitados os princípios supramencionados e tenham sido observadas as normas aplicáveis, notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, e desde que o próprio adolescente/ jovem adulto, bem como a sua família, concordem com a medida socioeducativa que está sendo proposta (remissão) ou determinada (sentença condenatória), é possível ao Defensor Público não postular por medida mais branda caso também entenda ser a medida proposta/aplicada a mais adequada para garantir a socioeducação do representado.

2. Via de regra a Defensoria Pública, no exercício da assistência jurídica de adolescente ou jovem adulto em cumprimento de medida socioeducativa de internação, acaba pleiteando a progressão da medida, notadamente quando além de ser este o interesse do socioeducando, existe manifestação favorável da equipe técnica responsável por acompanhar o cumprimento da medida.

Neste ponto, oportuno mencionar que, muitas vezes, não cabe ao Defensor Público fazer um juízo de valor seu acerca da desinternação, especialmente pois isto acabaria criando uma desigualdade entre os adolescentes/jovens adultos representados por advogado particular e aqueles que, por não possuírem recursos para tanto, acabam sendo assistidos juridicamente pela Defensoria Pública.

Veja que, normalmente, o advogado particular contratado acabaria pedindo a progressão da medida socioeducativa, pois este seria o interesse do seu cliente. Entretanto, o adolescente ou jovem adulto pobre, caso o Defensor Público viesse a fazer um juízo seu acerca da progressão da medida e chegasse à conclusão de que, por exemplo, não seria melhor para o assistido ou para sociedade a soltura do socioeducando, ficaria prejudicado pelo simples fato de não possuir renda suficiente para arcar com a contratação de um causídico.

Não obstante isto, vejo como possível que o Defensor Público se manifeste pela manutenção da internação em casos excepcionalíssimos como, por exemplo, quando, além de uma relatório técnico desfavorável, o próprio socioeducando e sua família afirmam que o melhor é a continuação da internação pois o adolescente/jovem adulto ainda não está preparado para retornar ao convívio social.

De todo modo, não se pode olvidar que cabe a Defensoria Pública zelar pela assistência jurídica no processo de socioeducação do adolescente/jovem adulto, não podendo jamais pugnar pela manutenção da internação quando esta não é a medida mais adequada para o êxito deste processo, muito menos como base no argumento de que existe um possível risco à ordem pública caso o socioeducando seja colocado em liberdade.

3. Inicialmente, impõe-se registrar que do artigo 134 da Constituição Federal extrai-se que são missões institucionais da Defensoria Pública: ser expressão e instrumento do regime democrático, (b) promover a defesa dos Direitos Humanos no sistema jurídico brasileiro e (c) realizar a defesa dos necessitados em suas diversas modalidades (judicial ou administrativa; de forma individual ou coletiva).

Especificamente em relação à defesa dos necessitados, deve-se ter em mente que a atuação da Defensoria Pública não se limita aos economicamente necessitados, alcançando, por exemplo, a criança, o adolescente e o jovem adulto, bem como diversos outros grupos que estejam em posição de vulnerabilidade.

Desta forma, pode-se ver a Defensoria Pública como instrumento voltado à garantia do contraditório para pessoas e comunidades vulneráveis, como uma espécie de *custus vulnerabilis* (guardião dos vulneráveis).

No que tange a possibilidade do órgão atuar como *custus vulnerabilis* na fiscalização das medidas socioeducativas, entendo absolutamente normal, até mesmo porque forçoso concluir que o adolescente/jovem adulto em cumprimento de medida socioeducativa, especialmente

naquelas que o privam de liberdade, encontra-se, a meu ver, em dupla situação de vulnerabilidade, uma única e exclusivamente em virtude da idade e a outra por estar sobre a custódia do estado, cassado do direito de ir e vir.

Aliás, não por outra razão que é garantido o acesso a toda criança e adolescente aos serviços da Defensoria Pública e não só de toda criança e adolescente economicamente desprovidos (art. 141, caput, do ECA).

Ademais, vale apontar que a reforma no âmbito da Lei de Execuções Penais no ano de 2010, introduziu o art. 81-A, tendo sido estabelecida a atribuição da Defensoria Pública para zelar pela adequada execução da sanção criminal. Assim, se para o adulto, em posição de vulnerabilidade por estar respondendo a uma sanção penal, admite-se a atuação da Defensoria Pública como *custus vulnerabilis*, como não admiti-la para o adolescente/jovem adulto em cumprimento de medida socioeducativa?

Registro, por derradeiro, que a Lei Complementar Federal 80/94 oferece cristalino supedâneo a este entendimento, colacionando-se, a título exemplificativo, alguns dos seus dispositivos:

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

Diante do exposto, vejo como não só possível, mas de muito bom tom, que a Defensoria Pública atue como *custus vulnerabilis* na fiscalização das medidas socioeducativas, especialmente as em meio fechado.

4. A atuação da Defensoria Pública como *custus vulnerabilis* em processos em que o adolescente/jovem adulto é defendido por um advogado, em que pese ainda não haja entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência, é a meu ver perfeitamente possível.

Isto, pois, ao atuar como *custus vulnerabilis*, a Defensoria Pública não atua como representante da parte, como ocorre com o advogado, mas sim como interveniente na tutela de interesses de necessitados, cumprindo assim as suas atribuições constitucionalmente e legalmente previstas, conforme delineado na resposta ao item anterior.

Não se deve olvidar que a Defensoria Pública, ao atuar em processo judicial cujo adolescente/jovem adulto é representado por advogado, acaba por melhor concretizar a dimensão organizacional do princípio fundamental do acesso à Justiça.

Veja, por exemplo, a situação em que a Defensoria Pública se posiciona contra a transferência temporária dos adolescentes/jovens adultos para um presídio sob o argumento de que uma galeria do CASE precisa ser detetizada, pleiteando então que ocorra a transferência,

estritamente pelo tempo necessário, para outra unidade apropriada para o cumprimento de medida de internação e voltada para o atendimento de pessoas em cumprimento de medida socioeducativa. Imagine que todos os adolescentes/jovens adultos daquela galeria sejam representados por advogado, ficaria a Defensoria Pública impedida de atuar? E caso a transferência seja iminente e os advogados sequer estejam sabendo dela, ficarão os seus clientes prejudicados quando, ao atuar, a Defensoria Pública apenas está exercendo o seu papel de tutelar os interesses de um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade?

Assim sendo, não há sobreposição de atuações, sendo que negar a atuação da Defensoria Pública quando o adolescente/jovem adulto é representado por advogado, ao invés de ampliar a defesa de seus interesses e a sua proteção, a reduzirá.

5 e 7. A dignidade do adolescente autor de ato infracional é alcançada, primeiramente, com o respeito às suas garantias e direitos fundamentais, bem como ao se atender os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei do SINASE, além dos diplomas que versam sobre a matéria, inclusive os internacionais.

No que tange a defesa do adolescente que responde a processo de apuração de ato infracional, conforme já exposto no item 1, como a função da Defensoria Pública é assistir juridicamente o adolescente/ jovem adulto representado, cabe ao Defensor Público lutar sempre para que sejam respeitados o devido processo legal e os princípios do contraditório e ampla defesa, não podendo se olvidar em orientar juridicamente o adolescente/jovem adulto em todas as fases processuais. Assim, a dignidade do adolescente, durante o processo, é alcançada notadamente com a observância dos ditames legais, garantindo-se que ao adolescente não sobrevenha nenhuma restrição ou prejuízo não previsto na legislação aplicável.

No que tange a garantia da dignidade do adolescente que esteja cumprindo medida socioeducativa, bem como a atuação da Defensoria Pública para zelar pelos direitos humanos daqueles que cumprem internação, é preciso antes de tudo olhar para a medida através do seu caráter socioeducativo, nunca como uma forma de única e exclusivamente afastar o adolescente da sociedade pois, se solto, ele ofereceria risco à ordem pública.

A ótica deve ser diferente daquela usada para o adulto, já que, no meu sentir, diferentemente do que ocorre na execução penal, a “sanção” não teria um caráter retributivo. Assim sendo, se a medida não está tendo uma função socioeducativa, ela perde a razão de existir.

Partindo-se dessa premissa, entendo que a medida socioeducativa, além de respeitar todos os direitos do adolescente/jovem adulto que a cumpre, precisa oferecer principalmente escolarização, profissionalização e um restabelecimento de vínculos familiares sadios.

Se uma unidade de internação, por exemplo, não oferece escola e/ou cursos, deixando os internos trancafiados durante todo o dia, certamente a sua dignidade estaria sendo vilipendiada, pois a sua liberdade, bem maior, estaria sendo privada sem que fosse propiciada a sua socioeducação.

Destarte, na experiência deste subscritor, além de uma dedicada atuação processual, a melhor forma que tem a Defensoria Pública para garantir a dignidade dos adolescentes/jovens adultos autores de ato infracional e o respeito aos seus direitos humanos é participando ativamente do cumprimento da medida, com visitas aos estabelecimentos, fiscalizando se são oferecidas aos

internos as condições necessárias a um processo de socioeducação, bem como se seus direitos estão sendo devidamente respeitados.

6. Preambularmente, há de se destacar que o princípio do melhor interesse do adolescente deve ser cotejado em conjunto com os valores da liberdade e autonomia, de forma que ao se definir qual é o seu melhor interesse é indispensável que haja a sua participação, sob pena de regressão à doutrina da situação irregular, na qual a criança e o adolescente eram considerados objetos de proteção e não sujeitos de direitos.

Destarte, há íntima relação entre o princípio do melhor interesse e a liberdade e autonomia, na medida em que admitir a criança e o adolescente como sujeitos de direito implica incluir suas participações nos processos de decisão e considerar suas formas de expressão de acordo com o grau de maturidade, dando-lhes voz para expressar sua individualidade na definição do melhor interesse.

Assim, esclarecido que para se efetivar o princípio do melhor interesse do adolescente é indispensável que haja a sua participação e sua liberdade, autonomia, vontade e opinião sejam respeitados, cristalino que não cabe ao Defensor Público, Juiz, Promotor, Conselheiro Tutelar, aos pais e assim por diante definirem, por si só, o que é o melhor para o adolescente. É necessário que haja um diálogo e que ele seja norteado por aquilo que deseja o adolescente, ainda que nem sempre seja possível atender as suas vontades.

Por fim, como dito em resposta anterior, a independência funcional do Defensor Público, no entender deste subscritor, deve ser analisada de acordo com a função institucional do órgão. Ou seja, não é por que eventualmente um Defensor Público entenda que somente uma media socioeducativa em meio fechado poderá efetivamente garantir a socioeducação de um adolescente que ele, num processo de apuração de ato infracional, deixará de observar a lei e os diplomas normativos que regulamentam a matéria e/ou passará por cima da vontade do seu assistido (a quem lhe cabe defender com toda a sua capacidade e esforço), no caso o adolescente que responde ao processo e quer cumprir medida em meio aberto, para acabar pleiteando a imposição de uma internação, por exemplo.

Em outros termos, cabe ao Defensor Público fazer a melhor defesa técnica possível, levando mais do que ninguém em conta a autonomia, liberdade e opinião do adolescente, sendo, de certa forma, na maioria das vezes, um porta-voz jurídico de sua vontade.

Fiscalizar a ordem jurídica, olhar para a garantia da ordem pública, passar por cima da vontade do adolescente por entender que, por exemplo, a aplicação de uma medida em meio fechado é a única solução para garantir uma reeducação do adolescente, é função do Ministério Público.

Vejo, inclusive, que essa diversidade de funções é inerente à própria dialeticidade do processo, sendo que se o Defensor Público passa, em nome de uma suposta (pois não é assim que interpreto este princípio institucional) independência funcional, a pautar os seus pedidos e atuação conforme aquilo que pensa ser o mais útil ao adolescente que responde ao processo, certamente quem mais perderá é este último pois a sua liberdade e autonomia estarão fragilizadas diante de uma interpretação externa sobre aquilo que é o seu melhor interesse.

Em conclusão, entendo que a defesa deve ser feita pensando no que é melhor individualmente para o adolescente, cabendo ao Defensor, na grande maioria dos casos, após devidamente orientá-lo, apenas traduzir a sua pretensão para termos jurídicos.

8. A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, até por ser instituição nova, ainda não regulamentou a questão. Entretanto, em encontro dos Defensores Públicos com atuação na matéria, foi expedida uma recomendação para que os Defensores Públicos visitassem ao menos mensalmente as entidades destinadas à execução da medida socioeducativa de internação.

Eu, particularmente, tento visitar com esta frequência e penso que é importantíssimo, além de não avisá-la com antecedência, estar presente na entidade logo após situações excepcionais como fugas, rebeliões e assim por diante, momentos em que os internos acabam ficando mais suscetíveis a sofrerem com tortura e outras espécies de punições.

Nessas visitas, além de averiguar as condições em geral da entidade, procuro entrevistar reservada e individualmente cada um dos internos.

9. A Defensoria Pública tem um rol de atribuições institucionais próprias, sendo que sempre que se depara com irregularidades e tem legitimidade para tanto busca saná-las de ofício. No entanto, não tendo legitimidade para tomar as providências cabíveis, não só pode como deve representar ao Ministério Público acerca das irregularidades verificadas no cumprimento da medida socioeducativa de internação.

10. A Defensoria Pública pauta, por determinação legal, a sua atuação de forma a prioritariamente solucionar extrajudicialmente os conflitos. Então, observando o Defensor Público que existe precariedade na estrutura e higienização das entidades destinadas ao cumprimento da medida socioeducativa de internação, não poderá se omitir, mas inicialmente, se possível, deverá instar a direção da entidade ou, se for preciso, o próprio DEASE a resolver a questão. Tal resolução pode se dar, inclusive, através da formulação de um TAC (termo de ajustamento de conduta).

Todavia, subsidiariamente nada impede que sejam ajuizadas as ações cabíveis, especialmente uma Ação Civil Pública, de forma a se tutelar adequadamente o direito que os adolescentes e jovens adultos internos tem de passar por um processo de socioeducação em uma entidade que respeite os seus direitos humanos, que ofereça condições dignas e que apresente a necessária e devida estrutura.

11. Levando-se em consideração que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo é princípio basilar da execução das medidas socioeducativas (art. 35, inc. IX da Lei 12.594/2012) e notadamente que é direito individual do adolescente submetido à medida de internação ser internado em unidade mais próxima de seu local de residência (artigo 48, inc. I da referida lei), a Defensoria Pública deve pugnar sempre para que haja a transferência do socioeducando a entidade mais próxima da cidade de residência de seus familiares e, em não havendo a uma distância razoável que permita a participação e a visita dos familiares, que o adolescente tenha sua medida progredida.

12. A minha experiência se restringe à fiscalização das entidades destinadas ao cumprimento de medida socioeducativa de internação em Itajaí desde 2013.

Pude perceber que neste período foi oferecido os devidos cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos aos internos, até por que não houve reclamações neste sentido dos adolescentes e jovens adultos a este subscritor nas entrevistas individuais e reservadas realizadas.

Quanto ao oferecimento de escolarização, registro que o CASE desta comarca voltou a funcionar no início deste ano, entretanto, nos 2 (dois) primeiros meses este importantíssimo serviço não foi oferecido. Diante desta situação, além de solicitações a entidade para que passassem a oferecer a devida escolarização aos internos, este Defensor Público pleiteou judicialmente, nos processos de execução de medida socioeducativa, ou a transferência ou a liberação ou ainda a progressão da medida dos internos para a de liberdade assistida, por entender que, diante da falta de estrutura, o estabelecimento de nada oferecia em termos de socioeducação, se afigurando como um odioso depósito de menores. Entretanto, posteriormente, a situação foi solucionada, o que acarretou no indeferimento dos pedidos por parte do Juiz. Por oportuno, registro que já houve atuação extrajudicial exitosa da Defensoria Pública, salvo engano na comarca de Mafra, que acarretou no oferecimento de escolarização para os internos do CASEP local.

Em relação à profissionalização, no período supracitado, considero que houve, via de regra, poucos serviços neste sentido, o que é uma pena, vez que, na experiência deste Defensor Público, é nela onde reside o maior interesse dos adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida de internação, até mesmo porque pode lhes garantir, ao retornar ao convívio social, mais facilidade em se empregar, especialmente em ocupações que exigem algum conhecimento técnico e, portanto, são inclusive melhor remuneradas.

No que atine as atividades culturais, esportivas e de lazer, houve sempre oferta, entretanto, com limitações.

No que tange às providências tomadas para garantir o exercício destes direitos pelos adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida de internação, conforme exposto no item 10, é sempre preferível que haja uma solução extrajudicial, instando a direção das entidades ou mesmo o DEASE para que ofereçam melhores serviços ou, nestes casos, até mesmo intermediando tratativas com outras entidades (como o SESC) para oferecer atividades mais interessantes aos internos, mas, não conseguindo se resolver, a Defensoria Pública deve e toma as medidas judiciais cabíveis.

As providências tomadas, especificamente quanto aos direitos mencionados no questionamento, são em geral coletivas, pois visam beneficiar a integralidade ou parte dos internos, todavia, não está excluída a possibilidade de se tomar providências de forma individual, quando existir necessidade de tanto.

13. Via de regra o tratamento prestado pelos agentes socioeducativos parece ser razoável, entretanto nas entrevistas individuais e reservadas já foram, em alguns momentos, denunciadas algumas situações que se enquadram no contexto legal de tortura.

Este subscritor tem a impressão que parte dos agentes se portam como se agentes penitenciários fossem, faltando talvez a consciência de que eles também, tanto quanto os professores, psicólogos e assistentes sociais, são importantes no processo de socioeducação dos internos.

Não olvido da importância dos agentes socioeducativos na manutenção da segurança das entidades, em se evitar fugas, no transporte do adolescente/jovem adulto para o fórum e para outros serviços, no entanto talvez deva existir, em alguns casos, um melhor preparo para se lidar com adolescentes, já que em razão da idade, eles muitas vezes apresentam um comportamento mais desafiador, contestador e talvez até menos respeitoso para com autoridades.

Como sobredito, este subscritor já se deparou com relatos de tortura sim, sempre nas entrevistas individuais e reservadas pois, na frente dos agentes e com medo de retaliações, dificilmente os internos tem segurança em fazer afirmações dessa natureza.

A Defensoria Pública confronta situações tendo como norte a Recomendação de nº. 49 do Conselho Nacional de Justiça.

Este Defensor, em certa oportunidade, por exemplo, se deparou com o relato de um caso de tortura generalizada, quando agentes, irritados por conta do barulho, manifestações e protestos dos internos durante a noite, tiraram por meio de agressões os adolescentes de suas celas e, com murros, pontapés e tapas o levaram até pátio onde as agressões continuaram. O relato foi por parte de quase todos os internos que acusavam um grande número de agentes e inclusive chefe de segurança da unidade.

Como se tratava de uma situação grave e generalizada, que pedia intervenção rápida, foi ajuizada pela Defensoria Pública, em conjunto com o Ministério Público, uma ação cautelar em que se pedia, dentre diversos outros requerimentos, como produção antecipada de provas a oitiva de todos os adolescentes internos em Juízo e a realização de exames de corpo de delito. Após as oitivas, nas quais os adolescentes mostraram inclusive marcas das agressões que sofreram, foi pedido e deferido o afastamento de uma série de agentes da unidade.

14. A Defensoria Pública deve fiscalizar o cumprimento da medida de forma que se evite que os objetivos e atividades previstos no PIA não sejam desatendidos por falta de estrutura da entidade, bem como de modo que o socioeducando não seja prejudicado por não ter alcançado objetivos ou realizado atividades que a ele não foram devidamente proporcionados.

Conforme afirmado em itens anteriores, a Defensoria Pública deve buscar sanar irregularidades primeiramente de forma administrativa, mas não sendo possível, acionando o Poder judiciário. Isto ocorre, por exemplo, quando se pugna pela transferência de um interno para entidade situada próxima da residência da família. Se o DEASE não pode efetuar a transferência, pugna-se que ela seja judicialmente determinada, sob pena de se quebrar a base principiológica que embasa o cumprimento das medidas socioeducativas, já que um de seus importantes vetores é o acompanhamento e participação da família.

O que posso perceber é que por vezes parte dos juízes, quando se deparam com relatórios favoráveis à progressão das medidas e constatarem que o interno respondeu a muitos processos de apuração de ato infracional ou que seus atos foram muito graves, bem como quando consideram que o adolescente/jovem adulto não está internado há muito tempo, tem receio em efetivamente progredir a medida e soltar o interno, ainda que quando fundamentem nem sempre façam menção expressa à gravidade da conduta, mas à outros pontos do relatório que, em outros casos (quando a gravidade da conduta do interno é menor), são simplesmente desconsiderados, como faltas disciplinares leves.

Assim, de certa forma acabam não levando em consideração o que preconiza o artigo 42, §2º da Lei 12.594/12.

15. De forma direta, tenho percebido que depende da estrutura oferecida pela entidade para que o adolescente/jovem adulto passe pelo processo de socioeducação.

Quando é oferecida escolarização e, especialmente, cursos de profissionalização, quando a unidade não está lotada, quando a equipe técnica consegue fazer com que a família participe do processo, quando são também oferecidas atividades de lazer, quando os agentes socioeducativos não usam de violência desnecessária e tratam com respeito os internos, é possível, nas entrevistas particulares, perceber o caráter pedagógico da medida, muitas vezes declarado pelo próprio interno, que reconhece expressamente que está mais consciente acerca dos erros que cometeu e do que precisa fazer para não voltar a praticar atos infracionais/crimes.

Por outro lado, quando não existe uma estrutura assim, fica mais perceptível na fala dos adolescentes/jovens adultos o conflito com agentes de segurança (raiva dos agentes socioeducativos, rancor dos policiais), certo louvor à organizações criminosas, falta de vontade de, quando retornar à sociedade, estudar ou trabalhar lícitamente, bem como menos propensão a restabelecer vínculos familiares saudáveis.

16. A internação, certamente, infringe especialmente o direito fundamental do adolescente à liberdade, bem como acaba por limitar tantos outros.

Todavia, esta foi a escolha realizada pelo legislador, partindo da premissa que nenhum direito é absoluto, ao ponderar um conflito de direitos/princípios fundamentais.

É exatamente por infringir ou restringir direitos fundamentais que a internação deve ser aplicada com bastante cautela e somente em casos excepcionalíssimos, devendo-se respeitar para tanto todas as garantias inerentes ao processo de apuração de ato infracional (conforme já pontuado em itens anteriores), sendo que a lei deve ser interpretada restritivamente, por se tratar de limitação a um dos bens maiores do indivíduo.

17. O caráter pedagógico da medida de internação se encontra no seu caráter socioeducativo.

A limitação e suspensão dos direitos fundamentais do adolescente internado se justifica, na opinião deste subscritor, somente quando a medida efetivamente oferece ao adolescente/jovem adulto passar por um processo socioeducativo, conforme já pontuado na resposta ao item 15 deste questionário, sendo que a estrutura que lhe é oferecida pela entidade é vital neste ponto.

Quando isso ocorre, é possível, para este Defensor Público, entender que existe uma ponderação de interesses e, partindo-se da premissa que nenhum direito é absoluto, relativizar o direito à liberdade e convivência familiar e comunitário, dentre outros, para propiciar ao adolescente/jovem adulto a oportunidade de estudar, se profissionalizar, ter a sua família participando do processo e assim por diante, enfim, uma chance de dar novos rumos à sua vida.

18. Na minha experiência já pude presenciar muitos casos em que adolescentes, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação, voltaram a praticar atos infracionais e, quando maiores, crimes.

Por outro lado, já tive contato com adolescentes/jovens adultos que, após o cumprimento da medida em tela e com o aprendizado que ela gerou, deixaram (até onde este subscritor pôde acompanhar) de se envolver com a prática de ilícitos de natureza infracional/penal.

Todavia, não tenho um estudo estatístico para embasar uma conclusão para um lado ou para outro.

Acredito, como tenho dito, que a medida socioeducativa de internação, para ter um caráter socioeducativo, precisa oferecer uma estrutura para tanto, sob pena de se transformar num odioso depósito de menores, onde se acirram os conflitos com agentes de segurança, onde se dá acesso à organizações criminosas, não gerando vontade nos internos de, quando retornar à sociedade, estudar ou trabalhar lícitamente, bem como não os encaminhando e estimulando a retomar vínculos familiares saudáveis.

De todo modo, vejo que a sociedade não tolera (muitas vezes por falta de compreensão) que adolescentes infratores, especialmente quando reiteram na prática de atos infracionais graves, sejam mantidos em liberdade. Ao revés, conforme é de sabença comum, há cada vez mais pressão da mídia e da sociedade para que eles sejam tratados como adultos e encaminhados para penitenciárias.

Assim, não trabalhar para que o ECA e a Lei do SINASE sejam devidamente implantados, para que as entidades de internação ofereçam estrutura apta para um processo de socioeducação efetivo, poderá reforçar o argumento de quem defende a redução da menoridade penal.

Neste ponto, tenho a convicção que a sociedade só tem a perder, pois se há dúvidas quanto à efetividade da medida socioeducativa de internação, indubitavelmente o tratamento como adulto e a colocação em penitenciárias não será positivo e as chances de ressocialização serão muito menores.

TIAGO DE OLIVEIRA

RUMMLER:0165634251

0

Assinado de forma digital por TIAGO DE OLIVEIRA
RUMMLER:01656342510
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=Autenticado por AR FACISC, cn=TIAGO DE OLIVEIRA
RUMMLER:01656342510
Dados: 2017.06.19 11:16:01 -03'00'